

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LINGÜÍSTICA APLICADA

DISCURSO ORAL E DISCURSO ESCRITO: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

WESLEY MAYER VERGARA

Pelotas, dezembro de 2000

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LINGÜÍSTICA APLICADA

DISCURSO ORAL E DISCURSO ESCRITO: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

WESLEY MAYER VERGARA

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora como exigência
parcial para a obtenção do grau
de Mestre em Letras: Lingüística
Aplicada.

Prof. Dr. VILSON JOSÉ LEFFA
ORIENTADOR

Pelotas, dezembro de 2000

Dedico este trabalho para
EVA MARIA
Pelos nossos 25 anos de casados

AGRADECIMENTOS

À Universidade Católica de Pelotas, pelo apoio na forma de capacitação docente, financiando parte deste trabalho.

Ao Colégio Santa Margarida, escola inclusivista, nas pessoas de seus diretores e coordenadora pedagógica, Maurício, Édina, Magda e Maria Luiza e o corpo de professores que colaborou na formação do corpus.

Aos alunos que participaram dos debates e outras atividades que fizemos para formar o corpus, particularmente a turma de magistério, formandas de 1999, que foram as informantes definitivas.

Às professoras, Brenda e Clarice pela paciência e colaboração na utilização de sua turmas.

À Prof. Eny, colega, companheira, professora, amiga e mestra.

À Juliana, acadêmica e quase mestre, pela sua colaboração.

À Ernestina, minha primeira professora.

A meus pais, Cleny e Margarida, pela fé, esperança e caridade.

A meus filhos, Tiago e Lucas Wesley, por tantas ausências e projetos adiados.

A minha mulher, Eva Maria, pelo estímulo nas horas difíceis.

A todos os críticos que me estimularam a provar o contrário.

Ao Prof. Dr. Vilson J. Leffa, por sua orientação segura e firme.

Acima de todos, agradeço a Deus que por sua infinita misericórdia, não só permitiu que esse trabalho fosse feito, como fez com que através dele eu aprimorasse meu aprendizado sobre seu amor ao mundo que deve ser compartilhado por todos.

(...)E nunca falou mais palavra, com pessoa alguma. Nós, também, não falávamos mais nele. Só se pensava.(...) - Guimarães Rosa

(...)meio a meio o rio ri
silencioso e sério
nosso pai não diz risca terceira
água da palavra
água parada água pura
água de rosa pura
proa da palavra duro silêncio nosso pai.
margem da palavra
entre as escuras duas margens da palavra
clareira luz madura rosa da palavra
duro silêncio nosso pai (...) -Caetano Veloso

Não tenho um caminho novo o que tenho é um jeito novo de caminhar - Thiago de Mello

RESUMO

Esta dissertação teve como principal objetivo analisar diferenças e semelhanças nos discursos orais e escritos. Os estudos foram feitos utilizando redações escritas e discursos orais tomados a partir de um debate em sala de aula por alunas terceiroanistas do ensino médio, com habilitação para o magistério. Analisamos não somente semelhanças e diferenças no âmbito do signo lingüístico, mas também contribuições na comunicação de características extra-lingüísticas como os movimentos e o silêncio. Nosso interesse neste trabalho foi qualitativo, embora tenha sido necessário fazer todo um levantamento quantitativo para análise. Percebeu-se, ao longo da observação do corpus, que se confirmam os resultados obtidos por outros pesquisadores, como por exemplo: que o discurso oral é mais denso que o discurso escrito; que em ambos os discursos os alunos tem dificuldades em encontrar termos precisos para seus atos de fala e ainda chegamos à conclusão que, no corpus pesquisado, essas diferenças foram sutilmente observadas mostrando que está acontecendo um fenômeno lingüístico que é a aproximação do discurso oral ao discurso escrito e vice-versa. Os resultados obtidos sugerem que deva ser dada mais atenção ao estudo da oralidade, por ser básica e dela originar-se a escrita. Com a utilização da tecnologia na aprendizagem da escrita, esta começa a assumir cada vez mais características da oralidade.

ABSTRACT

The main objective of this investigation was to analyze the similarities and differences in written and oral discourse. The study was conducted using oral discourse and written compositions made by students who were concluding high school. We analyzed not only similarities and differences in terms of language but also extralinguistic features such as gestures and silence. Our interest was mainly qualitative, although we had first conducted a quantitative survey. We discovered, as we analyzed the corpus, that the results found in the literature, were confirmed: oral discourse is denser than written discourse, both offer difficulties in terms of lexical precision for students, and that these differences are subtly diminishing. The results suggest that schools should give more attention to the studies of oral discourse because it is basic to writing. With the use of technology in writing, it is found that it is getting the features of speech.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Contextualização histórica da língua - O discurso oral como base.....	15
2.1.1 A ontogenia versus filogenia como pertinência ao estudo do DO versus DE	19
2.2 A escrita como instrumento de poder	22
2.3 Os movimentos e os silêncios que significam	27
2.4 A apropriação do discurso do outro na facção do próprio	31
2.5 As diferenças e semelhanças entre discurso oral e discurso escrito	32
2.6 Conclusão	38
3. METODOLOGIA	39
3.1 A escolha da escola.....	39
3.2 A escolha dos informantes do "corpus"	40
3.3 Estudo piloto	40
3.3.1 O primeiro corpus	40
3.3.2 A formação do segundo "corpus"	41
3.3.3 A formação do corpus definitivo	43
3.3.3.1 Os sujeitos.....	43
3.3.3.2 A coleta de dados	44
4 ANÁLISE DE DADOS	49
4.1 Análise sistematizada	50
4.1.1 Escolha lexical	50
4.1.2 Completude das orações	58
4.1.3 Densidade lexical	60
4.1.4 Os silêncios, os gestos e a questão do poder	62
4.1.5 Nominalizações	69
4.1.6 Presença de expletivos	71
4.1.7 Colaboração dos interlocutores	72
4.1.8 Apropriação do discurso oral do outro na facção do discurso escrito	76
5. CONCLUSÃO	82
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
7. ANEXOS	93

1 INTRODUÇÃO

A nossa participação em diversas bancas de correção das redações do processo seletivo da UCPel oportunizou-nos a observação de problemas sérios na produção escrita dos alunos concluintes do ensino médio. Muitos são os casos de vestibulandos que não conseguem a nota necessária para ficarem liberados de cursar a disciplina de Português Básico na Universidade. Desses, um número que pode ser considerado alto tira a nota zero e certamente imagina ter atingido o objetivo proposto. Isso nos causa uma angústia muito grande, pois fica a pergunta: o que os alunos fizeram em onze anos de estudos da língua materna até chegarem a esse estágio?

Partindo do princípio de que falar é mais básico do que escrever (LYONS, 1981) e considerando, entre outros aspectos, que muitas comunidades de fala não possuem a escrita, mesmo hoje; que não temos conhecimento de existir ou ter existido alguma sociedade humana privada da capacidade de fala (ibidem p. 25) e que escrita é uma tentativa de representar a fala, podemos dizer que o discurso oral é mais eficiente e mais fácil do que o discurso escrito. Temos observado que muitas pessoas mostram facilidade em defender um ponto de vista oralmente e, quando é preciso escrever, começam a ter dificuldade. Outros entendem que escrever é mais fácil, uma vez que é possível ler, reler e fazer modificações no escrito. Nosso ponto de vista, contrário à idéia da facilidade da escrita, fundamenta-se na observação que temos feito de jovens adolescentes, discutindo com argumentos convincentes suas opiniões. Seu vocabulário é espontâneo e o falar é fácil mas quando pedimos para escreverem o que disseram, sua atitude muda: há um visível mal-estar e até mesmo indisposição. O que dizem sem esforço em dois ou três minutos não conseguem escrever em meia hora.

Depoimentos de professores de quinta série dão conta de que as crianças escrevem excelentes composições até essa etapa de seus estudos. O raciocínio é coerente, há organização no que dizem e, principalmente, o que escrevem é fruto de um sentimento espontâneo no momento da escrita. A partir daí começam a surgir os problemas, segundo esses professores: os alunos perdem o interesse na produção de textos e, quando são obrigados a escrever, não conseguem expressar o que sentem. Uma possível explicação para essa mudança de atitude é o fato de o estudo formal da gramática se dar precisamente nessa etapa. A substituição do exercício da escrita, espontânea e simples, pelo estudo das regras gramaticais, totalmente fora de contexto, parece coincidir com o período em que as crianças começam a declinar na qualidade dos textos escritos.

Outra observação que nos parece interessante e pode ser feita aqui, é a mudança nas relações afetivas ocorridas da quarta para a quinta série do ensino fundamental. Até a quarta série, a grande maioria das crianças chama as professoras de tias e aprende isso desde o momento em que são levadas para a escola, no primeiro dia, quando a mãe, ao entregar seu filho, recomenda: “Fica com a tia que ela vai ser boazinha contigo”. Embora esse tratamento familiar em relação à professora tenha sido abordado pela literatura da área como falta de profissionalismo (Freire, 1995), a verdade é que a “tia” passa a ser uma figura muito importante na vida dessa criança, pois afinal de contas está substituindo sua própria mãe.

Partindo do pressuposto de que a criança deixada na escola com a tia tenha um bom relacionamento com sua mãe e confia nela, uma recomendação do tipo “Fica com a tia” produzirá nessa criança uma predisposição em aceitar a “tia” como alguém que estará por uns bons momentos substituindo sua mãe. Tia tem a vantagem de possuir o afeto da mãe, juntamente com a qualificação para a tarefa de ensinar. Dentro desse contexto podemos então imaginar que a criança, ao produzir uma composição escrita, tem um destinatário ou interlocutor: a tia.

A tia acompanha seus alunos até a quarta série, ao lado da tia de Inglês, Música, Educação Física e Religião. Quando essas crianças são recebidas na quinta série, a primeira atitude dos professores é deixar bem claro para seus alunos que "agora terminou essa forma de tratamento de tio ou tia", "eu sou professor(a) de vocês"! Parece que isso é inevitável, até porque, segundo Paulo Freire, (1996) essa é uma forma de dominação da classe, pois "nunca você verá dez mil tias fazendo passeata deixando seus sobrinhos sem atendimento".

Por outro lado, é nesse momento que a criança perde definitivamente seu destinatário, alguém com quem pratica alteridade, o outro em quem ela confia para contar seus sentimentos, muitas vezes íntimos. O texto começa então a ser feito para ninguém, ou pelo menos para alguém que não parece estar muito interessado no que o aluno tem para dizer. O professor passa a ser uma figura repressora, só interessada em descobrir erros no que a criança escreve. É, pois, o momento da criança preocupar-se mais com a forma do que com o conteúdo. A criação espontânea, a imaginação livre alimentada pelo afeto da tia vai, cada vez mais, ficando artificial e sem ter o que dizer, já visto não haver para quem dizer.

A presente pesquisa teve por objetivo geral:

- Descobrir o que deve ser estimulado ou não, tanto na fala quanto na escrita, para melhorar a qualidade desses discursos.

O estudo foi embasado nos seguintes objetivos específicos:

- Facilitar mais a tão valorizada produção escrita de nossos jovens, em nosso cotidiano.
- Analisar com olhar qualitativo;
- Considerar aspectos quantitativos essenciais para a descrição dos dados.
- Perceber algumas situações em que o discurso oral e o escrito se assemelham.

- Analisar as diferenças e semelhanças que sejam significativas visando uma facilitação para as pessoas defenderem seus pontos de vista, tanto de forma escrita como oral.

Esta dissertação, além deste capítulo introdutório, contém mais quatro, nos quais são abordados os principais tópicos deste trabalho, incluindo a fundamentação teórica, a metodologia, a análise dos resultados e a conclusão.

No Capítulo 2, faremos uma revisão da bibliografia, para alicerçar nosso trabalho, resumindo o que os especialistas da área apresentam sobre discurso escrito e discurso oral. Pretendemos mostrar que há não apenas diferenças mas também semelhanças entre um e outro, envolvendo aspectos de ontogenia (a evolução do discurso escrito no indivíduo) e de filogenia (a evolução histórica da escrita). Parece haver entre estes aspectos uma semelhança de percurso, que se caracteriza por uma fase inicial de aproximação entre escrita e fala, seguida de uma fase intermediária de divergência e terminando numa fase final de reaproximação entre o discurso oral e o discurso escrito.

O Capítulo 3 descreve a metodologia usada para a coleta dos dados, incluindo a escola, os informantes, de quem se obtiveram os dados orais e escritos, e os procedimentos usados. Apresenta-se também o estudo piloto conduzido para refinar os instrumentos e procedimentos.

O Capítulo 4 faz a análise dos resultados obtidos, com ênfase em aspectos qualitativos mas considerando também os aspectos quantitativos. Procura-se verificar não só as diferenças entre os discursos escrito e oral, mas também as semelhanças.

Finalmente, no Capítulo 5, retomam-se as principais questões propostas nesta investigação e procura-se discutir as implicações teóricas e as práticas dos resultados obtidos no levantamento realizado. A idéia principal é que se caminha para uma aproximação maior entre o discurso oral e o escrito e que essa tendência deve refletir-se na ação pedagógica do professor em sala de aula.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo faremos uma revisão bibliográfica mencionando o que disseram diversos autores em seus estudos sobre a língua quer na sua manifestação oral, quer na escrita, quer em outras formas de comunicação, particularmente a cinética e o silêncio. O pano de fundo de nosso trabalho terá sempre o objetivo de observar semelhanças e diferenças entre o Discurso Oral (DO) e o Discurso Escrito (DE).

Na primeira parte trataremos do percurso teórico que os estudiosos de língua trilharam nas últimas décadas e do valor e primazia do discurso oral em relação ao escrito. Neste particular queremos ressaltar que nosso interesse foi o de, pesquisando diferenças e semelhanças entre o DO e o DE, buscar a base para o estudo. Não temos a pretensão de atribuir valor mais a um do que a outro. Apenas, partindo da premissa de que a ênfase dos trabalhos publicados, tanto teóricos como práticos, incluindo os livros didáticos usados pelos professores tem sido no DE, teremos uma preocupação maior em resgatar aqueles trabalhos e autores que têm dado importância ao DO, destacando-se entre outros: BIBER (1988); CÂMARA (1969); CASTILHO (1996); ELIAS SOARES (1999); FÁVERO, ANDRADE e AQUINO (1999); FILLMORE (1981); GALLO (1995); GERALDI (1997); GNERRE (1998); HALLIDAY et al., (1974); HAVELOCK (1995); KATO (1995,1999); LYONS (1981); MAIA (1991); MARCUSCHI (1993,1996,1998,1999a,1999b,2000); PATTANAYAK (1995); SAPIR (1921); SILVA (1996); MAGDA SOARES (1993,1999); TARALLO (1994) e ZILBERMAN (1999).

Em seguida veremos que a escrita tem sido utilizada como instrumento de poder ao longo dos séculos. Seu domínio representa uma forma de manipular as

peças e dominar a classe social que a ela não tem acesso. O preconceito com as pessoas que não a utilizam é uma realidade constatada em nosso país. A escola torna-se, assim, um instrumento na mão da classe dominante que se apropria da forma escrita para segregar. Estudaremos autores como BAGNO (1999); GNERRE (1998) e MAGDA SOARES (1993), entre outros, que a isso se referem.

A seguir verificaremos que, quando falamos, não estamos estáticos movimentando apenas os lábios. Grande parte de nossa comunicação oral passa pelos movimentos do corpo. DAVIS (1979), por exemplo, diz não confiar em telefones pois não sabe o que a pessoa, com quem está falando, está querendo dizer. Já existem também autores que produziram trabalhos a respeito do silêncio, o seu significado na comunicação, não como informação implícita, mas como algo absolutamente independente do que é dito. Para tanto serão importantes as contribuições de DAVIS (1979) e ORLANDI (1993).

Ainda será necessário revermos o que concluíram, sobre diferenças do DO e DE, autores já debruçados exaustivamente neste estudo, tais como: CASTILHO (1996); FÁVERO, ANDRADE e AQUINO (1999); GALLO (1995); GERALDI (1997); GNERRE (1998); KATO (1995,1999); MAIA (1991); MARCUSCHI (1996, 1998,1999a,1999b,2000); SILVA (1996); ELIAS SOARES (1999); MAGDA SOARES (1993,1999) e ZILBERMAN (1999).

Por fim, buscaremos apoio teórico para a apropriação do discurso oral do outro na construção do discurso escrito. A inediticidade do discurso, seja oral seja escrito, existe? Ou todo discurso é um acrescentar ao já dito, ainda que com a sensação de se estar fazendo um discurso novo? BEAUGRANDE & DRESSLER (1983) e COSTA VAL (1993) nos darão o apoio necessário.

2.1 Contextualização histórica da língua - O discurso oral como base

A rigor, a linguagem escrita não passa de um sucedâneo, de um “ersatz” da fala. Esta é que abrange a comunicação lingüística em sua totalidade, pressupondo, além da significação dos vocábulos e das frases, o timbre da voz, a entonação, os elementos subsidiários da mímica, incluindo-se aí o jogo fisionômico. Por isso, para bem se compreender a natureza e o funcionamento da linguagem humana, é preciso partir da apreciação da linguagem oral e examinar em seguida a escrita como uma espécie de linguagem mutilada, cuja eficiência depende da maneira por que conseguimos obviar à falta inevitável de determinados elementos expressivos. (Mattoso Câmara Jr, 1997, p.16)

Escolhemos esta passagem do texto “Manual de Expressão Oral e Escrita” de Mattoso Câmara Jr. como epígrafe, pois vemos nela uma espécie de alerta ao que tem acontecido durante muitas décadas em relação ao ensino da língua, com ênfase apenas no discurso escrito e um desprezo tradicional pelo discurso oral.

As primeiras formas de escrita surgiram há apenas nove mil anos, enquanto a espécie humana já existe há pelo menos um milhão de anos (BAGNO, 1999, p.93). Foram os fenícios os criadores do silabário que veio a contribuir para a organização do alfabeto no século X a.C., conforme KATO (1995, p.16). Ainda cabe ressaltar que existe hoje quase um bilhão de pessoas no mundo que apenas utilizam a fala, como meio de comunicação, pois nunca aprenderam a escrita de suas línguas, e que, por isso, são vistos como cidadãos de segunda classe PATTANAYAK (1995, p.117) .

ZILBERMAN & SILVA (1999), tratando de leitura, afirmam que a escrita não foi o primeiro dos mecanismos de fixação cultural utilizados pela humanidade, embora se possa afirmar que é um dos mais antigos. Reforçam ainda que, até hoje, vários povos podem prescindir de seu emprego, sem se sentirem

ameaçados de dispersão, sem se arriscarem à dissolução ou esquecimento dos valores herdados dos antepassados.

No relato a seguir podemos ver de onde surge a escrita, bem como o quanto foi preocupante a utilização desta modalidade de comunicação por nossos antepassados. Talvez até pudéssemos comparar essa preocupação com a que alguns de nós temos hoje em relação ao avanço tecnológico do computador.

Segundo ZILBERMAN & SILVA, os helenos, depois do séc. IX a.C. apropriando-se do silabário, utilizado por cretenses e aqueus para contabilizar os seus bens, transformaram-no em alfabeto, adaptando-o às suas necessidades de comercialização. Pouco a pouco a escrita expande-se até o séc. IV a.C. quando ocorre a fixação da literatura produzida pelos poetas e pensadores gregos.

Os autores ainda afirmam que Platão presenciou estes acontecimentos e manifestou sua preocupação: no diálogo *Fedro* alertou contra os males da escrita, cuja difusão, segundo ele, poderia acarretar a preguiça intelectual e a perda da memória, logo, o enfraquecimento dos padrões morais legados pelos ancestrais. Na *República* Platão considera que o livro poderia estabelecer outra relação entre o sujeito e a obra, por causa da cristalização da palavra, conduzindo o leitor a uma atitude mais sensorial e menos espiritual.

Outros autores também comungam do mesmo ponto de vista, afirmando que a escrita veio apenas para registrar, para o futuro, a comunicação entendida como necessária. A valorização da escrita em detrimento da fala foi por muito tempo evidente; afirma-nos FÁVERO et al (1999) que:

Historicamente a escrita, sobretudo a literária, sempre foi considerada a verdadeira forma de linguagem e a fala, instável, não podendo constituir objeto de estudo. Essa postura só começou a mudar no século passado, com Grimm na Alemanha e com Sweet e Jones na Inglaterra a Fonética passa a disciplina autônoma. (FÁVERO et al., 1999, p.10)

Afirmam ainda as autoras que esses estudos não resultaram em comparar a fala e a escrita, acentuando a especificidade de cada uma, mas a primeira é vista como primária e a segunda, como dela derivada.

Segundo LYONS (1981), não se tem notícia de haver no mundo alguma comunidade humana que não tenha desenvolvido a comunicação através da fala, mas até hoje muitas dessas comunidades não tiveram uma "evolução" que as tenha levado à escrita. Afirma ainda que um dos princípios fundamentais da Linguística moderna é o de ser a língua falada mais básica do que a língua escrita. Todas as grandes línguas literárias do mundo derivaram, em última instância, da língua falada de certas comunidades (LYONS, 1981, p. 25).

Ainda é LYONS quem nos diz, tratando das funções específicas de cada modalidade de comunicação, que cada uma possui sistematização e não será menos complexa uma do que a outra.

Hoje, na sociedade, a língua falada é utilizada em várias situações, dessa forma é mais fácil de explicar o funcionamento do discurso oral, deixando a escrita como substituta da fala apenas nas ocasiões em que a comunicação vocal-auditiva é impossível, inafiançável ou ineficiente.

A invenção do telefone e do gravador possibilitou o emprego da língua falada onde no passado seria utilizada a escrita. Foi para fins de confiabilidade na comunicação a distância e de preservação de importantes documentos legais, religiosos e comerciais que se inventou originalmente a escrita. Isso contribuiu para que a língua escrita gozasse de mais prestígio e

formalidade em muitas culturas. (...) É importante compreender que os dialetos não-padrões não são em geral menos regulares ou sistemáticos do que as línguas literárias. É por ter aprendido na escola a gramática da língua escrita padrão, mas nunca ter estudado a gramática de um dialeto não-padrão (mesmo que o falem em casa), que muita gente pensa que estes são essencialmente não-sistemáticos." (LYONS, 1981, p.26-64)

A sistematização e variabilidade dos discursos orais e escritos propostos por LYONS (op.cit.) é corroborada por TARALLO(1994) que defende em seu texto que a língua falada é heterogênea e variável e a variabilidade da fala é passível de sistematização.

A língua falada é, portanto, um sistema variável de regras. Obviamente, a esse sistema de variação devem corresponder tentativas de regularização, de normalização. Como grande estandarte dessa regularização surge a língua escrita tal qual é ensinada nas escolas. A língua portuguesa veiculada na escola é, em princípio, um reflexo da norma-padrão do português. E por ser essa a modalidade adotada pelas escolas pretende criar uma unidade de língua nacional. (TARALLO, 1994, p. 57)

Para HAVELOCK (1995) os hábitos lingüísticos orais fazem parte de nosso legado biológico, que pode ser complementado pela cultura escrita, mas jamais será suplantado por ela. Se tentarmos suprimir esses hábitos, estaremos incorrendo em perigo.

Afirma ainda que existe o reverso da moeda. Embora os sistemas anteriores ao alfabeto grego nunca tivessem sido capazes de registrar todo o escopo da língua oral, sem a moderna escrita não teríamos a ciência, a filosofia, a lei escrita ou a literatura e, tampouco, o automóvel e o avião (op. cit. p.31).

FÁVERO et al. (1999, p.10) menciona outros autores que chamam a atenção dos aspectos visuais da escrita, destacando sua dependência e secundariedade em relação à fala:

- "A escrita é o simbolismo visual da fala." SAPIR (1921, p.19)

- "A escrita não é a linguagem, mas uma forma de gravar a linguagem por marcas visíveis." BLOOMFIELD (1933, p.21)
- "A comunicação escrita é derivada da norma conversacional face a face." FILLMORE (1981, p.153)
- "A escrita decorre da fala e é secundária a esta" MATTOSO CÂMARA (1969, p.11)

Concordamos com as autoras FÁVERO et al (1999, p.10) quando afirmam que nossas gramáticas tratam as relações entre a fala e a escrita tendo como parâmetro a língua escrita. Esse fato tem gerado uma postura polarizada, e por vezes preconceituosa; também MARCUSCHI (1993, p.63) comunga da mesma idéia: "Os gramáticos imaginam a fala como o lugar do erro, incorrendo no equívoco de confundir a língua com a gramática codificada".

De acordo com Kato (1995, p.19), "o DO muda e o DE é conservador, o que acarreta um afastamento gradativo entre os dois". Dessa forma, podemos analisar o DO como uma instituição animada constantemente acompanhando o curso da vida dos seus usuários, como uma ponte rolante que se deixa utilizar para se desenvolver a construção. Assim é o DO passando por uma metamorfose lingüística que, sem deixar de existir, vai mudando sua roupagem. O DE, não; este é extremamente resistente a mudanças, pois acreditam seus defensores ter sido ele moldado por divindades que não aceitariam alterações.

2.1.1 A ontogenia versus filogenia como pertinência ao estudo do DO versus DE

Parece ser inegável que o homem passou por todo um processo de evolução do seu meio de comunicação até chegar à escrita. Não que essa possa ser considerada melhor, por ter sido fruto dessa evolução, mas porque foi o resultado

aparentemente inevitável. Veremos, na seqüência, que as etapas de desenvolvimento da língua através dos tempos (filogenia) repetem-se no indivíduo (ontogenia) com o mesmo padrão evolutivo. Vejamos o que nos diz KATO (1999) em relação a esses percursos palmilhados pelo homem e pelo indivíduo:

A escrita, como qualquer outra tecnologia, passou por fases distintas. Em sua parte ortográfica, de uma escrita icônica/analógica – como as escritas no extremo oriente, até hoje ideográficas – chega ao sistema alfabético no ocidente, de caráter claramente digital.

A ontogênese da escrita revela percurso similar: a criança, mesmo a que se inicia na escrita alfabética, começa com concepções de que sua escrita é ideográfica. Ao chegar à concepção da representação do som, o que a criança tenta reproduzir, através da letra, não é o fonema, um conceito abstrato, mas o fone. (KATO, apud SCLiar & MORAIS (org.) 1999, p.203)

Ainda segundo KATO (1995, p.13), o desenvolvimento da escrita através da história obedeceu às seguintes etapas evolutivas:

- 1 Inexistência da escrita.
- 2 Precusores da escrita: fase semasiográfica.
 - 2.1 sistema pictográfico.
 - 2.2 recursos de identificação mnemônica.
- 3 Escrita plena: fase fonográfica.
 - 3.1 lexical-silábica.
 - 3.2 silábica.
 - 3.3 alfabética.

É interessante observar que a história da humanidade (filogenia) repete-se em cada ser humano (ontogenia). Podemos observar que a evolução da criança, tanto na leitura, como na escrita, se assemelha à evolução do homem na descoberta da escrita como a temos hoje, a ponto de concordar com Wordsworth "The child is father to the man" (KATO, apud ZILBERMAN & SILVA (org), 1999, p.37)

KATO conclui que as etapas pelas quais passam as crianças na "descoberta da escrita" podem ser assim consideradas:

- mundo real da criança antes do letramento
- pictograma
- ideograma - concepção semântica de palavra como unidade mínima representada pela escrita

alfabeto - concepção fonética da letra
 /palavra/ - concepção fonológica da palavra
 'palavra' - concepção lexical da palavra
 "palavra" - concepção pragmática-textual de palavra
 mundo da linguagem.

HAVELOCK destaca a importância dos aspectos filogenéticos na aquisição do DE, os quais, sendo observados, poderão facilitar essa tarefa.

Minha proposição é a de que o desenvolvimento da criança deveria, de alguma forma, reviver as condições de nosso legado oral, ou seja, o ensino da escrita deveria ser desenvolvido com base na suposição de que seja precedido por um currículo que inclua canções, danças e recitação, além de vir acompanhado pela contínua instrução nessas artes orais; bons leitores surgem a partir de bons falantes, capazes de recitar. (HAVELOCK, 1995, p. 28)

Dentro da linha de pensamento de a escrita representar a fala, VIGOTSKY (in MARTLEW, 1983, p.115 apud KATO, 1995, p.16) afirma que as crianças, para aprenderem a escrever, precisam fazer uma descoberta básica, a saber, que ela pode desenhar não apenas coisas, mas também a própria fala. Sendo possível desenhar a fala, é também possível que desenhos ou objetos falem.

Como HAVELOCK, também BIBER (1988, p.8 apud KATO, 1995, p.11) ressalta a prioridade da língua oral sobre a língua escrita, tanto nos aspectos individuais (ontogenéticos) como históricos (filogenéticos):

Certamente em termos de desenvolvimento humano, a fala é o status primário. Culturalmente, os homens aprendem a falar antes de escrever e, individualmente, as crianças aprendem a falar antes de ler e escrever. Todas as crianças aprendem a falar (excluindo-se as patologias); muitas crianças não aprendem a ler e a escrever. Todas as culturas fazem uso da comunicação oral; muitas línguas são ágrafas. De uma perspectiva histórica e da teoria do desenvolvimento, a fala é claramente primária.

O que acabamos de referir pode ser ainda reforçado por Kato, no comentário que ela faz sobre a reflexão de Givón:

Estudando as línguas do mundo sob uma perspectiva evolucionista, GIVÓN constata que a evolução histórica

(filogenética) das línguas e a evolução lingüística individual (ontogenética) apresentam uma certa similaridade: verifica-se uma evolução em direção à gramaticalização, isto é, de construções pragmáticas (contextualmente dependentes) para construções regidas por organização sintática. A mesma evolução é sentida por ele na passagem de códigos primitivos (pidgins), que aparecem na situação de línguas em contato, para sistemas lingüísticos mais elaborados (crioulos), dos descendentes dos falantes dos pidgins. (KATO, 1995, p. 23).

Assim como há povos e línguas que não possuem uma escrita, há também indivíduos que não foram alfabetizados. Ainda que a falta de domínio da escrita seja sem dúvida um fator de limitação da potencialidade do ser humano, principalmente no mundo letrado de hoje, o fato é que em termos absolutos a perda da escrita não seria tão trágica como a perda da fala. Como a escrita é a base da fala, não falar tolhe mais o indivíduo do que não escrever.

2.2 A escrita como instrumento de poder

Desde seu surgimento até os dias atuais, a escrita foi um instrumento de poder nas mãos de quem a dominou. De acordo com ZILBERMAN & SILVA (1999):

Tão logo criada, a escrita assumiu um caráter distintivo, conferindo àqueles que dominavam a técnica de escrever (ou de desenhar os sinais equivalentes a palavras inteiras, sílabas ou fonemas) um lugar de destaque na sociedade. O escriba foi, até a decadência da civilização micênica, no final do segundo milênio a.C., um indivíduo privilegiado: mesmo sendo plebeu, tinha acesso à vida palaciana, circulando entre a aristocracia e estava próximo à realeza.(ZILBERMAN & SILVA, 1999, p.11)

A evidência mais explícita da presença do poder de uns sobre os outros, ou seja, dos letrados sobre os não letrados, é que aos primeiros é conferida a

competência das certificações, do acesso e produção no código instituído ao conhecimento universalmente acumulado, criando uma fronteira irreversível de pertencimento e domínio. Aos detentores do código está concedida a permissão para participarem do privilégio.

O caráter opressor da escrita foi enfatizado pelo antropólogo francês LÉVI-STRAUSS, que talvez tenha sido o primeiro autor contemporâneo a escrever sobre a escrita dos povos, a partir de experiências com sociedades orais. Uma dessas experiências foi com os Nambikwára do Brasil Central. Lévi-Strauss faz uma crítica à atitude corrente e corriqueira de "glorificação e louvor à escrita". E essas reflexões de Lévi-strauss, citadas por Gnerre, têm sua raiz no discurso da prática: a "lição escrita" que recebeu do chefe dos índios Nambikwára.

Insisti, junto do chefe, para que se procedesse às trocas sem demora. Então, verifica-se um incidente extraordinário. (...) Mal tinha ele juntado toda a sua gente, tirou de um cesto um papel coberto com linhas tortuosas que fingiu ler e nas quais procurava com uma hesitação fingida a lista dos objetos que eu devia dar em troca dos presentes oferecidos: a este, contra um arco e flechas, um sabre de cortar. A um outro, pérolas! Para os seus colares... essa comédia prolongou-se durante duas horas. Que esperava ele? Enganar-se a si próprio, talvez; mas ainda mais espantar os seus companheiros, persuadi-los de que as mercadorias passavam por seu intermédio, de que tinha obtido a aliança do branco e participava de seus segredos (...) A escrita tinha, portanto, feito o seu aparecimento entre os Nambikwára; mas não como se poderia imaginar, ao fim de uma aprendizagem laboriosa. O seu símbolo fora utilizado, ao passo que sua realidade continuava estranha. E isso em vista de um fim mais sociológico do que intelectual. Não se tratava de conhecer, de reter ou de compreender, mas de aumentar o prestígio e autoridade de um indivíduo - ou de uma função - à custa de outrem. (LÉVI-STRAUSS, apud SOARES, 1999, p.20).

Através de seus estudos, LÉVI-STRAUSS conclui que a escrita, desde seu aparecimento, talvez tenha favorecido muito mais "a exploração do homem do que sua iluminação. "Essa "lição de escrita" leva-o a concluir:

Minha hipótese, se correta, nos obrigaria a reconhecer o fato de que a função primária da comunicação escrita é a de favorecer a escravidão... Ainda que a escrita não haja sido suficiente para consolidar o conhecimento, ela foi talvez indispensável para fortalecer a dominação... A luta contra o analfabetismo está então em relação com um crescimento da autoridade dos governos sobre os cidadãos. Todos têm que ser capazes de ler, de forma que o governo possa dizer: a ignorância da lei não é desculpa. (Lévi-Strauss apud GNERRE, 1998, p.58)

Uma interpretação etnocêntrica obriga-nos a relativizar o valor atribuído à escrita. GNERRE (1985) aponta o fato de que, em culturas predominantemente orais, a comunicação escrita pode ser vista como "algo incompleto, parcial, pouco confiável, falsificável" e cita povos que percebem a leitura "como uma renúncia de si próprio para aderir ao texto".

Poderíamos ainda dizer que o poder da escrita está diretamente ligado a outras formas de dominação que vão dividindo as sociedades em dois grupos claramente distintos:

O analfabetismo alia-se à pobreza, desnutrição, falta de educação e assistência médica, enquanto que a cultura escrita associa-se ao crescimento da produtividade, aos cuidados com a infância e ao avanço da civilização. (PATTANAYAK, 1995, p.117)

STRUBBS(1980) ainda tratando sobre o mesmo assunto corrobora LÉVI-STRAUSS chamando a nossa atenção para o poder exercido pela escrita:

Sabemos muito pouco a respeito das funções sociais da escrita. Não há provas suficientes de que tenha propiciado a civilização à humanidade. Contudo a louvação exagerada à escrita persiste, e os estudiosos ocidentais insistem na afirmativa de que ela "desempenhou papel decisivo no desenvolvimento do que podemos chamar de modernidade" (OLSON, 1986). Afirmativas exageradas como essa fornecem instrumentos aos burocratas e gerenciadores, políticos e planejadores, para perpetuarem a opressão em nome da cultura escrita e da modernização." (apud PATTANAYAK, 1995, p.117)

PATTANAYAK conclui que, sob condições de oralidade, as pessoas identificam os problemas e os resolvem trabalhando em conjunto. A cultura escrita provoca uma ruptura no todo, permitindo e promovendo a iniciativa individual e isolada na identificação e solução dos problemas (1995, p.120).

Também interessa observarmos como a escrita causa estranheza e perplexidade para sociedades ágrafas. Entre os inúmeros relatos disponíveis na história da escrita, destacamos, a título de ilustração do poder exercido por ela sobre aqueles que não a conhecem, o incidente abaixo, de um missionário Wesleyano nas Ilhas Fuji, registrado por GNERRE (1998).

Uma manhã havia ido ao trabalho sem minha esquadra de marceneiro. Assim, com um pedaço de carvão, escrevi num pedaço de madeira um pedido para minha mulher, para que ela me mandasse o instrumento. O pedaço de madeira foi entregue a um chefe do lugar para que o entregasse. O chefe ficou perplexo e perguntou: 'Que devo fazer?...' 'Você não deve dizer nada', respondi, 'O pedaço de madeira vai dizer tudo o que eu quero.' Com um olhar estarrecido e preocupado, ele segurou o pedaço de madeira e disse: 'Como é que isso pode falar? Por acaso tem uma boca?' Depois que o homem cumpriu o pedido durante vários dias o vimos freqüentemente cercado por um grupo que o escutava com interesse intenso enquanto narrava as maravilhas que aquele pedaço de madeira havia cumprido. (apud GNERRE, 1998, p.57).

Em nossa sociedade, a escrita é também vista como uma forma de dominação. Assim, de acordo com SOARES (1999):

Da língua escrita apropriam-se as classes dominantes, fazendo dela o discurso da verdade, repositório de um saber de classe, apresentado como saber legítimo. O acesso à escrita pelas camadas populares pode, por isso significar a renúncia ao seu próprio saber e ao seu próprio discurso, a sujeição ao saber e ao discurso do dominante (...) por isso a escrita traz a margem dessas classes, não só pela utilização da norma lingüística socialmente prestigiada, como também pela ideologia que veicula (impõe? inculca?). (SOARES, 1999, p. 22-25)

É necessário ressaltarmos que, ao mesmo tempo em que o discurso escrito surge para tentar representar o discurso oral, temos um episódio interessante que é a criatura tomando o lugar privilegiado, não de seu criador, mas de quem lhe deu origem. Conforme o DE se firma como meio de comunicação universal, do ponto de vista de que qualquer pessoa capaz de o decodificar poderá compreender a mensagem nele contida, ele vai paulatinamente recebendo mais prestígio a ponto de servir de modelo para o bom uso do DO. Conforme SAUSSURE (1969)

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto lingüístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto. Mas a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar mais importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto(...) um idioma natural (DO) ao sofrer a influência de uma língua literária (DE) se torna cada vez mais compósito, ao enunciar a língua, mesmo que oralmente, o sujeito falante estará enunciando língua escrita e língua oral em grau maior ou menor, uma e outra. (SAUSSURE, 1969, p. 34)

A escrita e a fala são formas de comunicação distintas que cumprem papéis diferentes dentro das sociedades que as utilizam. Enquanto a fala é natural, básica e de certa forma democraticamente distribuída a todos os seres humanos, a escrita é artificial, restrita e segregadora das pessoas que não a dominam. Da antigüidade até os dias atuais, o conhecimento da escrita tem aberto caminhos para o privilégio, permitindo que os seus utentes galguem o poder, subjuguem os demais.

2.3 Os movimentos e os silêncios que significam

Muitos estudiosos das diferenças e semelhanças entre DO e DE afirmam, como já vimos, que o DO é altamente dependente do contexto extralingüístico. Seguindo essa linha de raciocínio, precisamos reconhecer que os gestos e movimentos, por pequenos que sejam, farão parte do discurso de quem o profere, ou fará com que o locutor altere a organização de seu discurso como reação a um determinado movimento ou gesto de seu interlocutor. O que acontece com o corpo durante a fala faz parte do ato comunicativo, ao contrário do que acontece durante a escrita. Conforme coloca Halliday,

Quando falamos, os movimentos corporais que executamos podem ser observados e medidos; o mesmo acontece com a agitação do ar que resulta específica e diretamente destes movimentos. Na língua falada estamos interessados em ambos os estágios desta atividade, justamente porque as propriedades de uma onda sonora são determinadas unicamente pelos movimentos da articulação executados para produzi-la. Na escrita, entretanto, a conexão entre os movimentos e os sinais resultantes no papel ou no quadro negro é imprecisa; não se pode dizer que movimentos de determinados órgãos são responsáveis pela produção de certas letras, e muito menos datilografada, numa página. Na língua escrita estamos, portanto, somente interessados em observar os resultados, pois o estudo dos movimentos que produzem sinais no papel nada nos diz sobre a significação lingüística de tais sinais, nem mesmo nos serve para afirmar se constituem, ou não, uma língua. (HALLIDAY et al., 1964, p. 27-28).

LYONS (1977) reconhece as marcas extralingüísticas na comunicação oral como fazendo parte da interlocução.

A forma mais típica de comportamento lingüístico é a que ocorre na conversação frente-a-frente entre dois membros da mesma cultura; é isto que será entendido pelo termo 'comportamento lingüístico normal'. Todos os outros usos e manifestações da língua, tanto escrita como falada, são derivados de uma maneira ou de outra do comportamento

lingüístico normal entendido nesse sentido. Deverá incluir tanto fenômenos vocais prosódicos: (variações de tom, altura, duração, etc.) como fenômenos não-vocais: (movimentos dos olhos, acenos de cabeça, expressões faciais, gestos, posturas do corpo, etc.)" (LYONS, 1977, p.60)

SAPIR observou que "reagimos ao gesto com extrema atenção e poder-se-ia dizer que o fazemos segundo um elaborado código que não está escrito em lugar nenhum, que ninguém conhece, mas que todos compreendem" (SAPIR, apud DAVIS, 1979, p. 19).

Da mesma forma como hoje estamos questionando o esquecimento do Discurso Oral como precursor ao Discurso Escrito, também temos que reconhecer que, antes da fala, os movimentos do corpo, juntamente com prováveis grunhidos, foram o meio de comunicação entre os homens. Portanto, seu estudo era imprescindível. DAVIS (1979) dedica-se à pesquisa dos movimentos e baseia-se, particularmente em BIRDWHISTEL.

Até bem pouco tempo era ignorado pela ciência o movimento do corpo como instrumento de comunicação entre as pessoas. Foi o Dr. Birdwhistell que mais se dedicou ao estudo dos movimentos corporais. Designa o termo "kinema" - cinema - para designar movimento, e chama "kine" ou cine ao menor sinal de movimento dotado de significado. Afirma ainda que todos os movimentos do corpo contêm um significado. Que não necessariamente significarão a mesma coisa em todos os contextos ou para todas as pessoas. Para estabelecer relações entre os movimentos precisou classificá-los, e para isso precisou criar sinais pictóricos que representassem cada um desses movimentos.(DAVIS, 1979)

No nosso dia-a-dia, não nos damos conta do quanto nos comunicamos através dos movimentos corporais; é algo que fazemos inconscientemente. Quando somos obrigados a transmitir o mesmo conteúdo discursivo de forma escrita, é que vemos o quanto ficamos limitados pela impossibilidade de utilizar os movimentos corporais.

BIRDWHISTELL descobriu, em suas pesquisas, que existem certos mini-movimentos tão inseparáveis da fala quanto a pontuação da frase escrita. "O estudo dos movimentos do

corpo é tão meticuloso que, certa vez, numa tarde, examinou dois segundos e meio de um filme cerca de 1008 vezes". (DAVIS, 1979, p. 41)

Além de BIRDWHISTELL, outros autores como DUNCAN (1977); JOHNSON (1979); EFRON (1972); BOUISSAC (1973); POYATOS (1977); dedicaram estudos aos movimentos do corpo que têm significado. Pesquisas mais aprofundadas sobre os movimentos nos oferecem como resultados um paralelismo entre a Cinética e os signos lingüísticos. Nesse sentido, RECTOR & TRINTA (1985) conseguiram traçar o quadro das equivalências para podermos melhor entender a sua importância.

Há estudos que transpõe para a investigação dos movimentos corporais expressivos o modelo lingüístico. Estabelecem, então, além dos cines, os alocines, que são unidades equivalentes, por analogia aos alofones. Os sintagmas são unidades que tornam precisos os movimentos e as posições do corpo, cabeça, face, tronco e ombros, braços e punhos, mãos e dedos, quadris e pernas, pés e pescoço. (RECTOR & TRINTA, 1985, p. 56)

O Quadro mostra as diferenças entre Lingüística e Cinésica.

Quadro 1 - Correspondência entre Lingüística e Cinésica (RECTOR & TRINTA, p. 57)

Lingüística	Cinésica
Som	Grupo muscular e esqueleto
Fone: Alofone Fonema	Cine: Alocine (Cinema)
Morfe: Alomorfe Morfema	Cinemorfe: Ato Ação
Sintagma: Palavra/s Frase	Sintagma: Gesto Seqüência Gestual
Emissão: No contexto	Ação: No contexto

BIRDWHISTELL já havia feito uma analogia entre a cinética e a linguagem. Assim como o discurso pode ser repartido em sons, palavras, sentenças,

parágrafos etc., na cinética existem também unidades similares. O mesmo autor que chama cine à menor unidade de significação, reconhece, no entanto, que nenhum observador pode simultaneamente notar e anotar todas as partes do corpo com seus respectivos cines.

Como já vimos, não é somente a palavra, tanto falada como escrita, que comunica. Os movimentos do corpo são de igual forma importantes e cabe ainda reconhecer que, dentro do ato comunicativo, também o silêncio pode significar. "Escrever é uma relação particular com o silêncio" (ORLANDI, 1993, p. 85), pois "também o que não é falado significa" (idem, *ibidem*).

Em minhas reflexões tenho-me dedicado a compreender uma outra vertente do não-dito, a do silêncio. Esta se origina no fato de que a linguagem é política - a linguagem é política porque o sentido sempre tem uma direção, é sempre dividido - e que todo o poder se acompanha de um silêncio, em seu trabalho simbólico. É o que tenho chamado "política do silêncio", que, aliás, se subdivide em duas formas de exercício da significação:

- a) O silêncio constitutivo, ou seja, a parte do sentido que necessariamente se sacrifica, se apaga, ao se dizer. Toda a fala silencia necessariamente. A atividade de nomear é bem ilustrativa: toda denominação circunscreve o sentido do nomeado, rejeitando para o não-sentido tudo o que nele não está dito;
- b) O silêncio local: do tipo da censura e similares; esse silêncio é que é produzido ao se proibir alguns sentidos de circular, por exemplo, numa forma de regime político, num grupo social determinado de uma forma de sociedade específica etc. (ORLANDI, 1993, p. 49-50)

No discurso escrito não temos espaços para silêncios e movimentos; muito embora MARCUSCHI (1986) tenha criado representações para pausas e silêncios, elas apenas são utilizadas para representação de transcrições de discursos orais. Tenta-se através dessa representação fazer com que o leitor da transcrição se aproxime ao máximo da enunciação feita pelo autor do DO. A necessidade de representar os silêncios na transcrição mostra, portanto, sua importância na fala.

2.4 A apropriação do discurso do outro na facção do próprio

O texto não existe sozinho, mas é construído a partir de outros textos, formando o que se conhece como intertexto. Não representa, portanto, uma única voz, mas várias vozes, resgatando o que foi dito em outros lugares e construindo o novo a partir do que já se sabe. Um texto tem sempre a presença de outros textos (Barthes, 1974). É o que BEAUGRANDE E DRESSLER (1983) chamam de intertextualidade:

Um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual ele toma posição. Inúmeros textos só fazem sentido quando entendidos em relação a outros textos, que funcionam como seu contexto. Isso é verdade tanto para a fala coloquial, em que se retomam conversas anteriores, quanto para os pronunciamentos políticos ou o noticiário dos jornais que requerem o conhecimento de discursos e notícias já divulgadas, que são tomados como ponto de partida ou são respondidos. (BEAUGRANDE E DRESSLER, 1983, p. 15)

O que é novo no texto parte do que já se conhece. Segundo CHAFE

...o que ocorre tipicamente é que o falante considera ser nova alguma parte da informação que ele está comunicando; é informação que ele está introduzindo na mente do ouvinte pela primeira vez. Mas tipicamente também ocorre, que alguma parte da informação da oração não é nova. Uma parte é informação que o falante e o ouvinte já possuem em comum no momento em que a oração é enunciada. Essa informação compartilhada constitui uma espécie de ponto de partida baseado em conceitos já 'no ar', com os quais a nova informação pode relacionar-se. A informação velha pode ser compartilhada pelo ambiente comum no qual tanto o falante como o ouvinte estão interagindo. Frequentemente é também compartilhada sobre a base de orações já enunciadas, e nesse caso podemos dizer que o ambiente comum foi criado lingüisticamente. (CHAFE WALLACE, 1979, p. 218-219)

COSTA VAL (1993) também trata do mesmo assunto, avançando para a voz do saber coletivo que chama de senso comum. Aquele saber, que ninguém sabe quem foi que ensinou.

Há aqui uma questão interessante que não é mencionada pelos autores. É que o mais freqüente interlocutor de todos os textos, invocado e respondido consciente ou inconsciente, é o discurso anônimo do senso comum, da voz geral corrente. Assim, avaliar a intertextualidade, em sentido lato, pode significar analisar a presença dessa fala subliminar, de todos e de ninguém, nos textos estudados. Por outro lado, como esse discurso é de conhecimento geral, pode-se também considerá-lo como informação previsível e avaliar sua presença como elemento que faz baixar o grau de informatividade. (COSTA Val, 1993, p.14)

O interesse do receptor pelo texto vai depender do grau de informatividade de que o último é portador. Esse é mais um dos fatores de textualidade apontado por Beaugrande e Dressler (1983) e diz respeito à medida na qual as ocorrências de um texto são esperadas ou não, conhecidas ou não, no plano conceitual e no formal. Ocorre que um discurso menos previsível é mais informativo, porque a sua recepção, embora mais trabalhosa, resulta mais interessante, mais envolvente. Entretanto, se o texto se mostrar inteiramente inusitado, tenderá a ser rejeitado pelo receptor, que não conseguirá processá-lo [...] o texto com bom índice de informatividade precisa ainda atender a outro requisito; a suficiência de dados (apud Costa Val , 1993, p. 14).

2.5 As diferenças e semelhanças entre discurso oral e discurso escrito

A primeira constatação a fazer sobre as diferenças entre DO e DE é que elas diferem, não só do ponto de vista filogenético, mas também ontogenético. Historicamente, podemos afirmar que, no início, a escrita começa imitando a fala, destacando-se, por exemplo, a oralidade das primeiras obras literárias, basicamente

feitas para serem declamadas, ou lidas em voz alta para o público. Mais tarde, com o aumento da produção escrita, passou-se a publicar textos para serem lidos individualmente, de maneira silenciosa – o que provocou um afastamento entre escrita e fala. Atualmente, com o avanço da tecnologia (computadores, Internet), que facilitou e ampliou a interação entre as pessoas, parece estar ocorrendo uma aproximação entre fala e escrita, principalmente em determinados tipos de interação eletrônica como e-mail, lista de discussão e bate-papo (chat).

Individualmente o mesmo padrão parece ocorrer, conforme já vimos. No início, quando se aprende a escrever, a escrita imita a fala; mais tarde há um afastamento e finalmente uma reaproximação, quando a fala começa a imitar a escrita (KATO, 1986).

A segunda constatação é que as diferenças não são categóricas ou dicotômicas, mas dispersam-se ao longo de um continuum. "As diferenças entre fala e escrita se dão dentro de um *continuum tipológico* das práticas sociais e não na relação dicotômica de dois pólos opostos" (MARCUSCHI, 1995, p.13), de tal maneira que encontraremos traços de oralidade na escrita e da escrita na fala.

A presença da fala na escrita pode também ter uma dimensão pedagógica importante, principalmente quando se inicia a aprendizagem da escrita. De acordo com FÁVERO et al. (1999):

Parece consenso que a língua falada deve ocupar um lugar de destaque no ensino de língua. A motivação para que esta modalidade seja trabalhada com tal relevo dá-se de um lado, porque o aluno já sabe falar quando chega à escola e domina, em sua essência, a gramática da língua. Por outro, a fala influencia sobremaneira a escrita nos primeiros anos escolares, principalmente no que se refere à representação gráfica dos sons.(Fávero et al, 1999, p.11)

Parece que uma das dificuldades encontradas pelo jovem na elaboração de seu DE é a utilização de termos adequados, por ser esse de nível culto. Esses problemas praticamente inexistem no DO, pois o seu autor achará um termo que,

mesmo não sendo preciso, resolverá seu problema comunicativo, pois parte do sentido será complementado pelo seu interlocutor. Tratando da dificuldade que os alunos têm no uso adequado do vocabulário, BEZERRA(1999) afirma que:

Como consequência para o ensino, temos a prescrição: a escrita deve ser padrão, formal, enquanto a fala é coloquial, informal. E visto que a aprendizagem da língua escrita se dá no ensino formal, institucional, e a avaliação da fala se faz através de padrões da escrita, esta passa a ser valorizada em detrimento daquela.

Note-se, inversamente, que a presença dos traços da escrita na oralidade é às vezes artificialmente imposta devido ao preconceito lingüístico. Ainda que a tentativa dificilmente tenha êxito, poderá haver casos em que o aluno comece a falar artificialmente com os traços da escrita, levado pelo mito de que “o certo é falar assim porque se escreve assim” (BAGNO, 1999).

Partimos do princípio de que há diferenças entre DO e DE. Enquanto o DO é espontâneo e descompromissado, com a utilização de construções menos ou mais redundantes, o DE é cuidadoso e passa pela profilaxia de eliminar todo o termo que possa ser considerado supérfluo. Enquanto o DO utiliza elementos externos - mas comunicativos - à elocução, o DE fica restrito a pouco mais de três dezenas de sinais que tentam representar o DO. Assim sendo, "as regras de sua efetivação, bem como os meios empregados são diversos e específicos, o que acaba por evidenciar produtos diferenciados" (MARCUSCHI, 1986, p.62)

Ainda MARCUSCHI afirma que entre as muitas diferenças entre *texto falado x texto escrito* podem ser lembradas as seguintes:

- a) a fala tende a ser plurissistêmica, com fatores organizacionais verbais e não-verbais tais como a prosódia e a gestualidade, ao passo que a escrita depende mais essencialmente do canal verbal;
- b) a fala, sobretudo a conversação, envolve uma interação mais direta, face a face, no mesmo tempo social em contextos comuns e imediatos, com troca de falantes, pouca fixidez temática, maior espontaneidade, enquanto a escrita tende ao

monólogo, sem troca de falantes, o tempo de produção não costuma coincidir com o da recepção, apresenta um caráter mais público, menos envolvente, maior fixidez temática, compacidade, integração e elaboração;

c) a organização textual da fala exhibe maior frequência de redundâncias, repetições, elipses, anacolutos, autocorreções, marcadores ilocutórios e elementos metacomunicativos do que a escrita, pois esta desenvolve outros mecanismos que resultam em diferenças de organização sintática, semântica e pragmática. (KATO, 1986 e MARCUSCHI, 1986)

A psicolinguísta OCHS (1995) relaciona a fala ao que ela chama de discurso relativamente não-planejado (DRNP) e a escrita ao discurso planejado. Assim, o DRNP apresenta dependência contextual, uso de estruturas morfossintáticas adquiridas cedo, uso de repetição lexical e menor uso de variação de forma e conteúdo. O DP, por outro lado, apresenta menor dependência contextual, menor uso de estruturas adquiridas cedo, mais estruturas adquiridas tardiamente, menor uso de repetição lexical e maior uso de variação de forma e conteúdo.

TANNEN (1982) faz uma síntese dos estudos já realizados sobre as diferenças entre as estratégias da linguagem oral e as da escrita, chegando a duas diferenças fundamentais: a) a linguagem oral é altamente dependente de contexto, enquanto a escrita é descontextualizada; b) a coesão, na linguagem oral, é estabelecida através de recursos paralingüísticos e supra-segmentais, enquanto na linguagem escrita, ela é estabelecida através de meios lexicais e de estruturas sintáticas complexas que usam conectivos explícitos. Para FÁVERO et al. (1999), a escrita apresenta uma estrutura complexa, formal e abstrata, enquanto a fala é de estrutura simples ou desestruturada, informal, concreta e dependente do contexto.

Na verdade, a relação entre o DO e o DE, conforme afirma SILVA (1996), é complexa e polêmica. Pode-se com certa facilidade estabelecer as características diferenciadoras entre o oral e o escrito, traçando determinados paralelismos dicotômicos, mas corre-se o risco de não refletir a realidade aparentemente baseada mais numa escala de continuidade do que na apresentação de

opostos. Vêm-se as diferenças não em termos de presença ou ausência de determinados traços, em uma ou outra modalidade, mas em termos de graus de intensidade.

Um exemplo dessa abordagem gradativa é o estudo de HALLIDAY (1989), envolvendo questões de frequência, densidade lexical e nominalização. O uso de itens de baixa frequência caracterizaria o texto escrito. Também o uso de substantivos, adjetivos e verbos, considerados itens lexicais em oposição ao restante das classes de palavras, que envolvem os itens gramaticais, caracterizaria o texto escrito, dando-lhe, assim, mais densidade lexical. Quanto à nominalização, HALLIDAY (1996) afirma que as diferenças centrais entre fala e escrita estariam na nominalização mais intensa na escrita, o que também acarretaria grupos nominais mais longos e orações maiores. A fala seria mais segmentada neste aspecto e isto lhe daria uma sintaxe até mesmo "mais intrincada" que a da escrita (HALLIDAY, 1996, p. 348).

VIEIRA (1999), examinando textos escritos e orais, descobriu que, no texto escrito, a média foi de 7,92 itens lexicais por oração contra a média de 2,45 itens lexicais por oração no texto oral. Esses dados confirmam a teoria de HALLIDAY de ser o texto escrito lexicalmente mais denso do que o falado. A amostra dada por VIEIRA foi analisada a partir do corpus formado por um texto oral do projeto NURC e um artigo da revista VEJA.

Historicamente, do ponto de vista ontogenético, estamos chegando a uma etapa em que parece estar havendo novamente uma reaproximação entre DO e DE. Essa aproximação já foi ressaltada, entre outros investigadores, por HALLIDAY (1996) quando afirma que "sob o impacto das novas formas de tecnologias" poderemos presenciar uma nova situação que "está desconstruindo toda a oposição entre fala e escrita". Para o autor, "a distância entre fala e a escrita" está diminuindo com a produção de enunciados mais curtos e com menor índice de nominalizações no

texto escrito. O que está ocorrendo pode não ser "a neutralização das diferenças entre fala e escrita" mas sim "uma maior interação entre ambas, do que emergirão algumas novas formas de discurso" (HALLIDAY, 1996, p.356). É o que está ocorrendo, por exemplo, com a popularização do correio eletrônico e dos bate-papos virtuais: "os computadores encorajarão os escritores a interagirem mais e mais materiais não-verbais em suas escritas" (HALLIDAY, 1996, p.358).

Diante das considerações dos autores que mencionamos, apresentamos no Quadro 2 as diferenças que selecionamos para serem analisadas neste trabalho.

Quadro 2 - Diferenças Relevantes Entre o Discurso Oral e o Discurso Escrito Analisadas Nesta Pesquisa

Discurso Oral	Discurso Escrito
1. Despreocupação com escolha vocabular	1. Cuidado em utilizar palavras de registro culto
2. Elevado número de orações incompletas pela verbalização	2. Maior número de orações com sentido completo
3. Menor densidade lexical	3. Maior densidade lexical
4. Utilização dos movimentos corporais e do silêncio como forma de coesão e significado e a monopolização do discurso por parte de um dos interlocutores (poder)	4. Utilização de elementos coesivos gramaticais e ausência de comunicadores paralingüísticos e possibilidade de haver dominação dos letrados sobre os demais
5. Menor número de nominalizações	5. Maior número de nominalizações
6. Presença abundante de expletivos	6. Presença mínima de expletivos
7. Mais colaboração dos interlocutores no entendimento do que não foi claramente explicitado no DO	7. Menos colaboração por parte do leitor que exige um texto claro
8. Complementação de orações incompletas dando seqüência ao raciocínio do outro	8. Apropriação do discurso oral do outro na facção do DE

2.6 Conclusão

Diante de todos os autores mencionados anteriormente, podemos observar que, primeiramente, a língua escrita percorreu um longo caminho até chegar à forma como a conhecemos hoje, passando por diversos estágios. Esse percurso que KATO (1986, 1999) registra como filogênese parece repetir-se na aquisição da linguagem escrita, pela criança: a ontogênese. Também foi mencionado que houve alternância de prestígio entre o discurso oral e o discurso escrito. Ainda hoje a escola quer ensinar as crianças a falarem como se escreve, mas há muitas pesquisas revelando que deve ser dada especial atenção para a oralidade.

Em um segundo momento mostramos como a escrita pode ser considerada um instrumento de poder e como esse poder segrega as pessoas que não dominam a escrita. Vimos também como os silêncios e movimentos que complementam o ato comunicativo oral não estão automaticamente disponíveis para o escritor.

O novo acrescentado sobre o velho forma outro discurso e, quando usado na proporção adequada, dará a medida ideal do grau de informatividade que deve possuir o texto. Isso pode acontecer não só de discurso escrito para discurso escrito, mas também de uma modalidade de discurso (escrito ou oral) para outra.

Mostramos, finalmente, como as diferenças e semelhanças entre discurso oral e discurso escrito têm sido vistas pelos especialistas da área. Vimos, assim, como o que acontece na filogenia parece repetir-se na ontogenia, ou seja, de uma aproximação inicial entre fala e escrita, evolui-se para uma separação e posteriormente para uma reaproximação.

Não há, portanto, apenas diferenças entre fala e escrita, mas também semelhanças. Não apenas a escrita pode, em certos aspectos, influenciar a fala, mas também a fala pode influenciar a escrita.

3. METODOLOGIA

Descreveremos neste capítulo a metodologia usada para a obtenção dos dados, incluindo os sujeitos, instrumentos e procedimentos. Como usamos um estudo piloto para refinar a metodologia, este também será descrito.

3.1 A escolha da escola

Escolhemos o Colégio Santa Margarida, escola de ensino fundamental e médio, para fornecer os elementos necessários ao desenvolvimento de nossa pesquisa. Sua clientela é formada, principalmente, por pessoas de classe média, com alguns representantes da classe alta e outros poucos da classe baixa, neste caso geralmente bolsistas beneficiados pela filantropia que a escola presta. Pertence à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, sendo portanto confessional. Conta atualmente com cerca de 1.200 alunos, distribuídos em turmas desde a educação infantil até o 3º ano do ensino médio, este ainda dividido em 3 cursos distintos: Preparação para o Trabalho, Técnico em Informática e Magistério. Seu objetivo pedagógico-filosófico é *formar seus alunos com base em uma proposta de difusão de conteúdos culturais, universais e técnicos, associados à realidade do aluno e à realidade sócio-global, buscando a relação teórico-prática pautada em princípios cristãos, éticos e morais para o exercício da cidadania consciente e responsável.*

O critério para a escolha da escola foi, principalmente, a facilidade de acesso do pesquisador, tendo em vista já ter trabalhado na instituição e, portanto, possuir um trânsito mais ou menos livre. O relacionamento com a direção e demais

professores também foi fundamental, pois foram necessários vários contatos para formar o corpus desta pesquisa.

O Colégio Santa Margarida possui um método de avaliação que precisa ser explicado para ser entendida a seqüência de todo o trabalho. A média a ser atingida pelos alunos é Seis para serem considerados aprovados, devendo somar Vinte e Quatro pontos com a adição das quatro avaliações bimestrais; após a 2ª avaliação, existe uma recuperação para a sua nota. Um aluno que tenha um mínimo de dedicação consegue, ao final do 3º bimestre, atingir os pontos necessários para sua aprovação e, se ele foi assíduo durante os três primeiros bimestres, também está, a essa altura, com presença suficiente para poder faltar no último bimestre.

3.2 A escolha dos informantes do "corpus"

Por motivos que serão explicitados, fizemos três coletas de dados para a formação do "corpus" desta pesquisa. As duas primeiras avaliamos como um estudo piloto, pois serviu-nos como experiência para a definitiva.

3.3 Estudo piloto

3.3.1 O primeiro corpus

Na 1ª tentativa de coleta de dados, escolhemos as três turmas de 3º ano do ensino médio, que prestariam vestibular dali a poucos dias. A proximidade do exame significa que os alunos passaram por um processo de preparação em que estava incluída a produção textual. Julgamos isso ir ao encontro do objetivo da

pesquisa: comparar textos escritos de alunos que podem ser considerados preparados para escrever, com seus discursos orais.

O trabalho obedeceu aos seguintes procedimentos:

1 - Cada uma das três turmas escolheu um tema sobre o qual gostaria que houvesse um debate entre dois alunos voluntários com posições divergentes. Os temas escolhidos foram: "A validade da prisão do grupo musical 'Planeta Hemp'"; "A censura em programas televisivos" e "A criação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA"

2 - Houve três motivações diferentes para a produção das redações, uma por tema, em cada uma das turmas: a) debate oral entre dois debatedores; b) debate oral de toda a turma com a participação do professor titular e c) leitura silenciosa de textos de jornais e revistas que tratavam do assunto. Essas motivações foram alternadas em relação aos temas e às turmas, de modo que um determinado tema, como "A censura em programas televisivos", teve como motivação o debate entre dois alunos na turma "A"; debate geral na turma "B" e leitura de textos na turma "C", e assim sucessivamente com os outros temas.

Contrário ao que se esperava, os alunos que fizeram o debate e seriam os informantes não completaram sua tarefa. Embora tenham feito os debates com muito entusiasmo, o fato de já estarem aprovados os desestimulou a escrever. Portanto, tivemos aí a frustração de nosso trabalho. Ainda tentamos localizar alunos que já haviam viajado para as suas cidades para que escrevessem suas redações, mas foi em vão.

3.3.2 A formação do segundo "corpus"

Resolvemos fazer outra coleta de dados, e agora com outra perspectiva, já que, na anterior, parecia que o que estávamos observando mesmo eram as

diferentes motivações originadoras dos textos escritos. Nossa análise ficaria ampla demais e o foco principal da pesquisa, as diferenças entre o discurso oral e escrito, estava ficando ofuscado. Foi então que decidimos suscitar no aluno a produção de um discurso oral que depois pudesse ser comparado ao discurso escrito sobre o mesmo tema, feitos mais ou menos simultaneamente.

Solicitamos aos professores titulares das disciplinas de Geografia, Português (Redação e Literatura Brasileira) Biologia e História Geral que elaborassem um questionário de vinte perguntas sobre os conteúdos já anteriormente cobrados em prova. Aplicamos esse questionário a cada um dos alunos das turmas de 3ºEM1 e 3ºEM2, por ordem da lista de chamada, permitindo que o aluno escolhesse a disciplina sobre a qual gostaria de falar e, escolhendo um número de 1 a 20 correspondente a questão a ser respondida. Esse procedimento foi filmado por profissional contratado.

Logo após, o aluno respondeu por escrito, tendo sido avaliado em ambos os procedimentos, oral e escrito, pela professora titular da disciplina de Português - Redação e Literatura Brasileira.

Novamente fomos surpreendidos pela incompletude dos dados, pois muitos alunos não participaram do trabalho oral ou escrito, e os participantes apresentaram respostas monossilábicas, já que as perguntas induziam a esse tipo de resposta. Decidimos então fazer nova coleta de dados, desta vez utilizando outra metodologia, na qual pudéssemos observar claramente dados comparáveis entre os dois discursos.

3.3.3 A formação do corpus definitivo

3.3.3.1 Os sujeitos

Os dados para análise foram coletados em uma turma de 25 alunos do 3º ano do ensino médio, habilitação para o magistério, do colégio Santa Margarida, anteriormente citado. Todos os participantes eram do sexo feminino. A faixa etária das alunas ficou entre 17 e 38 anos com predominância nos 18 anos. Uma aluna era surda-muda e não participou do trabalho por se tratar de observação da produção oral; outras 4 eram dispensadas da disciplina de Português e 3 faltaram à aula no dia dos debates. O trabalho se concretizou, portanto, com 17 alunas presentes nesta coleta de dados. Foram divididas em 4 grupos de acordo com o tema de seus interesses.

Doravante chamaremos as alunas colaboradoras nesta pesquisa de informantes, e adotaremos um nome fictício para as identificar. Para haver equilíbrio nos grupos, foi necessário que a informante Micheline participasse de dois grupos; portanto a designaremos como Micheline PM quando tenha participado do tema "pena de morte" e Micheline TV quando figurar no tema "televisão". Esta mesma informante optou em fazer apenas uma redação e o tema escolhido foi "pena de morte". Ainda devemos considerar que a informante Liziane do grupo que discutiu Justiça - Impunidade, desviado para falsificação de CDs, produziu sua redação a respeito do tema "pena de morte". No decorrer da análise de dados, verificaremos em que medida será significativo este fato, ou se simplesmente, a descartaremos como informante. Outras quatro participantes dos debates não fizeram a redação. Portanto, para a pesquisa que visa a comparar textos oral e escrito do mesmo autor, utilizaremos somente as que fizeram os dois discursos. São elas: Micheline PM, Nilva, Marlene, Carolina, Firmina, Cristina, Paola, Karol, Cátia, Lizarbe, Etiana e Claudete.

3.3.3.2 A coleta de dados

Para viabilizar a coleta de dados, preparamos antecipadamente as alunas que os forneceriam, explicando a importância de sua participação nesta investigação e a indispensável colaboração de todas. Clarificamos a metodologia e a turma escolheu os temas que julgavam interessantes para serem discutidos verbalmente e sobre os quais escreveriam logo após.

Primeiramente fizemos uma explosão de idéias para decidirmos sobre que temas seriam debatidos e foram listados os seguintes pela ordem de votação:

- Televisão Como Instrumento de Des/Educação- 15 votos
- Aborto- Violência Sexual- 9 votos
- Justiça- Impunidade- 9 votos
- Pena de Morte- 7 votos
- Ecologia- 5 votos
- Sistema de Educação- Evolução/Regressão- 4 votos
- Participação de Pessoas Especiais na Sociedade- 4 votos
- Divórcio- Zero

A turma foi dividida em quatro grupos, de acordo com o interesse nos temas mais votados, divididas ainda em dois subgrupos, um defendendo o ponto de vista favorável e o outro como seu opositor.

Todas foram orientadas a trazer, para a aula seguinte, textos de jornais e revistas ou similares que tratassem do assunto escolhido. Poderiam pesquisar em livros e outros recursos, durante o intervalo dessa aula até a semana seguinte, quando seriam coletados os dados. Ainda foi esclarecido que os textos não deveriam simplesmente ser lidos durante os debates, mas poderiam e até deveriam ser citados como argumento de autoridade das afirmações feitas.

Coletamos os dados no segundo encontro - uma vez que esse primeiro foi apenas para orientar como seria o trabalho - uma sexta-feira, dia em que houve dois períodos consecutivos de aulas de Português. A gravação foi feita em vídeo-tape por profissional contratado, posicionado estrategicamente para gravar as informantes, sem haver interferência na evolução dos debates. O professor pesquisador listou ao quadro as regras do debate, bem como teceu considerações pertinentes aos temas antes de cada debate, que serviriam como provocação sem isso interferir na discussão.

As regras adotadas foram as seguintes:

- 1 - todos do grupo deveriam falar;
- 2 - deveria haver alternância de turnos;
- 3 - apenas uma aluna falaria por vez;
- 4 - deveria haver bom senso em relação a mudança de turno;
- 5 - poderiam ser feitas perguntas provocadoras, tanto pelo pesquisador, quanto pela professora titular da turma;
- 6 - o tempo total de debate ficou fixado em quinze minutos, sendo que, quando faltassem cinco minutos, o pesquisador avisaria, através de um cartão, contendo a mensagem: cinco minutos e, quando terminasse o tempo, seria avisado com outro cartão com a mensagem: tempo esgotado;
- 7 - o debate seria feito dividindo o grupo entre dois pontos-de-vista divergentes, ficando a critério do grupo, quem defenderia o tema proposto e quem se oporia ao mesmo, preferencialmente mantendo um equilíbrio no número de participantes;
- 8 - as alunas foram orientadas a ter em mente que uma redação possui uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão e que o debate deveria seguir, dentro do possível, os mesmos critérios;
- 9 - as alunas não-participantes do grupo que estivesse debatendo permaneceriam em silêncio, apenas escutando os discursos das colegas;

10 - qualquer comentário mais coletivo a respeito do tema poderia ser feito apenas após o término do debate de cada grupo;

11 - todas as informantes deveriam dizer para a câmara filmadora seu nome e o número da chamada para que pudessem ser identificadas como tais, na transcrição das falas.

Participou também como ouvinte a professora titular da turma, que avaliou as alunas pela sua participação nos debates.

O primeiro grupo a debater foi o que escolheu o tema “Pena de Morte” e dele fizeram parte as informantes: Cristina, Paola, Marimar, Micheline e Firmina.

O segundo tema a ser analisado seria “Justiça - Impunidade” que, por motivos que explicitaremos adiante, foi desviado para “Piratária de CDs e Livros,” tendo como integrantes as informantes: Maria, Diana, Francisca e Liziane.

O terceiro tema escolhido foi “Aborto - Violência Sexual” pelas informantes: Lizarbe, Claudete, Nilva, Etiana e Carolina.

O quarto grupo, tendo como informantes as alunas Cátia, Marlene, Micheline e Karol, abordou o tema “Televisão Como Instrumento de Des/Educação”.

Para o debate sobre o tema escolhido pelo segundo grupo "Justiça - Impunidade", as alunas trouxeram material para servir de apoio e argumento de autoridade e, entre esses, bastantes textos sobre pirataria de CDs, que deveriam ser apenas exemplos de como existe impunidade por parte da justiça. Talvez pelo nervosismo, ou por acharem mais interessante este assunto, toda a discussão do grupo, no momento do debate, acabou girando em torno da falsificação de CDs. Este pesquisador entrevistou, no sentido de que, a respeito de falsificações ou cópias, também tínhamos o xerox de livros e outros textos proibidos. Uma das informantes que defendia a punição de falsificadores de CDs, nesse momento disse que em relação à cópia de livros ela já pensava o contrário, pois seu pai vendia essas máquinas e era "por causa delas", ou seja, com o recurso proveniente da venda delas que ela podia

estudar nessa escola. Cabe ainda registrar que as componentes desse grupo demoraram cerca de 90 segundos para começarem seu debate, visto que tiveram um acesso de risos, provavelmente ocasionado pelo enfrentamento da câmara filmadora. É possível também que esse episódio tenha contribuído para que elas perdessem de vista o tema proposto.

Posteriormente o grupo procurou o pesquisador pedindo para fazer o trabalho novamente, pois deram conta do desvio do tema proposto. Pelo fato de que fugiríamos às regras estabelecidas para a formação do corpus, se atendêssemos ao seu pedido, decidimos por tentar aproveitar o que fora feito e analisar também os possíveis motivos que teriam levado o grupo inteiro à fuga do tema, já que a sugestão tinha sido dada pela própria turma e a escolha havia sido feita livremente.

A fita de vídeo-tape foi transcrita literalmente com a identificação das informantes, tendo inicialmente formado apenas um texto, pois as falas alternavam-se e normalmente na retomada de turno a seqüência do raciocínio era perdida. A análise dos dados nos dirá exatamente o que aconteceu e provavelmente os motivos. O método de análise da conversação adotado foi o proposto por MARCUSCHI (1986), complementado por FÁVERO et al (1999).

A redação, discurso escrito, foi realizada no terceiro encontro, sobre o mesmo tema anteriormente debatido oralmente e mantendo os mesmos pontos de vista, com exceção da informante Liziane, que dissertou sobre "Pena de Morte" quando seu tema era "Justiça-Impunidade". Nesse dia a aula foi de apenas um período, tempo suficiente para elaboração de uma redação. Recomendamos que nos fossem entregues também os rascunhos para em uma eventual necessidade, compararmos algo que julgássemos pertinente.

Ambos os trabalhos, debate oral e redação, foram avaliados pela professora de português da turma, que presenciou a defesa oral e posteriormente corrigiu as redações, tendo atribuído 2 dos 10 pontos da avaliação do bimestre em

curso e dividiu esta nota, 1 ponto para o debate oral e 1 ponto para a parte escrita. Não entraremos no mérito da correção da professora; a análise que faremos obedecerá apenas aos critérios estabelecidos por este pesquisador como pertinentes aos seus objetivos.

As redações foram xerocopiadas fazendo parte desta dissertação, como anexos; a original foi corrigida pela professora da turma que lhes atribuiu a nota de vida pelos seus próprios critérios de avaliação. Também fará parte dos anexos a transcrição de todos os debates, diacronicamente.

Ao fazermos a primeira leitura comparativa dos textos percebemos que havia alguns problemas tais como: algumas informantes que haviam participado do debate, não elaboraram a redação por escrito; da mesma forma como surgiram redações de informantes que não haviam feito o debate entre elas a aluna surda-muda, que mereceria especial dedicação ao seu estudo por mostrar-se deveras interessante. Como um dos aspectos a serem analisados seria a influência do discurso oral na escrita, resolvemos manter as transcrições das falas de alunas que não escreveram, mas eliminar as redações de quem não participou dos debates, pois ficariam totalmente fora do contexto e fugiriam totalmente do objetivo desta pesquisa.

4 ANÁLISE DE DADOS

Pudemos observar, da mesma forma que outros pesquisadores já detectaram, que existem diferenças significativas entre o discurso oral e o discurso escrito. Dessas, selecionamos algumas e estamos propondo outras, para poderem ser analisadas nesse trabalho. Também observaremos que paralelamente às diferenças encontramos semelhanças entre as duas modalidades e algumas das diferenças mencionadas parecem ficar na superficialidade do discurso. Assim ambos, oral e escrito, tendem a igualar-se, particularmente pela utilização dos modernos métodos de comunicação como correio eletrônico e conversas pela internet.

Neste capítulo analisaremos, as principais diferenças e semelhanças entre DO e DE, a partir da observação minuciosa dos dados enfocando os seguintes aspectos: (1) escolha lexical, (2) completude das orações, (3) densidade lexical, (4) silêncios, gestos e a questão do poder no DO e DE, (5) nominalizações, (6) presença de expletivos, (7) colaboração dos interlocutores e (8) apropriação do discurso do outro.

Veremos, assim, a questão da utilização de palavras do registro culto na escrita em oposição a palavras de uso mais coloquial na oralidade; o uso de traços da oralidade como contrações e apagamentos de plurais e infinitivos; a dificuldade, em ambos os discursos, de colocar-se termos precisos. A fragmentação do discurso oral parece ser real se ele for considerado como produção individual e não coletiva. No tópico da nominalização, verificaremos, entre outros aspectos, a questão da densidade lexical. Ainda será necessário refletirmos a respeito dos silêncios significativos e os

movimentos gestuais no DO, práticas comunicativas sem substitutos no DE. O domínio da oratória e do letramento são espaços de possibilidades arbitrárias, ou seja de poder, diante do que, os educadores de língua interferem. A presença comum de expletivos no DO pode ser considerada uma característica interessante em relação ao DE; neste sentido observaremos como, numericamente, isso acontece. Também será necessário o estudo da colaboração significativa do interlocutor no DO, tão ausente no DE. O DE acontece em uma solitude em contraposição ao DO, reconhecidamente contextual.

Concluiremos o capítulo apontando também as semelhanças entre os dois modos discursivos, oral e escrito. Mostraremos que muitos aspectos considerados divergentes na verdade têm traços convergentes. Na questão da apropriação do discurso do outro, observaremos não só porque o DO é considerado fragmentado e o DE como de sentido completo, já que este passa por reescrituras e o DO é único, mas também mostraremos como se dá a facção do DE, utilizando-se de outros discursos já proferidos.

4.1 Análise sistematizada

4.1.1 Escolha lexical

No item 1 do quadro 2, Capítulo 2, vimos, na parte de fundamentação teórica deste trabalho, que no DO, o seu produtor não tem preocupação com a escolha do vocabulário, enquanto que no DE já haverá um cuidado maior. No corpus desta pesquisa, temos exemplos que confirmam essa diferença. No quadro 3

podemos observar que a autora usa, no DE, termos e expressões mais prestigiadas. Enquanto que no DO nota-se o uso mais freqüente de palavras comuns e sintagmas simples como “filho”, “criança”, “abortar”; no DE há uma substituição por sintagmas complexos e expressões que podemos considerar mais rebuscadas: “quem deve ou não deve nascer”, “já nascidos”, “ser que está pronto para nascer”, “[a gravidez] não deve ser interrompida”.

Quadro 3 - Sintagmas Simples x Sintagmas Complexos

Discurso Oral	Discurso Escrito
<p>Lizarbe: eu acredito que mesmo quando a mulher foi estuprada ela não tem o direito de tirá o filho porque ela não tem o direito di escolhê... ela foi estuprada tudo bem mas essa criança deve nascê</p> <p>Lizarbe: muitos pais têm filhos não desejados</p> <p>Lizarbe: é é a mulher tá casada não... não... foi estuprada pelo marido e ficou grávida e não qué tê o filho e ela taí agora... tu dá o direito dela abortar esse filho?</p>	<p>Existem muitas pessoas no mundo que acham-se autosuficientes ao ponto de decidir quem deve ou não nascer, pensam ter este direito, bradam em discursos eloqüentes sobre os direitos humanos dos já nascidos e apoiam movimentos a favor do aborto, existe incoerência nisto.</p> <p>Mesmo que ocorra uma gravidez não planejada ou indesejada, não importando como a mulher tenha concebido, ela não deve de maneira nenhuma ser interrompida, inclusive se a mesma tenha sido estuprada, pois ninguém tem o direito sobre a vida de um ser que está pronto para nascer, desde a concepção ele já é um ser completo e por isso tem o direito de nascer.</p>

Essa tendência de substituir sintagmas simples por compostos pode ser confirmada ao longo do corpus. Os exemplos abaixo dão uma amostra deste recurso:

DO

lazer / cinema em casa (Cátia)

matal / tirar a vida de um humano (Firmina)

violência / o homem fez o que bem quis com ela (Etiana)

manipular / a televisão deseduca e quase nunca educa (Karol)

abortistas / médico não é punido por realizar o aborto (Claudete)

DE

impedil tirando a vida de um ser humano (Claudete)

Outra diferença observada diz respeito à variedade lexical, mais freqüente no DE. Para analisar essa diferença de freqüências, adotamos aqui a terminologia de DUBOIS et al. (1993). Esse autor considera *vocábulo* o termo que carrega consigo significado próprio, mesmo que repetido no texto; já, palavra será toda a ocorrência de qualquer vocábulo. Isso significa que um texto normalmente possui menos vocábulos do que palavras, já que uma palavra repetida poderá ser considerada o mesmo vocábulo. No segmento abaixo, por exemplo, temos 60 palavras e 50 vocábulos, já que algumas palavras (*pessoas, quem, etc.*) são repetidas.

Paola: DE - Para muitas pessoas a pena de morte é uma crueldade, para outras não, pois essas pessoas concordam plenamente com o fato de quem mata, vai para a cadeia e quando sai, com certeza vai continuar tirando a vida de muitas pessoas inocentes e quem sem mais nem menos suas vidas são tiradas por esses bandidos que andam soltos por aí.

O instrumento usado nesta parte da análise para medir a variedade lexical foi o programa *Longman Mini Concordancer* (CHANDLER, 1989). Fazendo uma comparação entre as partes oral e escrita do corpus, encontramos os resultados que aparecem na Tabela 1. Para cada 2,27 palavras do discurso oral o corpus apresenta 1 vocábulo. Para o discurso escrito, a razão é de 1,9 palavras para 1 vocábulo. Estatisticamente, a diferença não é muito significativa.

Tabela 1 – Variedade Lexical Entre DO e DE

Modalidade	DO	DE
Razão	2,27	1,90

Ainda dentro do tópico *Escolha lexical*, nota-se também uma diferença de precisão no uso das palavras. No exemplo que segue, verificamos que a informante utiliza, de modo impreciso, a palavra *desunidas* em relação ao que pretendia comunicar, bem como parece ter-se confundido com a palavra *punir*.

Micheline: DO - Crimes bárbaros acontecem, famílias são *desunidas*, há lágrimas, há ódio, uma raiva interior que envolve as pessoas que estão envolvidas e que abrange todos que sabem. ...Mas *punir* em nosso país? Esta *palavra* é uma farsa, não acontece neste país.

Ao utilizar o vocábulo "desunidas" a informante, muito provavelmente tenha tido a intenção de dizer que as famílias são destruídas com a morte de um de seus membros, particularmente se esse membro for arrimo da família. O termo "famílias desunidas" normalmente é utilizado para significar grupos familiares que não se entendem, ou que não vivem ou trabalham em união; parece não ter sido isso que a informante tenha querido dizer. Por outro lado, no mesmo exemplo temos a expressão "essa palavra é uma farsa não acontece em nosso país" que denota confusão entre significante e significado por parte de sua autora. No momento em que ela, motivada pelo tema sobre o qual disserta, utiliza a palavra "punir" tem a intenção de dizer que as pessoas que devem ser punidas por crimes que cometem não o são, e omite todo o contexto necessário para a compreensão por parte do leitor. Pretende dizer, mas não diz, que punição, em nosso país, é uma farsa e ao invés disso diz que a "palavra" *punir* é uma farsa.

Uma outra característica que tradicionalmente tem marcado a diferença entre DO e DE é a pessoalidade. VIEIRA, (1999), por exemplo, observa que no Discurso Escrito, há a preferência pelo uso da terceira pessoa, enquanto que no Discurso Oral, os pessoais *eu, tu, nós* são mais comumente utilizados.

Nossa investigação confirma, em parte, essa observação – se considerarmos que há uma gradação de impessoalidade entre a primeira pessoa do singular (mais pessoal), primeira pessoa do plural e terceira pessoa (menos pessoal). Isso pode ser observado nos exemplos do Quadro 4. A primeira informante (Etiana)

não só corrige as marcas de apagamentos do discurso oral, como tem um certo domínio na utilização dos clíticos. Substitui o pronome "eu" por "nós" em "temos" e "soubemos" e aplica o pronome clítico "se" em "torna-se" e "pode-se".

Quadro 4 – Diferenças em Termos de Pessoalidade

DO	DE
Etiana: <i>eu</i> sô a favor do aborto né em caso de estupro que <i>eu</i> acho...como é que uma mulher vai tê um filho que foi baseado numa violência? né... só em caso de estupro	Etiana: ... Mas <i>temos</i> que considerá-lo em caso de estupro. Pois neste caso torna-se um pouco convincente abortar. Pois no meio de tanta violência, como <i>pode-se</i> gerar um filho que nem desejado foi? Como haverá amor por um ser que nem <i>soubemos</i> ao menos quem é o pai e de onde saiu?
Micheline: e <i>eu</i> e a Karol a gente termina dizendo que <i>a gente</i> é contra por causa que em vez dela tá sendo veículo fácil na educação ela tá desi/ desiducando as pessoas e manipulando elas também	Micheline: Não sei até quando a justiça será cega aqui no Brasil? Mas <i>conclui-se</i> com a esperança de que um dia alguém tome consciência desta questão e faça com que quem prejudicou, quem destruiu, pague por isso!

Por outro lado, a informante Micheline, substitui o pronome de primeira pessoa singular "eu" pelo impessoal clítico "se", passando de um extremo a outro, na medida em que passa do DO para o DE. Verifica-se também a presença de "a gente" no DO, na posição de pronome de primeira pessoa plural, mas com a conjugação do verbo respeitando a impessoalidade.

A dificuldade na seleção do vocabulário adequado vai além do DO e invade o DE. Os alunos, ao serem pressionados pela escola para usar adequadamente os vocábulos de nível culto, em textos escritos, freqüentemente lançam mão de palavras de sentido genérico e impreciso (BEZERRA, 1999). Isso pode ser observado nos exemplos a seguir, confirmando os dados de BEZERRA. Aqui também verificamos o uso do mesmo tipo de palavras por ela mencionadas. Todas as informantes cometeram pelo menos um deslize lexical ao mesmo tempo em que

utilizaram termos de nível culto, usando, por exemplo, *vida comum* em vez de *vida normal* e *quem segue a pena de morte* em vez de *que prega ou defende a pena de morte*.

Firmina: DE - Muitas vezes, esses que matam, não têm uma vida *comum*, talvez não tenham uma família e nem uma casa para morar.

Cristina: DE - Se fosse por exemplo correto, matar quem já matou alguém, quantas vezes "deveria morrer o juiz... Quem *segue* a pena de morte segue aquilo que Deus mais condena, o conselho de "Olho por olho; Dente por dente"... ... Ninguém tem direito de tirar o que não foi por ele dado.

Podemos também verificar que no Discurso Oral são utilizadas expressões, ditas populares, que causam um sensacionalismo na defesa do ponto de vista:

((alguém faz uma pergunta))

Lizarbe: porque não é dela também

Nilva: eu acho qui não

Carolina: na violência na violência qui qui aconteceu entre os dois eu acho qui não

Lizarbe: *mas se o estupro é inevitável relaxe e goze.*((risos))

Nilva: eu eu sô da minha forma eu sou contundente eu não mudo eu acho qui a sociedade muito claro...

No momento em que faltavam argumentos convincentes para sua defesa, a informante Lizarbe profere a sentença: " mas se o estupro é inevitável relaxe e goze". Esse proferimento é comum em um grupo mais íntimo, no qual as pessoas não precisam preocupar-se com o vocabulário, o que caracteriza o DO. Provocou risos, tanto no grupo como nos demais colegas. Somente depois desses risos é que recomeça o debate no tom anterior. Há um monitor, que sabemos pessoal, que está sempre definindo limites entre o que deve e o que não deve ser dito. A situação era de relativa formalidade, pois estavam em sala de aula contribuindo para esta pesquisa,

mas em certo momento o debate ficou tão acalorado que o chamado gênero discursivo formal muda inconscientemente para o coloquial. Esse episódio confirma-se pelo fato de o pesquisador ter sido procurado pela informante para "cortar essa parte".

No Discurso Escrito o monitor do escritor é mais ativo, selecionando as palavras. No dizer de BEZERRA, temas considerados tabus, são tratados com substituições por outros que lhe evitem o constrangimento. Vejamos no exemplo a seguir como a informante escapa do explícito, contando com a complementação de sentido por parte do leitor.

Etiana: DE - Quer dizer que eles fazem o que querem e elas não tem direito a nada.

A informante Etiana utiliza a expressão *fazem o que querem* como um proferimento que esconde por traz de si as *coisas* que são feitas por um estuprador. *Essas coisas que são feitas* não precisam ser explicitadas pois, o leitor pode depreender e assim sendo, evita o constrangimento de dizer, de ser explícito.

Podemos ainda afirmar que a análise da adequação ou inadequação poderá ser relativa uma vez que "as formas novas sempre irão entrar em concorrência com as velhas. Assim sendo o que pode ser considerado correto hoje terá sido a consagração de incorreções da época precedente", conforme afirma BEZERRA.

Foi possível observar também, no corpus desta pesquisa, que a maior parte dos verbos são conjugados inadequadamente, desrespeitando as normas gramaticais; a utilização de contrações e simplificações de vocábulos como: "prá", "tô", "tá", "duma" "otra", "né" "dum", entre outros, é bastante comum no DO. Embora a utilização de palavras rebuscadas, de nível culto, seja uma das características do DE em nosso corpus ela não se verifica com frequência, mas aquelas inadequações verificadas no DO são corrigidas quase que em sua totalidade.

Isso pode nos demonstrar que o aluno escritor conhece, de modo geral, as regras da escrita, pois as utiliza com freqüência no DE; apenas não possui o cuidado de utilizá-las no DO.

No exemplo apresentado no quadro 5, Cristina vai eliminando de seu texto escrito as marcas da oralidade, tais como hesitações e contrações. As sucessivas revisões, no discurso escrito vão permitindo que o seu produtor seja mais objetivo em seu texto final. Podemos ainda observar que a informante utilizou a palavra "houvesse" em seu DO quando o normal seria utilizar "existisse", pela insegurança da conjugação do verbo haver. Por outro lado no DE comete o deslize de conjugar o verbo haver em uma posição de impessoalidade somado ao problema de grafia, provavelmente para dar aparência de elaboração do discurso.

Quadro 5 - Transformações Vocabulares do DO para o DE

DO	DE
Cristina: ... <i>tá</i> e aí vem uma <i>otra</i> pessoa e condena <i>ele</i> à morte condena ele por tudo aquilo que ele fez.... quantas vezes um juiz deveria <i>morrê tá</i> ... se houvesse mais de uma morte <i>tá prá pagá</i> tudo aquilo todas as mortes causadas por ele.	Cristina: Ouveram varios casos onde as últimas palavras do condenado foram. "Eu sou inocente".((...)) Ninguém tem direito de tirar o que não foi por ele dado. Se fosse por exemplo correto, matar quem já matou alguém, quantas vezes "deveria morrer o juíz" que condenou a morte tantas pessoas.

Ainda é possível observar o que afirma BEZERRA quanto a utilização de termos imprecisos e genéricos no discurso escrito. Cristina afirma que "Ninguém tem direito de tirar o que não foi por ele dado". Essa afirmativa deixa aberta a possibilidade de entendimento quanto ao "que não foi por ele dado". É lógico que se o tema da redação é pena de morte, deve-se fazer a leitura de "vida" nesse espaço, porém essa não deveria ser uma construção do DE, que é caracterizado idealmente como objetivo e claro, não fragmentado e com sentido completo em cada frase.

Quando da facção do DE o escritor nos coloca um texto elaborado. Pela sua característica de produção, recebe retoques e paulatinamente vai sendo lapidado, passando por uma profilaxia que pode eliminar todo termo inadequado. Esses termos que vão sendo eliminados ou substituídos, são desde simples partículas até frases inteiras. Parte-se do princípio de que o texto final seja a expressão da vontade do seu produtor. No DO o autor precisa, em um tempo muito curto, organizar o que pretende dizer e nem sempre consegue. Esse motivo também contribui para que seu discurso seja fragmentado, cheio de hesitações, falsos começos e até utilização inadequada de vocábulos. Se transcrevêssemos uma determinada fala e fizéssemos nesse texto o que pode ser feito com um texto escrito, provavelmente as diferenças entre ambos diminuiriam.

A maioria dos autores que compararam discursos orais e escritos, fizeram isso utilizando pessoas diferentes, o que pode aumentar o número de variáveis. Parece-nos também que quando foram utilizados os discursos escritos, esses tinham uma característica de ideal a exemplo da pesquisa de VIEIRA (1999) que tomou como informante da produção do DE, um jornalista da revista *Veja*, pessoa experimentada na arte de escrever. Seria difícil imaginarmos que nossos estudantes de ensino médio tivessem a competência de um profissional.

4.1.2 Completude das orações

Uma das diferenças tradicionalmente estabelecidas entre DO e DE é a incompletude das orações no DO. Para verificar essa característica, fizemos um levantamento de todas as orações do corpus, oral e escrito, classificando-as em termos de sua extensão e completude.

A Tabela 2 mostra os resultados deste levantamento. Vemos, assim, que enquanto no DO, a extensão média das orações é de 4,96 palavras, no DE a média sobe para 5,8 palavras por oração. O total de orações no DO é de 915, contra 400 no DE. Um dado relevante para a pesquisa foi a diferença significativa de orações incompletas encontradas entre os discursos. Houve uma ocorrência de oração incompleta no DE, enquanto que no DO foram encontradas 13.

Tabela 2 – Orações

	Tamanho Médio das Orações	Orações Completas	Orações Incompletas
Discurso Oral	4,96	902	13
Discurso Escrito	5,8	399	1

Guardada a proporção temos uma média de 5,7 orações incompletas no DO. Esse dado só é relevante quando analisado desde essa ótica. Já admitindo que o DO, não é, na prática, um discurso individual, sempre contará com a participação do outro, quer seja com seu próprio discurso complementando orações, quer seja na ocupação dos espaços de silêncios e gestos significativos, que serão abordados na seqüência.

Esses resultados, principalmente no que se refere à incompletude das orações, não podem ser analisados sem levar em consideração o contexto em que ocorre o discurso oral. O DO não é um discurso individual, solitário e descontextualizado, como se as pessoas quando falam falassem sozinhas sem a presença de um interlocutor. A freqüência das orações incompletas no DO parecem indicar a necessidade de se considerar o interlocutor e o contexto, que normalmente completam a frase. A significação do DO dá-se coletivamente, e deve ser analisado sob o prisma da interação, quer harmônica, quer contraditória, envolvendo também interrupções, o que põe em polêmica posições dos autores citados. Isso pode ser verificado no exemplo abaixo:

Paola: DO -... minha filha foi morta mais ela:::/
Cristina: DO – ela *era inocente*... e outra coisa... hotel cinco estrelas não porque ainda ontem tava dando na televisão...

A frase de Paola é incompleta e leva a um erro de interpretação, se considerarmos apenas o fragmento transcrito, mas o contexto em que ele ocorre, complementado pela fala de Cristina permite o seu entendimento. Cristina não só complementa o que Paola deixa incompleto, mas também utiliza este artifício para retomar o turno da conversação, dando então continuidade ao discurso.

4.1.3 Densidade lexical

Analisando nosso corpus, para observarmos mais uma das diferenças entre DE e DO, buscamos apoio nas conclusões já chegadas por HALLIDAY (1989), que aponta para uma diferença verificável que chama de densidade lexical. Afirma que o Discurso Escrito é mais denso do que o Discurso Oral. VIEIRA (1999) estudando o léxico no texto oral e escrito, chega a mesma conclusão concordando com o autor quanto aos resultados de sua pesquisa. Parece, então, que o DE é mais denso que o DO. Essa densidade é concebida pela utilização de maior número de itens lexicais, entendidos aqui como substantivos, verbos e adjetivos. Já o autor do DO utiliza-se mais de itens gramaticais compreendidos como as outras classes de palavras.

Ao fazermos essa pesquisa, tivemos o cuidado de utilizar textos, oral e escrito do mesmo informante e sobre o mesmo tema, o que não ocorreu quando VIEIRA (1999) analisou a diferença entre o DO e o DE, e chegou a conclusão já descrita por HALLIDAY (1989) de que o DE é mais denso que o DO. A autora

utilizou dois textos de autores diferentes, o que pode ser relevante como variável. Levando em conta o que afirma KOCH (1990) que o DE pode estar permeado de oralidade e o DO de traços da escrita; acreditamos que seria pertinente que os dois discursos obedecessem alguns critérios como o de serem do mesmo autor. Análise de discursos de diferentes pessoas, como representantes das duas modalidades, pode levar a resultados que não reflitam o verdadeiro caráter de comparação. Se observarmos uma carta de um autor em oposição a um discurso de formatura de outro autor, mesmo que seja de improviso, verificaremos muitas das características do DO na carta e outras do DE no proferimento do orador.

Observando a tabela 3, pudemos concluir que o DE é mais denso do que o DO, mas não com as diferenças marcantes que demonstrou a pesquisa de VIEIRA, já mencionada. Seus resultados foram de 7,92 itens lexicais por oração no DE e no DO 2,45 por oração. Nossos resultados foram muito próximos um do outro. Obtivemos 2,49 no DE itens lexicais e 1,88 no DO. Isso permite-nos concluir ainda que se confirma o pressuposto de HALLIDAY de que o DE é mais denso do que o DO, ao mesmo tempo em que se confirma também sua outra conclusão de que, com as novas tecnologias, começa-se a observar que diminuem as distâncias entre o DO e o DE.

Tabela 3 - Itens lexicais e Gramaticais por Oração

	Nº médio de itens lexicais	Nº médio de itens gramaticais
Discurso Oral	1,88	3,07
Discurso Escrito	2.49	3,04

Ainda pode-se observar que a característica apontada pelos autores mencionados de que o DO apresentaria alto índice de itens gramaticais em relação ao

discurso escrito, não se verifica no presente corpus. Ao contrário, conforme a tabela 3, o número médio de itens gramaticais foi, tecnicamente, igual nos dois discursos. Esse episódio contribui para confirmar a tendência atual de haver não só diferenças, mas também semelhanças entre DE e DO e de estarem essas diferenças diminuindo cada vez mais.

Portanto nesta produção, não podemos afirmar que a diferença entre DO e DE está na densidade lexical, apontando o DE como mais denso e, principalmente, a gramaticalização ser uma característica do DO.

4.1.4 Os silêncios, os gestos e a questão do poder

Durante o DO são mencionadas outras formas de comunicação que são aceitas pelos interlocutores, e diz-se aceitas, pois eles não apenas entendem o seu significado como concordam, ou não, com a intenção que teve o sujeito do discurso. Entre os elementos extralingüísticos de que dispõe o orador destacam-se os silêncios e os movimentos do corpo.

Os movimentos do corpo são tão significativos que são capazes de dar ordens ou até fazer com que o orador aprofunde, pela adesão, ou mude de direção o seu proferimento, quando percebe que os interlocutores não estão concordando com ele.

Cristina: DO - nós somos contra a a favô não contra a pena de morte

Durante o tempo que Cristina fala, Paola faz gestos com a cabeça concordando.

Micheline: DO - é só isso?

Após esse proferimento, Micheline autoriza Marimar a perguntar, com gestos de cabeça que significou: É a tua vez de falar!

Marimar: DO - Mas olha só... tá muito até alguns até dizem a verdade eu sô inocente eu tô arrependido mas bandido que é bandido ladrão que é ladrão assassino que é assassino menti menti sempre ele podi tá li a câmara na frente ele vai/ ele é culpado ele sabe qui fez aquilo mas ele qué limpá a barra dele ele qué i safá então o que qui ele vai dizê... ah eu sô inocente ah eu tô arrependido du qui eu fiz...

Micheline assume ar de deboche, em relação ao grupo opositor, concordando com a defesa de Marimar com quem estava assumindo uma situação de domínio da argumentação.

Cátia: DO ...eu acho que é os pai tem prá todas idades os programas e tem prá todos u tipo... cultural ahn programa desenho tem todos os tipos

Micheline: DO - isso pra quem tem privilégio di tê TV a cabo também né

Cátia gesticula com as mãos abertas para cima significando: O que é que eu posso fazer? Ou ainda eu não posso fazer nada. Também pode significar eu não tenho nada com isso, como também pelo menos esse tem essa opção. Talvez ainda seriam possíveis muitas outras significações que são relativas às pessoas que formam o grupo onde os gestos são executados.

Karol: DO - e u programa du ratinho eles recebem pra falá né cem reais.

Micheline: DO - é essa a realidade

Karol: DO - é essa a realidade tu pra ti pra ti tê uma posição em tem qui ti dá dinheiro... o que é isso?

Cátia e Marlene se tocam por baixo da mesa significando que deveriam suspender aquela argumentação.

Carolina: DO - eu acho se o filho não foi desejado não veio a coisa com amor eu acho que tem que abortar

Carolina em seus proferimentos complementa seu discurso com gestos significativos tais como: movimentos verticais e horizontais de cabeça para reforçar o que dissera. Quando está afirmando positivamente o gesto é vertical, quando negativamente o gesto é horizontal. Isso evita repetições verbais para dar mais ênfase ao que está sendo dito. Outras pessoas fazem excessivas repetições verbais, quer seja do mesmo proferimento, quer seja utilizando outros para dizer a mesma coisa.

Nilva: DO - ah eu não concordo... não concordo... porque eu acho que é... como é qui tu vai esperá nove meses tu vai gerá nove meses... as modificações du teu corpo ahn tudo ahn como é qui tu vai senti durante todo esse tempo... aquele filho não é desejado tu vai tê a criança e vai despeJÁ a criança lá... eu não concordo

Durante todo o tempo em que Nilva discursa, ela faz gestos que representam o que está dizendo: quando fala em esperar nove meses, passa as mãos na própria barriga, significando que esta pessoa de quem está falando pode ser ela própria; também gesticula com as mãos na hora em que fala em despejar a criança, mostrando que seria algo que sairia dela. Toda a significação dos gestos feitos pela informante, não seriam representados por algum signo lingüístico; ou seja, para dizer a mesma coisa de forma escrita, a informante enfrentaria a limitação que a própria forma condiciona. Cada movimento feito pela informante, tais como os já mencionados: passar a mão na barriga, gesticular mimificando o ato de "dar a luz", reforçam tanto o que pretende dizer que nessa forma discursiva é, de certa forma, indispensável a sua utilização. A capacidade comunicativa dos gestos e movimentos somados aos proferimentos orais formam um todo comunicativo indissociável. Se fizéssemos uma encenação da mesma fala feita pela mesma pessoa, agora sem os movimentos e gestos certamente os resultados argumentativos seriam prejudicados.

Também os silêncios colaboram na atribuição de sentido do discurso. Podemos ver no exemplo dado, a seguir, que o mesmo espaço de tempo ocupado pelo silêncio pode ser compreendido como, pelo menos, duas formas discursivas diferentes: uma deixando espaço para que a outra fale pronunciando-se a respeito do assunto que está sendo tratado, outra significando prosseguir você, pois está na direção certa.

Cátia: DO - bom no/ ahn eu né sô a favor da televisão por causa que a televisão é um meio qui ahn dá lazer às pessoas qui trabalham todo o dia... i chegam em casa vão fazê o quê? vão escuta um rádio... vão fazê o quê? então ligam a televisão qui na qui na televisão conseguem vê programas conseguem ver imagens e conseguem ao mesmo tempo escutá-los... então eu sô super a favor a televisão eu sô super favor a televisão...((espaço de silêncio)) intão eu acho qui deve existi porque por lei ahn a televisão ahn tem projetos ahn... como telecurso segundo grau ahn, ahn Roberto Marinho mesmo na Globo qui programas culturais ondi pessoas qui te/ di menos ganham ligam e tem como se integrá ao colégio até pessoas que não estudam qui não têm, não têm muito/

Analisando apenas a transcrição não percebemos que no auge da fala da Cátia ela abre um espaço para que suas colegas falem, como ninguém se pronuncia, ela continua dando seqüência ao seu raciocínio. Ao mesmo tempo em que podemos analisar este silêncio que significa espaço para a adesão ou discordância dos demais; podemos também observar que essa é uma atitude democrática de permissão para que os outros tomem parte no seu discurso, que por ser oral é coletivo e solidário.

Vejamos no exemplo a seguir, outro aspecto interessante acerca do silêncio.

Lizarbe: DO - a lei da criação... Deus dá a vida Deus tem o direitu de tirá... por isso qui a igreja defende né não qué qui... qui aconteça aborto... eu concordo com a igreja e tem muitas igrejas qui fazem muitas lindas campanhas pra ajudá essas crianças... abrem creches onde os pais não... não... não podem não têm como sustentá os filhos a igreja em alguns casos ajuda também... existe um grupo de assistência social dentro das das comunidades e... associações são criadas... di maneira

nenhuma eu eu não/ sô totalmente contra o aborto em qualquer situação

Nas pausas registradas nessa transcrição, pudemos observar que a informante, através de seu silêncio, sugere a idéia de estar pensando para falar com segurança, defendendo a participação da igreja. Também dá a entender que está tentando conscientizar os outros de que isso seja verdade.

A informante Firmina passou a maior parte do tempo em silêncio, durante o debate, seu discurso oral foi de apenas 35 palavras, quando a média geral dos proferimentos orais foi de 391 palavras, conforme tabela 4. Esse silêncio juntamente com os gestos, tiveram o significado de estar a informante buscando subsídios no que era falado por suas companheiras, ora demonstrando concordância, ora discordância. Aparentava estar angustiada, ansiosa e sua fisionomia era séria, talvez pelo fato de não estar participando oralmente do debate. É difícil inferir conclusões dos motivos desse silêncio, pois fogem da esfera de estudo lingüístico. Podem significar timidez, submissão às outras colegas que eram mais falantes ou ainda pode haver outros significados. Sua colega Micheline falou o tempo todo no singular, não dando oportunidade clara para que Firmina falasse. Até a posição em que estavam sentadas, demonstra uma certa indiferença de Micheline com Firmina, pois estava levemente de costas. Em nenhum momento Micheline dirigiu sua fala na direção de Firmina. Dessa atitude de Firmina podemos também observar o poder do DO por parte de quem o domina, que será tratado no ítem 4.2.5.

Firmina: DO - mas vocês acham quem mata tira a vida e vai pra cadeia por mais que passe trabalho quando sai de lá ele vai sê um pessoa normal... decente?

Firmina: DO - mas é muito pouco é a minoria

A característica interessante que pode observar-se na transcrição da informante Firmina é que, embora essa fala tenha sido toda a sua participação no debate, foi objetiva, não apresentando a maior parte dos traços de oralidade apresentados pelas outras participantes. Esse episódio pode ser interpretado como a utilização do silêncio para organização do que pretendia falar.

O silêncio pode esconder significados de poder, os informantes que pouco pronunciaram-se durante os debates sugerem algumas interpretações, como por exemplo a falta de informações novas a acrescentar ao discurso que está em pauta, desqualificando o seu conhecimento; a superioridade de desempenho demonstrada pelo outro que tomou conta do assunto. Essa atitude implica, por parte de quem está falando, uma demonstração de poder através da fala, e da parte de quem silencia, uma submissão àquilo que está sendo dito. Pode significar ainda a imaturidade para a exposição, com o medo de errar, ou de dar palpites que não sejam bem aceitos pelo grupo. Nesse caso talvez prefiram a comunicação silenciosa do DE. Nesse haverá fundamentalmente um leitor, o professor, que lhe atribuirá uma nota e pronto. Somente o professor saberá seu limite, ou possibilidade, e pelo fato de que, normalmente, sua redação não será comentada pelo mestre, esse será outro silêncio conveniente.

Normalmente quando nos propomos a pesquisar sobre os seres humanos queremos tratar como iguais os desiguais. Nesta perspectiva, não podemos esquecer que as pessoas possuem gostos diferentes, e também habilidades diferentes. Quando se observa a transcrição dos discursos orais percebe-se que algumas alunas falaram muito, enquanto outras quase não falaram. Comparando seus discursos, o oral e o escrito, percebemos que embora, não tenham tido grande desempenho no DO

escreveram proporcionalmente muito mais. Isso permite afirmarmos que o domínio, ou a facilidade de desempenho no DE será diferente entre as pessoas. Poderia se esperar que um informante que falou bastante durante o debate oral, tivesse também bom desempenho por escrito.

Tabela 4 - Número Total de Palavras

Nome da Informante	Discurso Oral	Discurso Escrito
Carolina	72	135
Cátia	909	169
Claudete	245	195
Cristina	795	354
Etiana	37	219
Firmina	35	175
Lizarbe	411	185
Marlene	100	168
Micheline	679	200
Nilva	751	195
Paola	460	165
Karol	200	160
TOTAL	4.694	2.320
MÉDIA	391	193

Para podermos comparar os dados numéricos da tabela 4 temos que levar em conta que o número total de palavras do DO é praticamente o dobro do DE. Isso significa que precisamos guardar essa proporcionalidade sempre que confrontarmos os valores obtidos.

Notamos que a informante Etiana foi, juntamente com a Firmina, a que menos falou, e no DE teve o segundo melhor desempenho com 5,9 vezes mais palavras no DE do que no oral. Já a informante Cátia foi a que mais falou, nesse corpus, e seu desempenho no DE foi inversamente proporcional ao do exemplo anterior, ficando com 5,3 mais palavras no DO do que no DE. Por outro lado observamos que Cristina conservou uma certa proporcionalidade, com pouco mais do

que o dobro de palavras, no DO em relação ao DE o que significaria em números relativos que escreveu mais ou menos o mesmo tanto que falou, na média. No entanto, fica difícil avaliar a compatibilidade do número de palavras com a mensagem pretendida.

4.1.5 Nominalizações

Tomamos neste trabalho o termo nominalização como designando apenas a presença de substantivos em oposição a verbos. A literatura consultada mostra-nos que uma das características do DE é a nominalização. O que pode ser observado, na tabela 5, é que o número de substantivos é maior do que o de verbos no DE, lembrando que o DO é 1,95 vezes maior do que o DE. Ainda é possível percebermos que o número de verbos no DO é maior do que o de substantivos.

Tabela 5 – Divisão das Palavras do Sistema Aberto

	Substantivos Concretos	Substantivos Abstratos	Total dos Substantivos	Total de Verbos
Discurso Oral	508	207	715	883
Discurso Escrito	261	211	472	397

Ainda podemos observar que o número de substantivos abstratos foram relevantemente superiores no DE em relação ao DO. Se guardarmos a proporcionalidade, o número desses substantivos pode ser considerado o dobro no DE. Podemos então afirmar que, em nosso corpus, uma característica marcante foi a

de que as informantes do DE possuem uma preferência pelo uso de substantivos abstratos. Também pode-se observar que a utilização de substantivos concretos, mantém a mesma proporcionalidade.

Na tabela, a seguir, podemos observar a média de substantivos, concretos e abstratos por oração.

Tabela 6 - Substantivos por Oração

	Média de Substantivos Concretos por oração	Média de Substantivos abstratos por oração
Discurso Oral	0,549	0,225
Discurso Escrito	0,652	0,527

Tanto no DE quanto no DO, as informantes utilizaram mais substantivos concretos, sendo que a média dos substantivos abstratos foi mais do que o dobro no DE em relação ao DO.

Na tabela 7 podemos destacar como principal diferença entre o DE e o DO, que este possui mais orações coordenadas, enquanto que o número de subordinadas é maior no DE, embora sejam pequenas estas variações.

Tabela 7 - Classificação das Orações das 12 Informantes

	Orações Subordinadas	Orações Coordenadas	Orações Absolutas	Total de Orações
Discurso Oral	335	252	80	915
Discurso Escrito	195	78	18	400

Nota: Peso comparativo entre oral e escrito 2.29

O maior contraste observado, analisando as orações, foi o de que as informantes demonstraram uma tendência em utilizar orações absolutas no DO, sendo o dobro o seu número em relação ao DE. Pode-se considerar então que essa seja uma das grandes diferenças entre o DE e o DO nesta pesquisa.

4.1.6 Presença de expletivos

Uma das características do DO é a utilização de expletivos em um número mais elevado do que no DE. Entenda-se como expletivos, palavras ou expressões que não têm classificação gramatical, utilizadas apenas para dar realce a um determinado ato de fala. São termos vazios de sentido, mas que, presentes em determinados enunciados, tornam-se significativos.

Firmina: DE *será que* essas pessoas *não* preferem matar e ir para a cadeia?...

Cátia: DO –...*só qui* eu acho a televisão os programas tem partes educativas...

Cátia: DO ...*só qui* a pessoa tem qui sabê o horário de vê...

Ao longo do corpus desta pesquisa observou-se apenas dois expletivos no DE enquanto no DO esse número chegou a 27 casos.

Ora, parece explicável o uso abundante desses expletivos no DO, pois o autor profere grande parte de seu discurso diretamente com seu interlocutor. Portanto pode fazer perguntas para as quais não espera resposta, e pode dizer um *não* com significado de *sim*, pois o contexto e o uso na coloquialidade permitem-no fazê-lo. Já o DE precisa ser mais objetivo, mais preciso em seus proferimentos, pois o leitor vai contar apenas com a letra fria, e o que ler será o que está escrito. Não queremos dizer com isso que não se utiliza os expletivos no DE, apenas eles aparecerão com menor frequência. E sempre será necessário que o autor crie o contexto próprio para evitar interpretações distorcidas.

4.1.7 Colaboração dos interlocutores

O Discurso Oral é uma produção social, ou seja, em uma situação normal de fala, existe a participação de interlocutores, quer seja na interrupção para discordarem, quer seja na colaboração para complementarem o sentido. Observa-se que muitos proferimentos feitos pelo dono do turno são interrompidos por um dos participantes do grupo, completando a frase para a qual não havia um termo disponível em seu vocabulário na memória de curto prazo, ou simplesmente porque o outro quis colaborar, com a formulação daquele ato de fala. Observemos o próximo exemplo que é um fragmento de DO:

- A - 1 - **Cátia:** O que qui, o que qui/
 2 - **Marlene:** O que qui ele mostra?
 3 - **Cátia:** O que qui...o que qui ele tem qui tê? Um programa popular
 4 - **Micheline:** Que apela
 5 - **Cátia:** apela mais é o ((várias vozes)) que dá ibope
 6 - **Micheline:** ((fala nervosamente) ((várias vozes)) mostra a realidade...
 7 - **Paola:** ... imagina só a família tá tu que foi condenado a uma coisa que
 8 - tu não é culpada aí ti matam i depois tua família vai ficá pensando o
 9 - que o resto da vida... minha filha foi morta mais ela:::/
 10 - **Cristina:** ela era inocente...

Na linha 1 a informante começa seu proferimento com um gaguejo, demonstrando que está organizando mentalmente seu discurso, e nesse momento a informante Marlene, na linha 2, retoma o que já fora dito e complementa a frase interrogativa. Logo após Cátia, linha 3, retoma o turno formulando a mesma tentativa anterior, só que agora com a frase completa que não possui o sentido dado pela informante que no turno anterior complementara o sentido de seu falso começo. Ainda, nessa mesma linha, a informante dá a resposta que espera para a pergunta feita e na linha 4, a informante Micheline toma o turno e complementa com a expressão

que "apela" à frase anterior "um programa popular". Os turnos vão se alternando e complementando-se mutuamente; poderia-se dizer que a facção deste discurso é coletivo, há a colaboração mútua, quer seja no sentido de completar a elocução quer seja para manter o andamento discursivo, não permitindo com isso espaços de silêncios sem significados. Vejamos ainda na linha 7 que a informante cria toda uma situação para justificar seu posicionamento e quando vai concluir, é interceptada pela informante Cristina, linha 10, que retoma a última palavra utilizada por Paola, linha 9, e complementa o discurso com o qual ambas concordam, pois Paola considera concluído com as palavras "ela era inocente".

Em outro tema debatido em aula, podemos observar o mesmo fenômeno, da complementação do discurso do outro.

- B - 1 - **Cátia:** ...então eu sô super a favor a televisão eu sô super a favor a
 2 - televisão intão eu acho qui deve existi porque por lei ahn a televisão
 3 - ahn tem projetos ahn... como telecurso segundo grau ahn ahn Roberto
 4 - Marinho mesmo na globo qui programas culturais ondi pessoas qui te/
 5 - di menos ganham ligam e tem como se integrá ao colégio até pessoas
 6 - que não estudam qui não têm, não têm muito/
 7 - **Marlene:** grandes possibilidades
 8 - **Cátia:** possibil/ é possibilidades di i a um colégio... tem programas
 9 - educativos na televisão...por isso eu acho qui a televisão é um:::: é uma
 10 -coisa boa qui surgiu aí qui as pessoas têm como verem e descansarem

Na linha 6 a informante Cátia hesita ao concluir seu ato de fala, e nesse momento Marlene, na linha 7, complementa seu proferimento com as palavras "grandes possibilidades"; Cátia, na linha 8, retoma o fôlego, repete a palavra possibilidades ainda que falsamente iniciada e muda um pouco o sentido do dito anterior por sua colega, agora ela é mais explícita dizendo que possibilidades são estas, não esclarecidas por Marlene.

Temos aí uma diferença interessante entre o DO e o DE, pois não se trata de observar apenas que o DO é contextualizado, e o DE não o seja. Trata-se da formação coletiva de um discurso, que já não pretende dizer a intenção de um indivíduo, mas sim a de um grupo. Neste aspecto Platão talvez tivesse razão; o Discurso Escrito passa a ser um ato solitário, na medida em que somente tem a colaboração do seu leitor, e assim mesmo se este tiver um conhecimento partilhado com o produtor do discurso.

A incompletude do DO dá-se numa confiança que o seu produtor tem no grupo do qual está fazendo parte, ao ponto de apenas começar palavras, dando a idéia de um "gaguejo" que é entendido pelo grupo, ou simplesmente é repetido por um de seus interlocutores. No DE o escritor, não pode fazer isso, pois não será entendido, apenas poderá utilizar abreviaturas que já estejam convencionadas. O exemplo a seguir pode comprovar o que estamos dizendo.

Karol: DE - As propagandas, programas e campanhas muitas vezes se contradizem, entre elas a da AIDS, o enunciado diz: "Use sempre camisinha", mas nas novelas as cenas de sexo nunca alguém tira uma camisinha...

A informante Karol é a única que utiliza uma abreviatura, em todos os discursos escritos analisados, mesmo assim pode-se observar que AIDS é uma sigla que já foi consagrada como palavra, portanto não há a necessidade de colocar por extenso o que significa.

Podemos ainda observar que o interlocutor ao tomar o turno, refere-se ao que seu antecessor falou, como algo de que ele necessite para continuar o raciocínio do tema defendido, ou utiliza essa fala como contra-argumento mostrando-nos mais uma vez que nessa socialização do discurso até o proferimento contrário colabora na

fação do discurso oral. Isso observamos nos dois exemplos analisados, A e B e também acontece no exemplo C, a seguir.

- C - 1 - Claudete: por exemplo assim gurias chega alguém na casa de
 2 - vocês... e ela qué se suicidá ou seja amputar um braço... o que qui
 3 - vocês fariam? Vocês deixariam essa pessoa se suicidar na frente de
 4 - vocês... amputar o braço?
 5 - Nilva: eu... eu acho essa parte um pouco mais/ ahn um pouco mais
 6 - delicada assim i claro que tu nunca sabe a tua reação na hora mas
 7 - eu eu acredito que minha reação na hora é/
 8 - Claudete: impedi
 9 - Nilva: eu faria tudo pra impedi...mas eu acho qui aí:: tem:: esse
 10 - ponto é:: bem differenti em relação ao aborto

Ainda é importante observarmos que freqüentemente o sujeito que fala interrompe sua elocução e depois recomeça seu ato de fala, repetindo o que já dissera pois requer de seus interlocutores a atenção devida para que seu discurso tenha sentido e validade. Ora, no DE corre-se o risco de o leitor fugir da leitura devido a um pensamento mais forte que lhe tenha ocorrido e não estamos aí para recuperar-lhe o sentido do que estava lendo.

1. **Cátia:** O que qui, o que qui/
Marlene: O que qui ele mostra?

Cátia: O que qui...o que qui ele tem qui tê? Um programa popular

2. **Nilva:** eu sô a favor porque eu acho qui qui estupro é/ eu acho que a mulher tem tem qui tê u::: direito dí querê um filho um filho não desejado... eu eu acho eu sô a favor defendo a favor du du aborto eu acho em qualquer caso em acho um casal... eu acho qui é muito difícil uma uma mulher qui qui foi estuprada i qui tenha/ ahn foi violentada ter um filho...

É nessa linha de raciocínio que podemos afirmar que, conforme o item 7 do quadro 2, o DE precisa ser claro e conter todas as informações de que necessita o leitor, de acordo com as máximas de GRICE (1975,1978); O produtor de um texto precisa responder aos interesses de seu interlocutor. O DO é interativo possibilita

responder a qualquer dúvida que seja levantada pelo interlocutor, seja através de nova elocução, seja através de um de seus movimentos ou ainda pelo seu silêncio. Silêncio que significará dúvida!

O DE também mostra casos em que visivelmente houve aproveitamento do que fora dito antes por outro. Essa intertextualidade, chamamos aqui de apropriação do discurso oral do outro na facção do DE. Mostraremos diversos momentos nos quais houve essa apropriação.

Podemos afirmar então que o DO é solidário, enquanto atividade social, pois os sujeitos desse discurso interagem colaborativamente, quer seja nos proferimentos, quer seja na concordância ou discordância da proposição, podendo o locutor continuar seu ato de fala ou reformulá-lo para melhor entendimento. Pode-se dizer que é natural porque todas as pessoas aprendem a falar sem esforço, é básica por ser a forma natural e elementar de comunicação, nivelando as pessoas. Sem a escrita, teremos apenas dialetos, que serão formas diferentes de dizerem coisas com o mesmo valor de verdade.

4.1.8 Apropriação do discurso oral do outro na facção do discurso escrito

Quando nos propomos a escrever sobre qualquer assunto, temos a pretensão de que nosso discurso seja inédito. No entanto sabemos que isso é difícil. Nossa forma discursiva vai surgindo a partir dos discursos dos outros, quer sejam eles orais ou escritos. Dessa forma vamos adquirindo conhecimentos de maneira inconsciente, de tal maneira que assumimos como sendo nosso o discurso antes

proferido por outrem. Seremos capazes, inclusive de discutir, defendendo nossa posição de que, o que estamos dizendo, é fruto unicamente de nossa reflexão e raciocínio e que não fora influenciado por qualquer autor antecedente.

Todo texto produzido tem por trás de si alguma intenção, que pode estar mais ou menos implícita, dependendo, de certa forma, do seu leitor que fará a complementação desse texto com seu conhecimento de mundo que partilha com o autor. Não há texto que possa ser considerado sem sentido ou mesmo que comunique absolutamente nada, se ele for produzido por alguém lúcido ou não. Isso nos leva a deduzir que não se pode produzir um texto sem que se esteja pensando no interlocutor que, de algum modo, estará participando de sua construção.

Da mesma forma que temos a figura desta espécie de interlocutor que move-se pelo texto que estamos produzindo, sempre fazendo perguntas, e dando palpites, e a essas perguntas e palpites, vamos conduzindo respostas que vão formando o texto, também aparece a figura singela e anônima do outro que participou na feitura do nosso texto sem ser mencionado, colaborando, quer seja com suas idéias em forma textual escrita, quer em um despretenso discurso oral.

Retomando a questão do ineditismo do discurso, reafirmando que todo o texto carrega consigo parte de um discurso já feito, e esse teria se utilizado de outro para a sua facção e assim indefinidamente; nosso jovem também age assim. Podemos observar que a saudável contextualização através do debate sobre temas polêmicos permite que nossos alunos se utilizem de dizeres ou de informações ouvidas de colegas, tanto na discussão como posteriormente em suas redações escritas.

Analisemos os quadros que se seguirão e observaremos a importância do DO do outro na facção do DE.

Quadro 6 - DO versus DE

Discurso Oral	Discurso Escrito
Micheline (televisão) ...agente é contra os programas que são passados na televisão, tá totalmente inadequados ahã sexo cenas de sexos assim em horários né prá uma criança tá muito bom ali...	Carolina (televisão) ...os programas estão cada vez mais apelando para a sensualidade, à procura de audiência. Nesse caso as crianças são as mais prejudicadas...

Tratando do mesmo assunto, a aluna Carolina vai organizando o texto anteriormente falado por Micheline complementando a informação com o motivo que levam as emissoras a colocarem cenas de sexo na televisão, a audiência. A informante Micheline conclui a sua fala dizendo que as crianças preferem os programas, pois é a televisão mostrando o proibido, contrariando a provável orientação dos pais; já a autora do DE conclui com a dedução lógica dentro do modelo que a informante do DO apenas teria deixado implícito.

Podemos observar que o conteúdo do DE é exatamente o mesmo do DO, apenas obedecendo uma tipologia própria da escrita, e tornando mais explícitas as informações que no DO foram complementadas pelos interlocutores. Em todos os exemplos utilizados nesta dissertação, teremos que ter sempre em vista que as redações, aqui tomadas como discurso escrito, foram escritas uma semana depois do dia em que foram realizados os debates. Isso realça a importância do discurso oral proferido pela colega que, mesmo neste lapso de tempo, manteve as informações básicas que agora transforma em discurso escrito:

Programas que são passados... os programas (que são exibidos)
... tá totalmente inadequados ahã sexo cenas de sexo... ...cada vez mais
apelando para a sensualidade
... prá uma criança tá muito bom ali... Nesse caso as crianças são as
mais prejudicadas.

O exemplo apresentado no quadro 7 mostra-nos mais uma ocorrência da apropriação do DO de Marlene por Cátia em seu DE.

Quadro 7 - DO versus DE

Marlene (televisão) Eu acho o seguinte acho qui u Ratinho mostra a realidade.	Cátia (televisão) O ratinho é um programa que mostra a realidade e ajuda as pessoas mais humildes financeiramente.
--	---

Marlene não explicita que realidade o apresentador Ratinho mostra, essa informação fica incompleta porque todas as pessoas que fazem parte do grupo de debate conhecem o programa, é uma realidade que precisa ser melhor explicada quando o escritor não conhece o interlocutor ou destinatário de sua mensagem. Cátia diz que o Ratinho ajuda financeiramente as pessoas mais humildes.

Vejamos no quadro 8 que a informante Lizarbe aproveita apenas a idéia do livre arbítrio e a utiliza contra as pessoas que tiram esse direito dos outros.

Quadro 8 - DO versus DE

Nilva (aborto) ...porque eu acho qui tu tu tem tu tem que tê o direito tu... ..tu tens o livre direito da tua escolha	Lizarbe (aborto) Existem muitas pessoas no mundo que acham-se auto-suficientes ao ponto de decidir quem deve ou não nascer, pensam ter este direito...
--	---

Nilva, defendendo o direito sobre o próprio corpo, ou seja, o direito de fazer o aborto porque o corpo, no qual está sendo gerado o ser, é seu, acaba contribuindo para que Lizarbe elabore seu texto escrito com opinião exatamente contrária. Nilva afirma: " *tu tem que ter direito ... de escolha...*" Lizarbe critica chamando *essas pessoas de auto-suficientes para decidir quem deve ou não nascer, pensam ter este direito*. Podemos assim observar que a apropriação do discurso oral não acontece necessariamente para elaborar o discurso escrito na mesma direção em que aquele fora proferido. É o que podemos chamar de aproveitar o texto como

pretexto para defender seu ponto de vista, aqui colocada como uma espécie de antonímia parafrástica.

Agora temos um exemplo da mesma informante que, mesmo com o intervalo de tempo de uma semana, parece apenas ajeitar seu DO ao fazer seu DE.

Quadro 9 - DO versus DE

<p>Lizarbe (aborto) Eu acredito que mesmo quando a mulher foi estuprada ela não tem o direito de tirá o filho porque ela não tem o direito de escolhê, ela foi estuprada tudo bem mas essa criança deve nascê</p>	<p>Lizarbe (aborto) Mesmo que ocorra uma gravidez não planejada ou indesejada, não importando como a mulher tenha concebido, ela não deve de maneira nenhuma ser interrompida, inclusive se a mesma tenha sido estuprada...</p>
---	--

Mesmo com a distância entre o momento da escritura e o discurso oral, Lizarbe mantém, não só seu ponto de vista, como também o conteúdo de seu discurso oral, agora passado para o escrito. Altera um pouco a ordem das frases, no seu DE em relação ao DO, mas as informações são colocadas de forma organizada sem omitir qualquer conteúdo do DO. O DE parece ser, apenas, mais categórico do que o DO, um pouco vacilante quando diz "eu acredito..." agora substituído por "ela não deve..."

Neste exemplo do quadro 10 parece que Marlene consegue resumir em uma frase com quinze palavras todo o conteúdo que Cátia gaguejou para dizer em sessenta.

Quadro 10 - DO versus DE

<p>Cátia (televisão) (...)então acho qui os programas sabe os programas ah da televisão tão bem acessíveis só qui a pessoa tem qui sabê o horário de vê pra vê ahn pra vê si si é certo ou não i a hora qui é educação ou a hora qui é educação ou a hora qui não é sabê si qué ou não vê.</p>	<p>Marlene (televisão) Eles não são assistidos de uma forma adequada, na hora certa e pelas pessoas certas.</p>
--	---

No DO não há a possibilidade de apagar o discurso já proferido. Não existe rascunho no DO, enquanto o DE passa pela profilaxia de, muitas vezes, diversas re-escrituras que permitem que o texto final seja objetivamente mais denso, ou seja, poderá dizer a mesma coisa com uma economia lexical e utilizando vocabulário mais preciso. Embora também possamos analisar esses aspectos nesse exemplo, vamos nos deter em reconhecer que o conteúdo do DE foi parafraseado do DO.

Temos assim a demonstração, através dos exemplos citados e outros ao longo do corpus, que foi importante para a facção do DE a participação das informantes nos debates orais. Muito do que foi escrito, foi também dito anteriormente, ou pela própria pessoa, ou, o que foi muito mais comum, por outra do seu grupo de discussão.

Os resultados obtidos nesta pesquisa, certamente podem ser contestados, mas devem servir de insumo útil para nossa reflexão, quanto ao valor dado tanto para a oralidade quanto para a escrita. O excessivo valor dado ao DE parece ter permitido um esquecimento do valor da oralidade. Portanto, os dados analisados permitem observar que a escrita cada vez mais se aproxima da fala e vice-versa, sugerindo que deva ser dada mais atenção ao estudo da oralidade, por ser básica e dela originar-se a escrita.

5. CONCLUSÃO

Apresentaremos neste capítulo, alguns resultados obtidos nesta pesquisa para que possam ser apreciados, lembrando que seu objetivo foi o de, analisando diferenças e semelhanças entre Discurso Oral e Discurso Escrito, descobrir o que deve ou não ser estimulado, desde o ponto de vista da ação educativa, nessas práticas discursivas.

Revisitando nossa análise de dados, podemos concluir que tanto as diferenças quanto as semelhanças entre o DE e o DO, são características importantes a serem pesquisadas e criticamente apreendidas dentro de uma visão mais ampla sobre os significados de cada prática discursiva.

Esta pesquisa permitiu percebermos que, quanto a escolha lexical, tanto no DE quanto no DO, as informantes tiveram dificuldades em utilizar termos precisos em suas produções, Quanto a característica apontada por pesquisadores, afirmando que o DO é caracterizado por falsos começos, contrações e inadequações gráficas de vocábulos, percebeu-se que essas incorreções são corrigidas no DE. Percebeu-se ainda que as informantes utilizaram os pronomes eu, tu, agente no DE substituídos por nós ou pela impessoalização, marcas reconhecidamente escolares.

Quanto à completude das orações, observamos que o DO é rico em orações incompletas, se forem consideradas como um discurso individual, que não o é. Já o DE foi percebido como formado por orações completas, por tratar-se de uma produção individual, sem interlocutor. Se o DO for considerado como uma construção coletiva, não se pode dizer que as orações sejam incompletas, pois normalmente o interlocutor as completa, quer seja com elocuções, gestos ou silêncios.

Na análise da densidade lexical, pudemos observar que o DE é mais denso do que o DO, embora tenha mostrado-se bem longe dos resultados obtidos por outros pesquisadores, Percebemos também que o uso de palavras gramaticais, mais

freqüentes no DO, não se mostrou como diferença, e sim como semelhança entre ambos os discursos.

Embora os inventores da escrita não tenham preocupado-se muito com a gestualidade e os silêncios e entonações, estas foram características muito fortes do DO ausentes no DE a exceção do implícito. Concluimos que o professor não trabalha esses recursos da oralidade com seus alunos, e como pode ser feita então essa passagem para o DE, nos deixando claro que DE e DO são indubitavelmente duas formas discursivas autônomas mas, que devem apoiarem-se mutuamente.

Analisamos em nosso referencial teórico, um pouco do que pensam outros pesquisadores a respeito da escrita como instrumento de poder. Essa reflexão precisou ficar apenas no teórico, já que esse poder é exercido e não pode ser comprovado a partir da escritura de uma redação. Por outro lado pudemos verificar a presença do poder também em quem domina o DO. O espírito de liderança assumido pelas informantes que mais falaram, foi ao longo dos debates, apenas *permitindo* que as outras falassem. Ainda podemos observar que o DO nivela as pessoas e o DE segrega. Duas pessoas de diferentes classes sociais que conversam em uma parada de ônibus sobre futebol, o fazem no mesmo nível; no momento em que o analfabeto pergunta ao outro qual o ônibus que deve pegar, o outro exerce seu poder de mandá-lo para onde quiser.

Não queremos reduzir nossa reflexão a um posicionamento ingênuo de que seja possível transformar toda a sociedade a partir da escola, nem acreditamos ser possível eliminar as relações de poder em qualquer instância. "Porém devemos adotar uma atitude vigilante e contínua no sentido de procurar desestabilizar as divisões e problematizar a conformidade com o 'natural'; isso implica disposição e capacidade para interferir nos jogos de poder" LOURO, (1998).

Com relação as nominalizações, pudemos concluir que o DE é ligeiramente mais rico em substantivos, enquanto que o DO o é em verbos, porém

ficaram muito evidentes as seguintes diferenças: o número de substantivos abstratos foi mais do que o dobro no DE, os substantivos concretos são utilizados mais ou menos no mesmo número nos dois discursos.

Também foi descoberto que no DE há uma ligeira preferência das informantes em utilizar orações subordinadas enquanto o número de orações coordenadas é 1,40 maior no DO, mas parece que a grande diferença estabelece-se quanto ao uso de orações absolutas no DO que foi o dobro do DE. Ainda cabe lembrarmos que o número de orações incompletas, quando considerado como discurso individual, foi 6,5 vezes maior no DO em relação ao DE no qual não houve oração incompleta.

A presença farta de expletivos no DO, foi outra de nossas observações em relação ao DE. Enquanto no DE encontrou-se apenas dois exemplos dessas expressões que não tem classificação gramatical, no DO encontramos 27 casos, explicáveis a partir do contexto.

Nossa análise, de todo o corpus, buscando diferenças e semelhanças, permitiu-nos uma conclusão que polemiza o já dito de que o DO é fragmentado. A participação dos interlocutores na facção do DO, o torna de sentido completo. Existe a necessidade da participação dos interlocutores, quer seja para complementarem uma elocução, quer seja para discordarem e obrigar o orador a mudar seu proferimento. Portanto sendo o DO um discurso social, pode-se afirmar que ele quase não apresenta fragmentação.

Pode-se traçar aqui um paralelo de socialização que acontece tanto no DO como já foi mencionado como também no DE. Trata-se da apropriação do DO na facção do DE. Esse episódio deixou-nos muito claro a necessidade de fazermos um preparo de nossos alunos para dissertarem. Muitas serão as formas, mas certamente uma, de indiscutível eficácia, será o debate sobre temas polêmicos. Esses debates enriquecidos de leituras de revistas, jornais e outros, sobre o tema a ser debatido, irão

municar o aluno para que ele possa escrever com um relativo domínio sobre o tema. Daí em frente será uma questão de técnica e organização do texto.

Observe-se que o DO acompanha o homem, em todas as civilizações, desde os mais remotos tempos, e essa forma de comunicação evoluiu, transmitindo de geração a geração, seus patrimônios sociais, culturais e religiosos. O DE surge para atender determinadas necessidades comerciais, contratuais e registros permanentes. Sem essa percepção, corremos o risco, como professores, de tornarmo-nos reducionistas quanto ao ensino de língua materna, pois a escola tem dado especial atenção a expressão escrita, desqualificando a riqueza dos dialetos de nossos alunos. O preconceito lingüístico, ainda existente, deve pouco a pouco ir dando lugar a possibilidade de criação de um espaço de pertencimento; a escola, dessa forma, será mais inclusivista.

Ao mesmo tempo em que a escola, a serviço da classe dominante, valoriza a escrita em detrimento da oralidade, ela se mostra incompetente para o seu ensino.

Percebe-se, como senso comum, que a criança desde o momento em que entra para a escola até a quarta ou quinta série escreve bons textos para suas professoras, a quem chamam de "tia". Desse momento em diante começam a declinar na qualidade e interesse pelo texto escrito.

De que fala a criança nas séries iniciais quando escreve suas composições? Fala do mundo que a rodeia, das coisas que fazem parte de sua vida e de coisas que sua imaginação lhe permite. Essa ousadia se faz porque a "tia" para quem ela endereça a redação é alguém em quem ela deposita confiança, e que corresponde a toda expectativa do escritor no que tange a informação dada. A professora conhece a criança e grande parte de seu mundo e consegue viajar juntamente com ela em suas fantasias. Parece então que os textos produzidos por ela obedecem a intuição e a qualidade discursiva atinge um patamar desejável.

Na seqüência deste rito de passagem de seriação há também o de fase de desenvolvimento, não se sente mais criança. É um "jovem". Indeciso, cheio de dúvidas, desconfiado e com todos os problemas de um adolescente. Seu professor não é mais seu confidente, os assuntos que tem para discutir, muito provavelmente não sejam de interesse de seu professor. Não existe mais a afetividade espontânea com a qual estava acostumado lá na infância. O medo do ridículo o põe em posição de recolhimento, e as palavras devem ser muito bem medidas. Então quando deve escrever, não escreve. Não sabe o que deve ser dito que possa ser bem avaliado pelo professor. Acredita não ter o que dizer. Dentro deste mundo cheio de saberes sabidos, ele não sabe nada, ou pelo menos é assim que se sente. Não quer parecer ridículo. As "abobrinhas" colocadas nas redações servirão de chacota pelo resto da turma e só o professor poderá dar "status" ao que disser, mas nem sempre é confiável.

Parece ser unânime a opinião de que as pessoas lêem pouco, e particularmente os jovens, apenas lêem os textos que são exigidos nas escolas. Dessa forma fica comprometido o conhecimento de mundo que permitirá ao jovem-escritor deslanchar em suas redações. Esse conhecimento lhe será exigido, tanto na forma quanto no conteúdo, ou seja, o professor lhe "descontará" sempre que houver uma inadequação vocabular e também com relação a grafia e a qualidade discursiva.

O que dizer então dos nossos alunos que para terem acesso à universidade, precisam dissertar e não conseguem dizer aquilo que pretendiam, ou talvez, o que desejamos como corretores de suas redações? Será que seus discursos orais teriam sido ineficientes, se tivéssemos a oportunidade de arguí-los individualmente?

O objetivo de testarmos o aluno pela forma escrita, nos processos seletivos, é justamente para que ele nos "prove" que tem condições de defender seu ponto de vista para outrem, nessa modalidade discursiva. Esse é o status que queremos, pois é isso que a classe dominante exige e valoriza em alguém com

escolarização. O prestígio é dado a quem domina a forma escrita do discurso, a não ser que sua função venha a ser especificamente o cumprimento de elocuições. Muitas vezes nos enganamos com a real capacidade de uma pessoa para desempenhar determinada função, por não ter sido suficientemente clara em seu discurso escrito. Em quase todas as contratações feitas para cargos que exijam seleção, a bateria de exames passa por uma entrevista, que quase sempre é decisiva para a contratação. Por que não contratam apenas pelo que podem ver no *currículum vitae*?

Parece não haver dúvida de que o discurso participativo, ou seja, aquele que conta com a voz do interlocutor, será mais eficiente quanto a não deixar dúvidas da intenção de seu autor, sem considerar aqui a restrição e densidade tão valorizada por alguns. O fato de o discurso oral ser mais prolixo, não invalida a sua eficiência. É lógico que se pudesse primeiramente gravar o que pretendo dizer, com as respectivas participações de meu interlocutor, depois fazer a transcrição dessa fala e toda a profilaxia necessária, então não poderia dizer-se que o discurso escrito é mais eficiente, denso e enxuto. Mas quando o escritor é chamado a escrever, no máximo faz um rascunho - que normalmente também é mal trabalhado na escola - para depois passar a limpo transformando-o em texto final. Dessa forma sua maneira de escrever será muito próxima da forma de falar, com as limitações que o papel impõe: falta de interlocutor, entonação, gestualidade, silêncios significativos e até a empatia estabelecida face-a-face que molda a forma do dizer.

Concluimos dessa forma que é indispensável um questionamento acerca de como ensinamos nas nossas escolas, particularmente a língua materna, e dentro dela qual o valor dado à produção da escrita. É necessário que se revise a forma de ensinar o Discurso Escrito, sendo indispensável à capacitação dos professores para compreender as semelhanças e diferenças entre DE e DO, bem como suas possibilidades e limites, sem o pronto conceito de valor elitista ao DE.

Outro ponto a ser levado em conta diz respeito a revisão dos critérios de avaliação nas escolas, majoritariamente dependentes do DE, possibilitando a valorização de diferentes potencialidades de expressão na escola. Hoje, a aquisição e expressão do conhecimento é fruto do DE, e como ficam os disléxicos, disgráficos, hiperativos e outras pessoas com problemas neurológicos e motores, pessoas de reconhecidas potencialidades que ficam excluídas do processo produtivo instituído na escola?

Por outro lado “abandonar” a escrita é abandonar a comprovação, a resposta ao recurso, e ter que se aventurar na subjetivação, na criatividade, na inventabilidade. A escrita evita a discordância frente ao comprovável, é aliada da “proteção dos direitos individuais ou coletivos. Ir além deste critério seguro implica em desafiar-se para uma inter-relação mais ética.

Escrever permite apropriarmo-nos da genialidade de Einstein - sabidamente disléxico - e sonhar em ampliar seu conhecimento, registrá-lo, para ainda hoje ser reconstruído por outros, para benefício da humanidade. Permite refletir sem perder a linha e a revisão do meu próprio pensar acerca do DO e DE, buscando registrar as particularidades de ambos, para que através deste registro outros possam refletir, desconstruir e reconstruir, ... a serviço da qualidade de vida para a maior parcela possível. O uso do DO e DE como expressões da humanidade, que juntas, podem produzir espaços sociais para a inclusão.

Somente existimos em função do outro. É o outro que amamos, para quem trabalhamos, por quem choramos, para quem nos queixamos e para quem também somos o outro. Não estamos no mundo sós, nem podemos viver sós. Assim sendo, também quando colocarmos nossos alunos em exercício de escrita ou de fala devemos sempre fazê-lo dentro de um contexto que possa ser, ou pelo menos parecer, real. Oferecer-lhe um interlocutor nessa perspectiva, significará dar-lhe o que perdeu na quinta série, a "tia". Se, como professores, verdadeiramente nos ocuparmos dos

textos de nossos alunos quer no ensino fundamental, quer no ensino médio, certamente eles terão minimizadas as dificuldades em colocar por escrito o que desejariam dizer para alguém.

Paralelamente a todo um re-olhar, para um refazer da escola que prepara os alunos para seguirem seus estudos na Universidade, também esta precisa rever-se quanto a exigência para sua seleção. A redação é apenas uma das habilidades que as pessoas podem ou não ter, até como vocação. Se me fosse exigido tocar violino para entrar na universidade, e eu não tivesse intuição ou vocação para isso, faria um bom treinamento para o fim específico, e depois provavelmente nunca mais me utilizasse daquele instrumento.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico; o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BEAUGRANDE & DRESSLER (1983), Texto e textualidade. In: VAL, Maria da Graça C. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BEZERRA, Maria A. Dificuldades no uso adequado de vocabulário em textos escolares escritos. Trabalho apresentado no V congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada. Porto Alegre: 31 de agosto - 4 de setembro, 1998.
- _____. *Reflexões sobre o livro didático de português*. Revista ariús, Campina Grande, v.4.
- BIBER, (1988, p. 8) In: FÁVERO, Leonor L. et al. *Oralidade e escrita perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.
- BIRDWHISTELL, Ray L. O mundo silencioso da cinética. In: DAVIS, Flora. *A comunicação não-verbal*. São Paulo: Summus, 1979.
- BLOOMFIELD, (1933:21) In: FÁVERO, Leonor L. et al. *Oralidade e escrita perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.
- BOUISSAC (1973), A estrutura da comunicação não-verbal. In: RECTOR, Mônica & TRINTA, Aluizio R. *Comunicação não-verbal: a gestualidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CAMARA Mattoso Jr. J. *Manual de expressão oral e escrita*. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. (1969:11) In: FÁVERO, Leonor L. et alii. *Oralidade e escrita perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.
- CASTILHO, Ataliba C. (org.) *Gramática do português falado*. 2 ed. v.3. As abordagens, Campinas: FAPESP, 1996.
- CHAFE, Wallace L. *Significado e estrutura lingüística*. Rio de Janeiro: LTC, 1979.
- CHOMSKY, (1981:175) In: LUFT, Pedro C. *Língua e liberdade o gigolô das palavras por uma nova concepção da língua materna*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- _____. (1970:85) In: LUFT, Pedro C. *Língua e liberdade por uma nova concepção da língua materna*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- _____. (1975 p.115-6) In: LUFT, Pedro C. *Língua e liberdade o gigolô das palavras por uma nova concepção da língua materna*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- CLAMMER, (1976:67) apud SCRIBNER & COLE (1981:3). In: *Linguagem escrita e poder*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- DAVIS, Flora. *A comunicação não-verbal*. São Paulo: Summus, 1979.
- DUBOIS, (1993). Jean e outros. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1993.
- DUCAN (1977: 155-6), A estrutura da comunicação não-verbal. In: RECTOR, Mônica & TRINTA, Aluizio R. *Comunicação não-verbal: a gestualidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

- DUCROT (1972), Silêncio e sentido. In: ORLANDI, Eni P. *Terra à vista* discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.
- EFRON (1972: 9-11), A estrutura da comunicação não- verbal. In: RECTOR, Mônica & TRINTA, Aluizio R. *Comunicação não- verbal: a gestualidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FÁVERO, Leonor L. et al. *Oralidade e escrita* perspectiva para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 1999.
- FILLMORE, (1981, P.153) In: FÁVERO, Leonor L. et al. *Oralidade e escrita* perspectivas para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 1999.
- GERALDI, João W. *Portos de passagem*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- GIVÓN, T. (1977) In: KATO, Mary A. *No mundo da escrita; uma perspectiva psicolinguística*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1995.
- HALLIDAY, (1989, 1996: 348, 356, 358). In: VIEIRA, Lazuíta G. O. Estudo do léxico no texto oral e escrito. Trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Porto Alegre: 31 de agosto- 4 de setembro, 1998.
- HAVELOCK, Eric, A equação oralidade- cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON & TORRANCE. *Cultura escrita e oralidade*. Ática, 1995.
- JOHNSON (1979:102) A estrutura da comunicação não- verbal. In: RECTOR, Mônica & TRINTA, Aluizio R. *Comunicação não- verbal: a gestualidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- KATO, Mary A. *No mundo da escrita; uma perspectiva psicolinguística*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. Aquisição e aprendizagem da língua materna: de um saber inconsciente para um saber metalinguístico. In: GRIMM, Loni C. & MORAIS, José. (org.) *Investigando a linguagem*. Florianópolis: Mulheres, 1999.
- _____. Como a criança aprende a ler: uma questão platoniana. In: ZILBERMAN, Regina & SILVA Ezequiel T. *Leitura perspectiva interdisciplinares*. (org.) 5 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos. Apud, SOARES, Magda B. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, Regina & SILVA Ezequiel T. (org.) *Leitura perspectivas interdisciplinares*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. (1974 [1955]:336-8). In: GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LUCKESI, Cipriano et al. *Fazer Universidade: Uma proposta metodológica*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- LYONS, John. *Semântica I*. Lisboa: Editorial Presença / Martins Fontes, 1977.
- _____. *Lingua(gem) e Linguística; uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- MAIA, Eleonora M. *No reino da fala; a linguagem e seus sons*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1991.
- M. LE BOT (1984), In: ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio* no movimento dos sentidos. 2 ed. São Paulo: Unicamp, 1993.
- MARCUSCHI, (1993:63) In: FÁVERO, Leonor L. et al. *Oralidade e escrita* perspectivas para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. *Análise da conversação*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.

- _____. Características do texto falado. In: KOCH, Ingedore G. V. *Trabalhos em lingüística aplicada*. Campinas, v.30, p. 32, jul/ dez.1997.
- MARTLEW, M. (org.) *The psychology of written language*. Uma coletânea de artigos recentes sobre aspectos teóricos e de desenvolvimento da escrita, incluindo dois artigos clássicos dos russos A. L. Luria e L. S. Vigotsky. In: KATO, Mary A. *No mundo da escrita; uma perspectiva psicolingüística*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1995.
- OCHS, E. A natureza da linguagem escrita. In: KATO, Mary A. *No mundo da escrita; uma perspectiva psicolingüística*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1995.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso & leitura*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 2 ed. São Paulo: Unicamp, 1993.
- _____. *Terra à vista discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- PATTANAYAK, D.P. A cultura escrita: um instrumento de opressão. In: OLSON & TORRANCE. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.
- POYATOS (1977:222), A estrutura da comunicação não- verbal. In: RECTOR, Mônica & TRINTA, Aluizio R. *Comunicação não- verbal: a gestualidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SAPIR, Edward (1921:19) In: FÁVERO Leonor L. et al. *Oralidade e escrita perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. Selected writings of Edward (1949). In: Davis, Flora. *A comunicação não-verbal*. São Paulo: Summus, 1979.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- SILVA, Josenia V. O oral e o escrito: a dupla face da interação verbal. In: MAGALHÃES, Izabel S. (org.) *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.
- SOARES, Magda B. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, Regina & SILVA Ezequiel T. (org.) *Leitura perspectivas interdisciplinares*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. *Linguagem e escola*. 10 ed. São Paulo: Ática, 1993.
- SOARES, Maria E. *O desenvolvimento da habilidade de organização textual em língua escrita*. In: Letras de hoje, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p.101, set/1999.
- TANNEN (1982), A natureza da linguagem escrita. In: KATO, Mary A. *No mundo da escrita; uma perspectiva psicolingüística*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1995.
- TARALLO, Fernando; *A pesquisa socio-lingüística*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1994.
- VAL, Maria da Graça C. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- VIEIRA, Lazuíta G. O. Estudo do léxico no texto oral e escrito. Trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada. Porto Alegre: 31 de agosto- 4 de setembro, 1998.
- ZERO HORA, Língua falada e língua escrita. Help- Sistema de consulta interativa. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. s/d.
- ZILBERMAN, Regina & SILVA Ezequiel T. *Leitura: por que interdisciplinaridade?* In: ZILBERMAN, Regina & SILVA Ezequiel T (org.) *Leitura perspectivas interdisciplinares*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1999, p.12.

7. ANEXOS

Informante: Cristina																			
Turno	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	Total	D.E
Oração absoluta	1		1		2	3			1	1		1		1	1			12	03
Período simples	1																	1	
Oração principal		3	1	1	9	4	2				2	3	2			7	4	38	19
Oração coordenada		1			16		2				1	4	3			5	2	34	6
Oração subordinada substantiva		4	1		2	2					2	2				3	3	17	14
Oração subord. Adv. Causal incomp.		1																1	
Oração subordinada adjetiva		1	3	1	3	1	1						2			1		13	7
Oração subord. Adv. condicional			1															1	
Oração subordinada adverbial final			1															1	
Oração subordinada adverbial				3	7	1	2					1	1			5	2	22	11
Oração absoluta incompleta								1										1	
Oração incompleta										2								2	

Informante: Paola											
Turno	1	2	3	4	5	6	7	8	Total	D.E	
Oração absoluta	1	1			3	1	1		7		
Oração principal	1	6	3	2	7	1		3	23	7	
Oração coordenada		8	3	1	13		1	3	39	6	
Oração subordinada substantiva		2	1	2	2			3	10	7	
Oração subordinada substantiva incompleta	1								1		
Oração subordinada adjetiva		6			6		2	1	15	5	
Oração subordinada adverbial	1	1	2	1				3	8	7	

Informante: Firmina				
Turno	1	2	Total	D.E
Oração principal	2		2	10
Oração coordenada	2	2	4	8
Oração subordinada substantiva	1		1	6
Oração subordinada adverbial	2		2	8
Oração subordinada adjetiva				4

Informante: Micheline																	
Turno	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Total	D.E
Oração absoluta	2	1			5	1		1	1	2	1	1		1	1	17	5
Período simples	2		1													3	
Oração principal				6	10	2	1		4	2			1		7	33	9
Oração coordenada				10	4				4						8	26	11
Oração subordinada substantiva				5	7	1			2	1					7	23	9
Oração subordinada adjetiva				6	3		1		2	1			1		2	16	10
Oração subordinada adverbial				3	6				4						4	15	2
Oração absoluta incompleta				1			1									2	
Oração intercalada									1							1	

Informante: Lizarbe																	
Turno	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Total	D.E	
Oração absoluta							1				1	2			4	1	
Oração principal	1	1		3		1		2	1	1		4	1	2	17	8	
Oração coordenada	2	5		5	2	1		3		1		8	1	2	30	6	
Oração subordinada substantiva	3	1		1				2	1			3		1	12	10	
Oração subordinada adjetiva				1		1						3			5	5	
Oração subordinada adverbial	2			2				1		1		1	1	1	9	6	
Oração absoluta incompleta			1												1		

Informante: Claudete						
Turno	1	2	3	4	Total	D.E
Oração absoluta	4	1	1		6	
Oração principal	7	1		1	9	10
Oração coordenada	8	4		1	13	2
Oração subordinada substantiva	6	1		2	9	6
Oração subordinada adjetiva	6			2	8	6
Oração subordinada adverbial	4			1	5	9
Oração explicativa						1

Informante: Nilva														
Turno	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	D.E
Oração absoluta			1			1					1	1	4	
Oração principal	8	1	8		1	2		2	2	13			37	7
Oração coordenada	6	8	8	2		7		1	1	19			52	8
Oração subordinada substantiva	9	1	4		1	3		2	1	6			26	3
Oração subordinada adjetiva	3		4			1				5			13	2
Oração subordinada adverbial	3	1	1			2			1	4			12	6
Oração absoluta incompleta							1						1	

Informante: Etiana			
Turno	1	Total	D.E
Oração absoluta	4	4	1
Oração principal	2	2	11
Oração coordenada			5
Oração subordinada substantiva			7
Oração subordinada adjetiva	1	1	6
Oração subordinada adverbial	1	1	6

Informante: Carolina							
Turno	1	2	3	4	5	Total	D.E
Oração absoluta		1		1		2	2
Oração principal	1		2	1	1	5	6
Oração coordenada							2
Oração subordinada substantiva			2	1	1	4	6
Oração subordinada adjetiva					1	1	1
Oração subordinada adverbial			1	1		2	6
Oração principal incompleta	1					1	

Informante: Cátia																					
Turno	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	Total	D.E
Oração absoluta	2	1	1		1					1	3	3		1	1	1	2			17	2
Oração principal	3	2	1	1		1		1	10	1				4	2	1	4	6	4	41	5
Oração coordenada	7		2	2		2			7				2	3	3	1	1		4	34	11
Oração subord. Substantiva	1	2						1	12					2				8	4	30	4
Oração subord. Adjetiva	6	2	1						2				1	2	2		2		2	20	3
Oração subord. Adverbial	4	2	1	2		2			2					1	2		6	3	2	23	
Oração absoluta incompleta							1	1													
Oração intercalada																		1		1	

Informante: Marlene										
Turno	1	2	3	4	5	6	7	Total	D.E	
Oração absoluta	1			1				2	3	
Oração principal		1			3	1	1	6	4	
Oração coordenada		1	2		4		2	9	7	
Oração subordinada substantiva		1			3	1	1	6	3	
Oração subordinada adverbial									3	
Oração subordinada adjetiva									3	

Informante: Karol											
Turno	1	2	3	4	5	6	7	8	Total	D.E	
Oração absoluta	2	1				2			5	1	
Oração principal	6		2		1	1	1		11	6	
Oração coordenada	3	2	2				1	3	11	6	
Oração subordinada substantiva	2		2				1		5	7	
Oração subordinada adjetiva			2						2	2	
Oração subordinada adverbial	2				1	1			4	1	
Oração absoluta incompleta				1					1		

Tabela 1 – Variedade Lexical Entre DO e DE

Modalidade	DO	DE
Razão	2,27	1,90

Tabela 2 - Orações

	Tamanho Médio das Orações	Orações Completas	Orações Incompletas
Discurso Oral	4,96	902	13
Discurso Escrito	5,8	400	0

Tabela 3 - Itens lexicais e Gramaticais por Oração

	Nº médio de itens lexicais	Nº médio de itens gramaticais
Discurso Oral	1,88	3,07
Discurso Escrito	2.49	3,04

Tabela 4 - Número Total de Palavras

Nome da Informante	Discurso Oral	Discurso Escrito
Carolina	72	135
Cátia	909	169
Claudete	245	195
Cristina	795	354
Etiana	37	219
Firmina	35	175
Lizarbe	411	185
Marlene	100	168
Micheline	679	200
Nilva	751	195
Paola	460	165
Karol	200	160
TOTAL	4.694	2.320
MÉDIA	391	193

Tabela 5 – Divisão das Palavras do Sistema Aberto

	Substantivos Concretos	Substantivos Abstratos	Total dos Substantivos	Total de Verbos
Discurso Oral	508	207	715	883
Discurso Escrito	261	211	472	397

Tabela 6 - Substantivos por Oração

	Média de Substantivos Concretos por oração	Média de Substantivos abstratos por oração
Discurso Oral	0,549	0,225
Discurso Escrito	0,652	0,527

Tabela 7 - Classificação das Orações das 12 Informantes

	Orações Subordinadas	Orações Coordenadas	Orações Absolutas	Total de Orações
Discurso Oral	335	252	80	915
Discurso Escrito	195	78	18	400

Tema: Pena de Morte		
Nome do informante	Nº de palavras DO	Nº de palavras DE
Cristina	795	354
Paola	460	165
Marimar PM	485	Não Escreveu
Micheline	679	200
Firmina	37	175

Tema: Aborto		
Nome do informante	Nº de palavras DO	Nº de palavras DE
Lizarbe	411	185
Claudete	245	195
Nilva	751	195
Etiana	37	219
Carolina	72	135

Tema: Televisão		
Nome do informante	Nº de palavras DO	Nº de palavras DE
Cátia	909	169
Marlene	100	168
Micheline TV	512	Escreveu sobre PM
Karol	200	160

Assunto: Pena de Morte

Participantes contra a pena de morte:

Cristina nº 07

Paola nº 17

Participantes a favor a pena de morte:

Marimar nº 14

Micheline nº 24

Firmina nº 25

Cristina : nós somos contra a a favô não contra a pena de morte

Micheline: agente é a favor... por que qui tu é contra?

Cristina: eu sô contra porque... eu penso assim ó... quem não dá a vida não tem o direito de tirá... quem não tem condições pra DÁ não pode tirá

Micheline: é só isso?

Marimar: quem tira uma vida tem direito de continuá vivendo? muitas vezes a pessoa tira vida de um inocente de uma criança... será que essa pessoa que tirô ela tem direito de continuá vivendo?

Paola: ((tom de voz baixo)) tá... só que muitas pessoas/ quantas pessoas já morreram inocentemente né, eu acho que eles/

Cristina: Ahn eu acho assim ó... se todas as pessoas que tiram vidas devem moRRÊ tá... o juiz que condenô né... que permitiu que viesse ahn o condenado... né para morresse... então ele também tinha que morrê

Micheline: por quê?

Cristina: ué porque simplesmente ele condenô... tá aquele que tinha matado... ele condenando ele tá matando... né, então ele também deve morrê

Micheline: tá e na tua, na tua opinião tu acha que uma pessoa qui... faz horrores com outra...até porque ela deve tá dentro da prisão daqui a uns anos sê solta i... provavelmente continuá fazendo ou... como na maioria dos casos... eles matam e tem um baita dum advogado qui falam qui eles tavam loucos naquela hora estavam bêbados... sendo que... ahn eles sabem que vão... pru presídio... que eu já tive num presídio também não é um pavor até pra essa gente eu acho que é um hotel cinco estrelas tá... porque eles têm tudo que é assistência lá dentro du presídio... então pra eles de repente... ((tosse)) até não é tão ruim matá fazê o que eles assim fazem estarem dentro da prisão... até porque a maioria deles que faz que mata tudo por prazer então... não não matô... não robô... não fez por fome ou por roubo... fez por que?... por prazer

Paola:((tom de voz baixo)) tá mi respondi uns quantos estão lá inocentemente né estão condenados por uma coisa que eles não fizeram e não tem ninguém... que colabore nem ajudá eles... defendê eles né porque às vezes até nem têm condições de vida pra isso e a família... imagina uma família... uma pessoa vai sê morta tá... foi condenada à pena de morte e morre e a família a única as únicas pessoas que sabem que essa pessoa é inocente é a família... imagina só a família tá tu que foi condenado a uma coisa que tu não é culpada aí ti matam i depois tua família vai ficá pensando o que o resto da vida...minha filha foi morta mais ela::: /

Cristina: ela era inocente... e otra coisa... hotel cinco estrelas não porque ainda ontem tava dando na televisão tá eles batendo dentro dos presos dentro da cadeia tá... eles apavorados tá... qué dizê hotel...nem pensá e teve o casu du:::u/ há um tempo atrás deu no Fantástico du::: homem da luz vermelha aquele ele/ ah como aqui no Brasil não tem pena de morte ele foi preso tá... pegô perpétua... ele ficô muito tempo lá dentro... quando deram a reporta/ que fizeram a reportagem com ele tá... fizeram a última né qui depois ele foi solto e mataram ele... mas antes disso ele tava... distruído fisicamente tá... ele tremia o tempo inteiro... estremamente arrependido du que ele tinha feito... ele chorô... tá... nu num último momento tá... assim super arrependido di tudo que ele havia feito tu acha que uma pessoa assim tem sussego?... uma pessoa assim não tem... ele viveu a vida inteira dele dentro de uma cadeia pensando... assim ó pô tudo aquilo que eu fiz... azar não tem volta ele se arrependê não tem volta... não vai trazê as pessoas di volta/ mas... a consciência da gente é a coisa assim... ó se tu tá com a consciência pesada tu jamais vai consegui durmi jamais vai consegui tê PAZ dentro de ti

Micheline:((fala nervosamente)) tá e tu acha que uma pessoa que faz isso tem alguma consciência?... eu eu acho assim ó de repente tu tá fugindo... vamos si basiá si fosse contigo uma pessoa que tu gosta

muito/ fizessem horrores com essa pessoa tá i aí... primeiro lugar vocês estavam falando crime inocentemente... tu acha que num crime tão bárbaro/ se acontecesse um crime tão bárbaro eles iam pegá um inocente? muito difícil eles iam tê qui tê provas provas muito convincentes que essa pessoa fez esse crime então poucos iam morrê inocente/ poucos iam sê presos inocente/ em crimes bárbaros((incompreencível)) eu sei que aqui no Brasil tem muitos crimes ahn poucos assim a às vezes eu já ouvi falá qui aqui no Brasil mesmo se tivesse pena de morte... ia os que têm pouco dinheiro porque mesmo assim si fizessem crimes bárbaros não sei outras coisas não iriam... mas tu tu acha que eles iam acusá uma pessoa inocente pru uma pena de morte? muito difícil eles têm que tê muita provas pra acusá

Cristina: tá então eu te digo o seguinte... numa reportagem feita também pelo fantástico há uns três anos atrás eles disseram o seguinte... que de cada seis condenados à pena de morte quatro são inocente... bem mais da metade agora tu imagina assim ó pra cabeça até mesmo da sociedade não só a cabeça da família tá... como fica? disistrutura totalmente... teve um caso de um homem que foi condenado à morte... tá i ele quan/ no momento as últimas palavras dele foram... eu sô inocente

Marimar: Mas olha só... tá muitos até alguns até dizem a verdade eu sô inocente eu tô arrependido mas bandido qui é bandido ladrão qui é ladrão assassino qui é assassino menti menti sempri ele podi tá li a câmara na frente ele vai/ ele é culpado ele sabe qui fez aquilo mas ele qué limpá a barra dele ele qué si safá então o que qui ele vai dizê... ah eu sô inocente ah eu tô arrependido du que eu fiz... e muitos se comportam muito bem dentro da cadeia ahn fazem tudo o que qui tem qui fazê... têm bom comportamento se são condenados a muitos anos de prisão o que qui eles pensam... bá eu me comportando bem eu eu me saindo bem aqui... não brigando com ninguém eu vô saí antes do meu tempo... eu vô/ eu vô pudê i pra rua de novo... aí alguns muito poucos casos que não fazem qui saem da cadeia i tentam levá uma vida normal tentam ahn sê diferentes não fazê o que faziam antes... mas a maioria sai da cadeia e faz o que de novo?... mata... róba... assassina dexa pessoas alejadas faz tudo o que fazia antes sem pensá nos outros... ele não tem sentimento nenhum... tu acha que uma pessoa que mata vai tê algum sentimento? então essa pessoa não tem nem coração

Cristina: tá e aí vem uma otra pessoa e condena ele à morte condena ele por tudo aquilo que ele fez... quantas vezes um juiz deveria morrê tá... se houvesse mais de uma morte tá pra pagá tudo aquilo todas as mortes causadas por ele

Micheline: i até agora não tô entendendo por que tá falando que juiz tem que sê morto também. o juiz matô?

Cristina: sim

Micheline: não... ele tá condenando uma coisa [que tá certo a morte

Cristina: [ele condenô/

Marimar: [mas Cristina, o juiz tá ali pra julga ele não tem que

Cristina: [não mas de forma alguma/

sê morto... ele tá o juiz vai pensá assim... eu não vô condena aquele... eu não vô dá prisão pra ele porque eu não tenho direito

Cristina: mas não tem

Marimar: [é é o juiz é é o dever dele é o trabalho dele

Micheline: [é o caso/

Cristina: mas ele não tem capacidade pra dá a vida... pra fazê o ser humano vivê então ele não podi tirá

Marimar: mas eu acho eu acho quem mata... quem tira a vida mui/ bá monte de assassino de criança mata/... olha o gurizinho que morreu di quatro anos esses dias... tu acha que um cara desses que mata uma criança vai sê preso uns dois... três anos se comporta bem na prisão e vai sê solto... tu acha que ele não vai fazê isso de novo?

Paola: eu acho que ninguém tem o direito de tirá a vida de ninguém... porque é a mesma coisa... eu sô mãe tá aí amanhã depois meu filho faz lá uma locura e tudo... ahn não ele não matou alguém e quantos então já eram pra tê sido morto

Micheline: se fosse o casu... Deus me livre se matasse teu filho tu ia fazê o quê? tu queria ele na prisão ali bunitinho e otra coisa quando tu tava falando du Fantástico eu sei que ele mostra muitas realidades... mas se tu visitá o presídio daqui de Pelotas eles têm educação... eles têm atendimento odontológico eles têm horrores de coisa que eu acho/ pelo que eles fazem... pelos crimes que eles cometem eu botaria numa cela e no máximo dava comida... eu sô muito radical nesse ponto/

Paola: tá mas eu acho qui/ tá poderiam até fazê isso... mas não tirá a vida... tem várias outras formas di corrigi sem tirá a vida

Micheline: mas já já foi citado tanta prisão perpétua quanto a pena de morte aqui... tu acha qui em crime bárbaros a pessoa tem que/ qual seria tua solução pra uma pessoa... fez crime bárbaro tem que faze o que com ela?

Cristina: eu acho acho assim ó... a pessoa/ ninguém acima de qualqué coisa ninguém tem direito de tirá a vida de ninguém tá... isso aí não importa assim ó se matasse um membro da minha família com certeza eu podia ficá irritada... braba ou qualquer outra coisa tá não ia adiantá nada... esse negócio de olho por olho dente por dente nunca soluciona problemas não vai sê agora que vai solucioná

Marimar: tá eu vô ti fazê uma pergunta... tá tu disse então qui tem qui prendê a pessoa né? então o que qui esse esse homem ia ficá fazendo num presídio?

Paola: tá mais eu posso te dizê uma coisa? eu acho assim ó qui apesar de tudo isso eu acho que o melhor sofrimento não é a pessoa a pessoa morreu acabou ali... e a pessoa sofrendo mas não numa cadeia como a Micheline tava dizendo ah... qui tem televisão não isso aí não... teria qui tê uma cadeia mas assim ó onde eles trabalhassem onde eles sofressem realmente né mas qui ali eles iriam sabe o que qui é mesmo sofrê... mas não ficá numa boa aí também não... mas eu acho bem melhor do que tirá a vida da pessoa... eu acho que eles vão aprendê muito mais se eles/ né dentro dum lugar que eles sofressem ahn soubessem o que qui é sofrê mesmo... du qui tá morreu morreu eles não vão sofrê eles eles vão morre não vão passá... não vão pagá por aquilo que eles fizeram morreu tá terminô ali

Marimar: tá e assim ó nisso tá não... não... não então são condenados à pena de morte mas isso quantos... quantos presos vão se vão se acumulando nos presídios... tá aqui no Brasil não tem pena de morte... mas vai olhá aqui em Pelotas na região não/ mas tu olha em São Paulo... outros lugares os presídios não têm mais lugar e tem gente que ma/ sai de lá mata e volta de novo... sai de lá mata volta de novo pra lá

Firmina: mas vocês acham quem mata tira a vida e vai pra cadeia por mais que passe trabalho quando sai de lá ele vai sê um pessoa normal... decente?

Paola: não mas isso depende de pessoas pra pessoa né que quando saem de lá/

Firmina: mas é muito pouco é a minoria

Paola: ah mas deveria então tê uma assistência né qui seguem colaborassem com isso e não/

Marimar: [tem, mas tem só qui é muito difícil pru tu vai tu não muda

Micheline: [tem/

uma pessoa duma hora pra outra

Cristina: só qui lá dentro eles vão tê tempo pra isso... quantas pessoas/ esse esse caso mesmo que havia dado no começo esse esse homem ele fiCÔ anos dentro de uma cadeia sem podê saí pra nada sem tê benefício nenhum... sem tê televisão sem tê nada de bom lá dentro ele só ficô lá dentro pagando por aquilo que ele tinha feito

Micheline: e não é justo?

Cristina: o que não é justo?

Micheline: ele ficá lá pagando por aquilo que ele fez?

Cristina: eu acho justo

Micheline: então

Cristiane: eu acho justo ele ficá tá dentro tá e não ele sê morto... quando ele saiu de lá ele saiu otra pessoa... só que mataram ele na/ talvez até por medo por receio tá di que ele pudesse fazer alguma coisa mas ele saiu de lá... otra pessoa ele mudô tá... ele teve atendimento pra que isso acontecesse e lá dentro quando uma pessoa vai presa tá dentro da cadeia... ela tem assim ó... através de advogados ou coisa assim di realmente prová se ele fez ou se ele não fez alguma coisa... porque o que adianta assim ó/ é muito melhor tá tu::: ahn prendê tá uma pessoa qui é inocente du qui vir condená ela à morte

Micheline: bom eu vô deixá na consciência assim ó eu já/ eu tenho uma uma comadre minha ela trabalha nu presídio então eu acompanho... é muito difícil a pessoa saí di lá com outra mente tá muitos saem e como a Marimar falô eles fazem pra volta lá porque não têm o que cumê em casa então voltam pra lá... eles não acham... a maioria não acha tão ruim tá lá tá... não vô dizer que seja uma maravilha tá preso... mã/ então eu acho qui im países que têm pena de morte eu acho que o

crime os crimes são muito menores du qui aqui no Brasil porque a justiça aqui no Brasil não tá mais sendo mais respeitada... porque ela não tá... sendo feita então eu acho que vai ficá na tua consciência da tua opinião e da minha/ essa é a minha opinião

Cristina: é eu concordo porque eu acho que não vamos consegui mudá de opinião né de forma alguma... porque eu jamais vô sê a favor e continuo dizendo qui quem não tem o direito de dá... quem não consegue dá... não tem o direito de tirá

Paola: e eu também acho que/ eu acho qui a melhor forma não é a pena de morte e sim o castigo... que eles possam realmente sabê o que qui é sofrê tá dentro duma cadeia não porque morreu morreu eu acho que eles deveriam ter um castigo bem mais pra eles aprendê mesmo

Assunto: Televisão

Participantes a favor da televisão:

Cátia nº 03

Marlene nº 05

Participantes contra a televisão:

Micheline nº 24

Karol nº 02

Cátia: bom no/ ahn eu né sô a favor da televisão por causa que a televisão é um meio qui ahn dá lazer às pessoas qui trabalham todo o dia... i chegam em casa vão fazê o quê? vão escuta um rádio... vão fazê o quê? então ligam a televisão qui na qui na televisão conseguem vê programas conseguem ver imagens e conseguem ao mesmo tempo escutá-los... então eu sô super a favor a televisão... eu sô super favor a televisão intão eu acho qui deve existi porque por lei ahn a televisão ahn tem projetos ahn... como telecurso segundo grau ahn, ahn Roberto Marinho mesmo na Globo qui programas culturais ondi pessoas qui te/ di menos ganham ligam e tem como se integrá ao colégio até pessoas que não estudam qui não têm, não têm muito/

Marlene: grandes possibilidades

Cátia: possível/ é possibilidades di i a um colégio... tem programas educativos na televisão... por isso eu acho qui a televisão é um::: é uma coisa boa qui surgiu aí qui as pessoas têm como verem e descansarem

Karol: é eu não concordo muito porque eu acho que a televisão ela manipula muito ela tudu assim dependendo da::: da emissora né e tudo ela é tudo assim tudo por bem dela tá é tudo assim ó programação... tudo se vai dá audiência é mesma coisa du IBOPE das eleições tá... o que qui tava ali nu ibope? qui o Brito já ia ganhá não era? pois é e não aconteceu eu acho qui a televisão manipula tudu assim praticamente tudo... eu sô contra

Cátia: tá eu vô fazê uma pergunta pra vocês ahn... quantas vezes por dia vocês ligam a televisão e olham? ou por semana? quantas ahn vocês ahn já ahn não passaram por exemplo um mês sem ligá uma televisão sem vê uma televisão?

Micheline? não

Cátia: imagina vocês não não tendo esse veículo não tendo essa televisão... é é um veículo de informações a televisão... não é?

Karol: [eu concordo... eu concordo qui é/

Cátia: [eu acho também/

Cátia: então se vocês são contra a televisão ahn quanto tempo vocês passariam sem sabê e tem na tua casa uma televisão e tem que passá por a frente sem ligá ela

Micheline: a gente não é contra assim ó a televisão em geral... a gente é contra os programas que são passados na televisão... tá totalmente ahn inadequados ahn sexo... cenas de sexos assim em horários né pra uma criança tá muito bom ali a violência enorme e não só isso porque tem muita gente defende assim qui ahn filho tem que aprendê e tem que sabê tudo/ mas a as pessoas como se caracteriza com a personagem se a personagem corta o cabelo ou age de tal forma... as pessoas as pessoas pegam essa essi modo ahn se ela fala uma gíria todo mundo segue aquela gíria né então não a muitos/ tu citou o programa muito educativo que é o telecurso dois mil do segundo grau é bom mas é raro programas assim que tu possa dizê eu sô uma pessoa que sô viciada por televisão e acho ruim eu só vejo bobagem na televisão.

Cátia((fala nervosamente)) mas vê

Micheline((fala nervosamente)) mas é ruim

Cátia((fala nervosamente)) Imagina se não tivesse esse veículo .

Micheline: tá ahn eu não pego um livro pra mim lê que é muito mais educativo... eu não não faço outras coisas eu chego em casa sô uma pessoa o tempo qui tô em casa tô vendo bobagem na televisão

Cátia: bom eu acho qui a televisão é assim ó o SBT, a Globo e a Record ela faz a programação dela eu acho qui quem tem criança em casa quem tem pai... quem tem mãe quem tem qui sabê se o filho deve assisti ou não sobre educação eu acho é ele... quem tem qui assisti/ sabê os programas não é as emissoras eu acho quem tem qui sabê são os pais... eu acho bom esse programa meu filho deve vê porque é educativo... esse programa já não dá... eu acho quem tem qui se quem tem qui sabê é os pais não vai sê a emissora que vai botá... ah vô botá esse horário porque é só criança... vô bota esse horário/ não... eu acho que é os pai tem pra todas idades os programas e tem pra todos u tipo... cultural ahn programa desenho tem todos os tipos

Micheline: isso pra quem tem privilégio di tê TV a cabo também né

Karol: é eu acho que a televisão a nacional por menos eu acho que ela tem muitos programas qui não educam nada qui são uma porcaria mesmo não servem pra nada u Ratinho u que qui serve?

Cátia: [u Ratinho/

Karol: [baixaria só pra baixaria

Cátia: u Ratinho geralmente eu acho/ o que qui tu acha?

Marlene: eu acho o seguinte acho qui u Ratinho mostra a realidade

Micheline: até demais... ele apela muito pra quela realidade

Marlene: mas é real... não é?

Micheline: ((várias vezes)) mas ele apela ele apela.

Cátia: Vô ti pergunta assim ó... qual quan/ quando ahn... nossa população brasileira tem mais rico pobre que qui tem mais?

Micheline: tá é mais pobre agora é é ((várias vezes)) realidade pra/

Cátia: [O que qui, o que qui/

Marlene: [O que qui ele mostra?

Cátia: O que qui... o que qui ele tem qui tê? um programa popular

Micheline: que apela

Cátia: apela mais é o ((várias vezes)) que dá ibope

Micheline((fala nervosamente)) ((várias vezes)) mostra a realidade e passa uma moça com uma placa lá dizendo estamos em primeiro lugar e não sei mais o que... ou aqueles tia:./ aqueles tiatros qui eles fazem lá sem nada a vê... não é tão nossa realidade

Karol: e u programa du Ratinho eles recebem pra falá né cem reais

Micheline: [é essa a realidade/

Karol: [é essa a realidade tu pra ti pra ti tê uma posição tem tem qui ti dá dinheiro... o que é isso?

Cátia: mas eu acho qui a culpa não é do programa du Ratinho... a culpa é das pessoas qui si dexam ser pagadas i botarem a imagem delas... eu acho isso eu acho que a culpa não é do Ratinho ele tá fazendo o trabalho dele ele ele tá fazendo lá ele paga... agora se as pessoas aceitam ou não o problema é dela

Karol: não... segundo a revista Veja que eu tava vendo eles procuram as pessoas não são as pessoas procurarem

Cátia: e as pessoas procuradas tá e as pessoas procuradas... tá tu por exemplo eu sô o Ratinho ti procura ((Incompreensível)) vai lá não sei o que tu vai e recebe se tu quizé se não quizé tu não vai

Micheline: por que a maioria é pobre tu mesmo falô se tu é pobre tu vai lá

Cátia: então a culpa não é do Ratinho [é das pessoas qui aceitam

Micheline: [como não/

Micheline: ele usa manipula as pessoas

Cátia: eu já... sou a favor

Micheline: as pessoas por ter fome por tê/ [ser pobre então vão lá

Várias vozes: [e as pessoas/

Cátia: Tá recebem cem reais se elas... se elas não aceitarem isso qui elas estão se propondo por elas... por que elas que aceitam elas vão catar lixo elas vão fazê serviço o dela di di chi/ não sei

quanto tempo e outra coisa tu fazendo aquilo ali no Ratinho tu recebe cem reais como a Karol disse segundo ela... quanto tempo a pessoa trabalha pra ganhá isso? ela fazendo aquilo ali no Ratinho

Micheline: tá e tá certo tu acha certo qui tá certo pegá uma pessoa/

Cátia: [eu eu eu...

Micheline: [pra que? Pra tê audiência. Por que se chegá aquele pobre lá/

Marlene: O problema é qui hoje em dia as as pessoas fazem qualquer coisa pelo dinheiro... elas fazem qualquer coisa pelo dinheiro... até eles eles vão lá por dinheiro o problema é que eles estão mostrando a realidade é aquilo ali acontece... é aquilo ali qui acontece com as pessoas di di di di/

Karol: mas eles inventam... aquelas histórias eles inventam... aquilo nem existi

Marlene: eu acho que não

Micheline: tem muitas que eles inventam

Marlene: eu acho qui não... até podi sê podi acontecê alguma coisa mas não/

Micheline: tá e nas novelas por exemplo aquelas ahn... aquelas histórias di romances e não sei mais o quê qui di vez enquanto tu olha e fica numa depressão total... tu acha que precisa apelá pra tanto?

Cátia: bom eu acho qui a televisão é um veículo onde a genti::: tá certo que os programas tem que se educativos pra pras pessoas mais... mais... menos menos variadu financeiro também... só qui eu acho a televisão os programas tem partes educativas como telecurso... como eu já citei o Roberto Marinho então acho qui os programas sabe os programas ah da televisão tão bem acessíveis... só qui a pessoa tem qui sabê o horário de vê... pra vê ahn pra vê si si é certo ou não i a hora qui é a educação ou a hora qui não é... sabê si qué ou não vê

Micheline: só pra nós concluí a nossa opinião... só consegui citar dois programas... tu imagina quantos programas tem na televisão? consegui citá dois que eu concordo também que são bem educativos então o pe/ a televisão deveria sê um veículo de educação e ao contrário disso ela mostra muito mais coisas manipu pra manipulá as pessoas e pra inganá elas du qui pra passá alguma informação pra educá ela

Cátia: bom... pra nós dá o fechamento eu sô super a favor a televisão... porque eu acho qui a televisão é um modo di da pessoa que trabalha todo o dia chegá em casa i::: tê uma um tipo di::: relaxamento tê um tipo di di atrativo um lazer pra ela... então eu acho sem televisão nós não conseguimos Viver... essa/ ela taí é um veículo que taí i eu queria dizê qui é difícil a pessoa que têm uma televisão em casa e não liga pelo menos uma ho/ um... um minuto por dia

Micheline: e eu e a cacá a gente termina dizendo que a gente é contra por causa que em vez dela tá sendo veículo fácil na educação ela tá desi/ desiducando as pessoas e manipulando elas também.

Assunto: Aborto

Participantes contra o aborto

Lizarbe nº 11

Claudete nº 06

Participantes a favor do aborto

Nilva nº 16

Etiana nº 12

Carolina nº 1

Claudete: bom dizem por exemplo que o aborto é legal isso não existe... a maioria dos abortistas eles ficam assegurados no artigo cento e vinte e oito do Código Penal... o que que eles acham a única coisa que os dois casos que dizem que é favor que se puni aborto praticado por médico isso é crime primeiro que é outro meio é salvar a vida da gestante... e também qui é da gravidez du estru/ consentimento da gestante... muitos dizem que isso não é crime mas é... embora o médico pode sê punido por causa da política mas isso é crime... os abortistas muitos dizem também qui agora isso devia sê por exemplo ainda nu caso assim tendo pessoas profissionais executando os fatos... ou seja... abortando qui devia tê assim... não é questão qui tão matando as crianças mas deveria esse caso devia sê legalizado... não é por lei legalizado como dizem isso é falso que no Brasil já é assim isso é como crime... o que qui vocês acham?

Etiana: eu sô a favor do aborto né em caso de estupro que eu acho... como é que uma uma mulher vai tê um um filho que foi baseado numa violência? né... só em caso de estupro

Lizarbe: eu acredito que mesmo quando a mulher foi estuprada ela não tem o direito de tirá o filho porque ela não tem o direito de escolhê... ela foi estuprada tudo bem mas essa criança deve nascê

Carolina: mas Lizarbe (Incompreensível) naquele sentido também mesmo que ela não foi desejada

Lizarbe: muitos pais têm filhos não desejados

Carolina: mas não é esse caso de estupro.

Lizarbe: é é a mulher tá casada não... não... foi estuprada pelo marido e ficou grávida e não que tê o filho e ela tá agora... tu dá o direito dela abortar esse filho?

Carolina: eu acho se o filho não foi desejado não veio a coisa com amor eu acho que tem que abortar

Lizarbe: estupro.

Carolina: o estupro se a criança tem algum problema... eu acho que deve sê abortado.

Lizarbe: eu acho que no estupro a mulher deve esperar os nove meses se ela não quisê o filho se não for o filho desejado ela pega e dá pra adoção... existem muitas casas que pegam a criança i:: adota colocam... amparam essa criança dão uma família pra ela

((Alguém faz uma pergunta)) Tá e a criança como fica?

Lizarbe: a criança/ resolve((risos))

Nilva: eu sô a favor porque eu acho qui qui estupro é/ eu acho que a mulher tem tem qui tê u::: direito de não querê um filho um filho não desejado... eu... eu acho eu sô a favor defendo a favor do aborto eu acho em qualquer caso eu acho um casal... eu acho qui é muito difícil uma mulher qui qui foi estuprada i qui tenha/ ahn foi violentada ter um filho... tem muitos casos a gente sabe que a mulher fica grávida e tem um filho acho qui é muito difícil em termos de psicológicos... e tudo é muito difícil eu sô a favor porque eu acho que ela tem o direito de não querê/ não foi uma criança desejada

Lizarbe: mas ela não precisa querê essa criança ela podi dá pra adoção

Nilva: ah eu não concordo... não concordo... porque eu acho qui é/... como é qui tu vai esperá nove meses tu vai gerá nove meses... as modificações do teu corpo ahn tudo ahn como é qui tu vai senti durante todo esse tempo... aquele filho não é desejado tu vai tê a criança e vai despeJÁ a criança lá... eu não concordo

Lizarbe: i nu caso da duma gravidez não desejada dum casal que tá numa instabilidade financeira e tudo mas não queria ainda o filho?

Nilva: ah eu posso citar um exemplo que eu tive da minha cunhada... ela... ela já casada anos e ela/ sonho dela dos dois aliás eram tê um filho mas ahn sempre tudo assim na vida deles foi tudo sempre bem planejado tudo bem estru/ estruturado tudo então ela... ela ficô grávida justamente no momento em que ela não pensô em ficá grávida... tão felizes... maravilhosos os dois assim qui o neném é tudo é a realização dos dois aquela criança.. por isso eu acho que quando isso até pode às vezes assim ficá a um clima/ ahn eu não queria agora... primeiro eu queria fazê isso... primeiro eu queria arrumá o quarto... tipo aquelas coisas todas... não é::: tudo qui eles quiriam claro... mas não aconteceu nu momento em que os dois quiriam mas eu acho qui isso... isso se contorna não é não

Lizarbe: i eles... eles aceitaram bem esse filho?

Nilva: aceitaram tão maravilhados os dois

Lizarbe: i:: podi qui alguma mulher estuprada nã/ fique grávida né ela consiga isquecê aquele momento terrível... ((várias vozes)) ela podi por amor ao filho eu acredito qui ela possa superá isso aí e ao invés de dá o filho pra adoção tê até amor por essa criança

((alguém faz uma pergunta))

Lizarbe: porque não é dela também

Nilva: eu acho qui não

Carolina: na violência na violência qui qui aconteceu entre os dois eu acho qui não

Lizarbe: mas se o estupro é inevitável relaxe e goze.((risos))

Nilva: eu eu sô da minha forma eu sou contundente eu não mudo eu acho qui a sociedade muito claro... a igreja principalmente a igreja ah é contra aborto ó contra isso é contra aquilo mas vê mas vai vê na verdade se a igreja realmente ajuda nã/ tudu qui uma família precisa depois de uma criança ahn nasce então na... na verdade::: eu acho qui um filho tem que/ um filho sê desejado tem qui sê um filho a queridu pelo pai pela mãe... eu sô a favor

Lizarbe: a igreja se baseia na lei de Deus né?

Nilva: a lei da criação.

Lizarbe: a lei da criação... Deus dá a vida Deus tem o direito de tirá... por isso qui a igreja defende né não qué qui... qui aconteça aborto... eu concordo com a igreja e tem muitas igrejas qui fazem muitas lindas campanhas pra ajudá essas crianças... abrem creches onde os pais não... não... não podem não têm como sustentá os filhos a igreja em alguns casos ajuda também... existe um grupo de assistência social dentro das das comunidades e... associações são criadas... di maneira nenhuma eu eu não/ sô totalmente contra o aborto em qualquer situação

Claudete: por exemplo assim gurias chega alguém na casa de vocês... e ela qué se suicidá ou seja amputar um braço... o que qui vocês fariam? vocês deixariam essa pessoa se suicidar na frente de vocês... amputar um braço?

Nilva: eu... eu acho essa parte um pouco mais/ ahn um pouco mais delicada assim i claro que tu nunca sabe a tua reação na hora mas eu eu acredito que minha reação na hora é/

Claudete: impedi

Nilva: eu faria tudo pra impedi... mas eu acho qui aí::: tem::: esse ponto é:: bem diferente em relação ao aborto

Claudete: se não permitirmos uma pessoa que reprova a própria vida dela como é qui vamos permiti que tire a vida di um outro ser que não é dela e apenas está nela?

Nilva: tá eu fiz a minha tese e continuo sendo a favor eu continuo sendo ahn sendo a favor du aborto... porque eu acho qui tu... tu tem tu tem que tê o direito tu... tu não podi/ ahn agora ahn tipo ah se eu for estuprada eu... eu vô querê abortá e não vô querê tê esse filho... aí vai tê uma lei vai tê uma sociedade que vai me condená... a igreja vai me condená eu não vou fazê mais parte daquela sociedade porque eu não quis tê mais aquele filho... porque eu não quis gerar aquele filho aonde eu fui estuprada onde eu fui agredida a a onde eu fui assim nos meus limites ahn foram todos esquecidos eu a minha identidade tipo foi perdida eu então... eu acho qui tu ...tu tens que tê o livre direito da tua escolha é óbvio se tu for estuprada ahn são milhares de casos que a gente vê todos os dias tem... tem casos qui a gente sabe qui a pessoa tem um filho a ... a família ajuda se recuperá... mas eu... eu acho que são poucos casos em que realmente a mulher se recupera... porque eu acho que os traumas tudo... tudo é muito complicado...acho que depois ela olhá pra quele filho e depois ela cresce com aquela criança du lado/ tudo muito complicado né... eu acho qui é um trauma qui jamais ah mulher supera jamais vai sê uma coisa esquecida na vida dela JAmais

Lizarbe: ela olhando pra criança de repente essa criança linda maravilhosa pode sê uma criança bunita pode sê [uma criança meiga

Nilva: [pode

Nilva: pode podi sê

Lizarbe: de repente na hora do estupro o cara não é/ ele... ele estava violento de repente não é um ser tão violento como si mostrô naquela hora... i eu continuo defendendo qui o aborto... não deve ocorrer di nenhuma maneira

Cristina

Sou totalmente contra a pena de morte por varios motivos, comesando que de cada 6 condenados 4 são inocentes.

Como fica o conseito de justiça na cabeça dos condenados e parentes do mesmo perante a realidade de sua inocencia. Com serteza vai se formar uma revolta dentro deles.

Deus é superior a tudo e a todos e somente ele tem o direito de dar ou tirar a vida de alguém.

É mais correto prender um condenado até que se consiga talvez um dia provar sua inocencia ou não, do que tirar á vida de um inocente.

Ouveram varios casos onde as últimas palavras do condenado foram. “Eu sou inocente”.

Como fica um pai, mãe; irmão qualquer familiar consiente da inocencia do acusado em saber de algo assim?

Como fica a sociedade perante tal apelo.

Ninguém tem direito de tirar o que não foi por ele dado.

Se fosse por exemplo correto, matar quem já matou alguém, quantas vezes “deveria morrer o juiz” que condenou a morte tantas pessoas.

Todos tem direito a se defender e morto não fala.

Quem segue a pena de morte segue aquilo que Deus mais condena, o conseito de “Olho por olho; Dente por dente”.

O bandido a Lus Vermelha matou inumeras pessoas, mas como no Brasil não tem pena de morte, foi condenado a anos e mais anos de cadeia, com o passar dos mesmos ele comesou a arrepender-se do que avia feito e converteu-se por completo.

Em uma reportagem feita pelo fantastico ele aparece dias antes de ser libertado por bom comportamento, totalmente velho e destruído fisicamente e acredito que psicologicamente também, com tremuras constantes e arrependido do que fez.

Sei que arrependimento não traz as pessoas que ele matou de volta e nem alivia o sofrimento dos sobreviventes que passaram por suas mãos, mas a “consiência” pesada é a pior das torturar e condenações, uma pessoa assim nunca terá paz ou socego.

O certo não é adotar a pena de morte, mas metodos, formas para que os presos tenham auxílio psicologico e direito a assistencias como escolarização, palestras etc... para poderem sair da cadeia pessoas transformadas.

Pessoas melhores!

Firmina

Pena de morte

Podemos afirmar que o número de mortes em nosso país aumenta a cada dia que passa.

No Brasil a pena de morte ainda não existe, mas se pensa que ninguém tem o direto de tirar a vida de um ser humano.

Algumas pessoas acham que esses assassinos, criminosos deviam apenas serem presos e pagar na cadeia o erro que cometeram e outras pessoas já pensam diferente, pois se alguém mata sem piedade e vai para cadeia, com certeza quando sair vai fazer a mesma coisa, ou seja, vai continuar matando, tirando a vida de inocentes.

Muitas vezes, esses que matam, não têm uma vida comum, talvez não tenham uma família e nem uma casa para morar.

Será que essas pessoas não preferem matar e ir para cadeia? Talvez sim, pois lá na maioria das vezes são melhor tratados do que nos lugares onde costumam viver, ganham comida e até uma cama para dormir.

Concluimos que no Brasil deveria existir a pena de morte, pois ninguém tem o direito de tirar a vida de pessoas inocentes.

Micheline**“A justiça falha, mas não tarda.”**

Culpado? Inocente? Se for culpado, castigado?

Se for inocente, por que estava lá?

Muito se fala, pouco se faz. É assim que se descreve a justiça no Brasil!

Crimes bárbaros acontecem, famílias são desunidas, há lágrimas, há ódio, uma raiva interior que envolve as pessoas que estão envolvidas e que abrange todos que sabem.

Mas o que fazer com pessoas que matam? Que marcam a vida não só de uma, mas de várias pessoas?

A resposta seria PUNIR!

Mas punir em nosso país? Esta palavra é uma farsa, não acontece neste país.

E isto deve ser a principal causa dos crimes continuarem a acontecer, a falta de punição.

Não! Isso não pode, não deve continuar, deve ser tomada uma medida séria e radical; algo que imponha respeito ou até que se crie um certo medo nesse que, “fazem por prazer”.

É aí que entra a pena de morte; por que não? Por que deixar pessoas que fizeram algo tão ruim, sem motivos racionais viverem?

Não sei até quando a justiça será cega aqui no Brasil? Mas conclui-se com a esperança de que um dia alguém tome consciência desta questão e faça com que quem prejudicou, quem destruiu, pague por isso!

Paola**Pena de morte**

Para muitas pessoas a pena de morte é uma crueldade, para outras não, pois essas pessoas concordam plenamente com o fato de quem mata, vai para a cadeia e quando sai, com certeza vai continuar tirando a vida de muitas pessoas inocentes e quem sem mais nem menos suas vidas são tiradas por esses bandidos que andam soltos por aí.

Essas pessoas com certeza são a favor de que esses bandidos não devam permanecer vivos e sim morrer para não tirar a vida de mais ninguém, e também não acreditam na idéia de que poderiam esses bandidos se converter.

Para quem é contra, acha-se que, quem não deu a vida não tem o direito de tirar, deve pagar mas não tirando a vida do indivíduo e sim dando o castigo merecido, pois se morre tudo acaba, e nem soube o que é sofrer.

Concluí-se que se tivesse no Brasil a pena de morte deveria ser bem organizado a coisa para nem um inocente morrer injustamente.

Lizarbe**Aborto**

Aborto! Interrupção da vida.

Direito de viver, direito de matar.

Existem muitas pessoas no mundo que acham-se autosuficientes ao ponto de decidir quem deve ou não nascer, pensam ter este direito, bradam em discursos eloqüentes sobre os direitos humanos dos já nascidos e apoiam movimentos a favor do aborto, existe incoerência nisto. Mesmo que ocorra uma gravidez não planejada ou indesejada, não importando como a mulher tenha concebido, ela não deve de maneira nenhuma ser interrompida, inclusive se a mesma tenha sido estuprada, pois ninguém tem o direito sobre a vida de um ser que está pronto para nascer, desde a concepção ele já é um ser completo e por isso tem o direito de nascer.

Muitas mulheres por terem sido estupradas decidem “tirar o filho” sem pensar que existem muitas outras mulheres que não podem ter filhos e que receberiam esta criança como sua, através de adoção.

O aborto é uma das formas mais violentas que pode acontecer com um ser humano e o mesmo não tem nem ao menos como protestar, por tudo isto, pode-se dizer tranquilamente que nada justifica proceder desta forma.

Etiana

Aborto

O aborto é um tema que gera muita polêmica quando discutido, principalmente em público; é uma forma incorreta, pois tira-se uma vida. Mas temos que considerá-lo em caso de estupro.

Pois neste caso torna-se um pouco convincente abortar. Pois no meio de tanta violência, como pode-se gerar um filho que nem desejado foi? Como haverá amor por um ser que nem soubemos ao menos quem é o pai e de onde saiu?

Temos que levar em conta que cada um é dono do seu próprio corpo e sabe o que é melhor para si; se a “mulher” acha que a melhor forma p/ ela, pelo menos para não “lembrar” tanto da violência de ser estuprada é não ter esse filho, então ela não terá; pois afinal quem saberá melhor da vida dela do que ela mesma. Se a mulher estuprada tiver este filho, contra a vontade dela, já entrará o “machismo” (preconceito) pois neste caso o homem fez o que bem quis com ela, sem ela ter direito de dizer não e ela ainda é obrigada a ter um filho desse homem, sem querer. Quer dizer que eles fazem o que querem e elas não tem direito a nada.

Tudo isso é muito complicado, mas conclui-se que a mulher sabe o que é melhor numa ocasião como esta.

Claudete

O aborto

O aborto é um crime que vem ocorrendo constantemente no mundo de hoje. Muitas pessoas que são a favor, falam que o aborto é legalizado isso mentira, pois aqui no Brasil o aborto é crime.

Quando ocorre o aborto o médico não é punido por realizar o aborto por causa das razões da política criminal.

Ao efetuar o aborto estamos tirando a vida de um futuro ser humano que não tem culpa das imprudências das pessoas, seja qual for o motivo.

Apartir da fecundação o óvo tem a capacidade de sentir dor, não se pode falar de aborto sem dor.

Ninguém pede para nascer, assim como ninguém desejaria morrer em consequência de aborto.

Conclui-se que cabe só a Deus de tirar a vida de um ser humano, se Deus deu a vida quem somos nós seres humanos a tirar oportunidade de conhecer o mundo que Deus criou.

E se Deus dá a vida algum propósito ele tem.

O aborto nunca deveria ser legalizado, senão será a mesma coisa que legalizar as irresponsabilidades de pais e mães e assassinos que sabem fazer, mas não sabem assumir.

“ Preserve a vida, pois é um dom de Deus.”

Nilva

Aborto

Falar em aborto é sempre delicado e complicado, pois vivemos em uma sociedade preconceituosa e muitas vezes se torna difícil falar sobre este assunto.

Infelizmente temos lido e assistido quase que diariamente os horrores cometidos contra as mulheres vítimas de estupro.

Parece que toda essa violência a cada dia torna-se mais frequente e entra na vida das pessoas sem que elas imaginem ou sequer pensem e tornar-se mais uma vítima desses tão temidos elementos.

As mulheres quando esturadas sofrem todos os tipos de preconceito possíveis e acabam ficando em situações delicadas diante de todos e de tudo, até a sua convivência dentro de sua própria família fica complicado, ela sente-se insegura e passa a não confiar em ninguém.

Diante de tantos problemas envolvendo o estupro, concluímos que o aborto seria a melhor solução a ser tomada por mulheres que violentamente tiveram sua imagem violada, seus princípios e a realidade que tinham sobre tudo nesse momentos são esquecidos e tudo torna-se um tormento e um problema a mais em suas vidas.

Muitas vezes a recuperação dessas vítimas é muito delicado e precisa-se fazer um longo trabalho para se conseguir a reestruturação dessas pessoas dentro da sociedade.

Carolina

Aborto

O aborto é um assunto muito complicado de se falar; porque sempre gera polêmicas. O povo é muito dividido a cerca desse assunto. Aborto lembra muito estupro e risco de vida da mãe.

É claro que quando a pessoa é esturada ela deve ter o apoio da justiça, para retirar o filho, porque ela não estava consciente quando engravidou. Pois como irá olhar para uma criança e lembrar da violência a qual passou.

Também o aborto deve ser legal no caso da mãe correr risco de vida. Neste caso, a mãe deve estar em primeiro lugar.

A igreja já pensa diferente, acredita ter mais uma vida e que não somos dignos de retirá-lo de uma pessoa indefesa.

Podemos concluir que em caso de violência e risco de vida da mãe deve sim legalizar o aborto.

Marlene

Televisão

A televisão pode ser considerada hoje um dos grandes formadores de discussões entre as pessoas de qualquer classe. Por estar em quase todos os lares.

Na maioria das vezes a realidade é mostrada através da televisão muitos aceitam e outros não.

As pessoas culpam a televisão de várias coisas, mas se não querem assistir um programa então não liguem- a. Falam também que ela é um condutor de atitudes ruins, ninguém vai ser tão ignorante de ser tornar um assassino por ter visto a reportagem de um caso de assassinato. Não existe isto.

Na televisão não existe programas ruins, apenas não são aceitos de uma forma correta.

Eles não são assistidos de uma forma adequada, na hora certa e pelas pessoas certas.

Pode-se concluir que a televisão é um meio de viver de forma atualizada, tem vários programas educativos, como: Telecurso e Futura e tem outros que mostram a realidade e as situações que estamos vivendo hoje.

Devemos apenas definir o que queremos assistir para um melhor desenvolvimento.

Karol

A televisão é um veículo de educação ou de deseducação?

Muitas pessoas disseram que a televisão é o meio mais completo de informação, cultura e lazer, que ela acima de tudo educa, que as propagandas e programas são extremamente corretas.

Por outro lado há aquelas que dizem que a televisão deseduca e quase nunca educa. As propagandas, programas e campanhas muitas vezes se contradizem, entre elas a da AIDS, o enunciado diz: “ Use sempre camisinha”, mas nas novelas as cenas de sexo nunca alguém tira uma camisinha do bolso ou de qualquer lugar, os programas estão cada vez mais apelando para a

sensualidade, a procura de audiência. Nesse caso as crianças são as mais prejudicadas, pois são pouco programas educativos, a não ser os desenhos, que também muitas vezes, passam uma mensagem de violência.

Mas conclui-se que para muitos a televisão é o único veículo de educação e para o restante de possui “educação sem televisão” é só desligá-la.

Cátia

“Televisão”

A televisão é um veículo de lazer para as pessoas. A televisão é um cinema dentro de casa.

A maioria das pessoas chegam em casa cansados do serviço e querem um lazer e então vai assistir a televisão.

Há programas de televisão educativos como o telecurso 2000, futura e outros a globo incentiva a escola culturalmente.

O ratinho é um programa que mostra a realidade e ajuda as pessoas mais humildes financeiramente.

Quem ficaria dentro de casa um longo tempo sem ligar a televisão?

Tem programas que não são educativos e não conhecem com a idade das crianças, mas a culpa não são das emissoras e sim dos pais. Eles que devem saber os programas que os filhos devem assistir.

Por isso conclui-se que a televisão é um modo de lazer das pessoas de todos os níveis sociais ela pode ser assistida nos horários adequados para as pessoas adequadas por exemplo criança assistir um desenho ou programas educativos e assim podemos concluir que a televisão tem o seu valor.